

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 067(*) QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1997

BRASÍLIA - DF

(*) Refeito por incorreções no anterior.

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 45ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE ABRIL DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Fala da Presidência

Referente à destinação do tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, para homenagear o centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior – Pixinguinha, nos termos dos Requerimento nºs 1.155, de 1996, e 245, de 1997, do Senador Artur da Távola e outros Srs. Senadores..... 08336

1.2.2 – Oradores

Senador Abdias Nascimento 08336
Senador Artur da Távola..... 08339
Senador Benedita da Silva 08343
Senador Eduardo Suplicy 08349
Senador Ramez Tebet..... 08350
Sr. Presidente (Geraldo Melo)..... 08350

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Desigualdades inter-regionais. Louvando a atuação do Banco do Nordeste no desenvolvimento econômico e social da região nordestina... 08351

SENADOR FLAVIANO MELO – Visita de parlamentares ao Acre, na sexta-feira passada, juntamente com o Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Fernando Catão, com o fim de analisarem as condições das cidades atingidas pelas chuvas. Expectativas da liberação urgente de recursos orçamentários para minorar os efeitos do alagamento naquele Estado..... 08352

SENADOR ROBERTO FREIRE – Homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Edinaldo Miranda de Oliveira. 08353

1.2.4 – Parecer

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria..... 08354

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1997– Complementar, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal..... 08355

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1997, de autoria do Senador Edison Lobão, que institui a remição de aforamentos constituídos em terrenos de marinha localizados nos limites de ilhas litorâneas, sedes de capitais, mediante as condições que estabelece..... 08356

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1997, de autoria do Senador Abdias Nascimento, que proíbe a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido atos ou omissões favoráveis a regime ou ações de discriminação racial, crimes contra a ordem econômica ou tributária, atos que visem ou possam levar à formação de monopólio ou à eliminação da concorrência e dano ambiental não reparado e dá outras providências..... 08358

1.2.6 – Ofícios

Nº 105/97, de 22 do corrente, do Líder do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 08362

Nº 150/97, de 22 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 08362

Nº 725/97, de 22 do corrente, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.559-12, de 1997. 08362

1.2.7 – Requerimento

Nº 279, de 1997, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando a transcrição no Diário do Senado Federal, para que conste dos anais, o artigo intitulado "Orçamento austero e estabilidade", publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição do dia 20 de abril de 1997, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães..... 08362

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997, cujo parecer foi lido anteriormente..... 08363

Recebimento do Aviso nº 60, de 1997, de 14 do corrente, do Ministro de Estado do Trabalho, comunicando a realização em Genebra, Suíça, da Octogésima Quinta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no período de 3 a

19 de junho do corrente ano, e consultando sobre o interesse desta Casa em indicar representante para participar do referido evento, na condição de Observador Parlamentar, integrando a Delegação Oficial do Brasil, com ônus para o Senado Federal. (Diversos nº 22, de 1997).....

08363

Recebimento do Aviso nº 170, de 1997, de 11 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 164/97, adotada pelo referido Tribunal na Sessão Ordinária do Plenário de 9 de abril do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, atendendo à solicitação da Comissão Temporária do Senado Federal destinada a investigar as obras não concluídas custeadas pela União.

08363

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 47, de 1997, que autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 10 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.

08363

Aditamento à pauta prevista para a sessão deliberativa ordinária do próximo dia 29, terça-feira, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24 e do Projeto de Resolução nº 47, ambos de 1997.....

08363

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.549-29, em 15 de abril de 1997, e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

08363

1.3 – ORDEM DO DIA

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências. **Discussão encerrada**, voltando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em virtude do recebimento de emenda.....

08364

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências. **Discussão adiada** para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 280, de 1997.

08364

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal. Aditamento feito hoje pelo relator, Sr. José Fogaça, à

Emenda nº 3-PLEN (substitutivo), apresentada por S. Ex.^a em sessão anterior.....

08365

1.3.1 – Questões de ordem

Levantada pelo Senador José Eduardo Dutra e respondida pela Presidência, sobre a inclusão dos arts. 48 e 84 da Constituição Federal no aditamento do relator à Emenda nº 3-PLEN (substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que no entender de S. Ex.^a é anti-regimental.

08372

Suscitada pelo Senador Josaphat Marinho e não acolhida pela Presidência, relativa às alterações propostas pelo relator das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, dos arts. 62, 48 e 82 da Constituição Federal, que no entender de S. Ex.^a consubstanciam matéria para novo exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ...

08374

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997). **Aprovada**, nos termos da Emenda nº 3-PLEN (substitutivo), com alterações propostas pelo relator, Sr. José Fogaça, em primeiro turno, sendo rejeitada a expressão "criação", destacada, constante da alínea c do inciso XXVII do art. 4º do substitutivo, tendo usado da palavra os Srs. Josaphat Marinho, Jader Barbalho, Humberto Lucena, Pedro Simon, Lúcio Alcântara, Roberto Freire, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Edison Lobão, Artur da Távola, José Sarney, José Serra, Ramez Tebet, Ademir Andrade, José Ignácio Ferreira, José Roberto Arruda e o relator, Sr. José Fogaça. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para redação do substitutivo para o segundo turno regimental.

08394

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997). **Prejudicada**, em virtude da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Ao arquivo.

08402

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1995, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997). **Prejudicada**, em virtu-

de da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Ao arquivo.

08402

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1995, de autoria do Senador Roberto Requião e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, e 65, de 1995, e 7, de 1997). **Prejudicada**, em virtude da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Ao arquivo.

08402

Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1995, de iniciativa do Senador Nabor Júnior e outros Senhores Senadores, que altera dispositivos da Constituição Federal (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11 e 20, de 1995, e 7 de 1997). **Prejudicada**, em virtude da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Ao arquivo.

08403

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros senhores Senadores, que institui os Atos Normativos Transitórios em substituição às Medidas Provisórias (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.os 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995). **Prejudicada**, em virtude da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Ao arquivo.

08403

1.3.3 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 6 de maio próximo, para discussão em segundo turno.

08403

Projeto de Resolução nº 42, de 1997, de autoria da Comissão Diretora, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal, e Projeto de Resolução nº 119, de 1995, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre os Gabinetes dos Senadores

(Anteprojeto de Resolução nº 2, de 1995, de autoria da Comissão Diretora).....

08405

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ESPERIDIÃO AMIN* – Repúdio ao descumprimento da Resolução nº 425, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que determina a retirada das forças israelenses de todo o território libanês, ocupado há vinte anos....

08410

SENADOR *ODACIR SOARES* – Elogiando, novamente, o Serviço de Apoio às Pequenas Empresas de Rondônia – SEBRAE/RO, e a sua competente equipe de diretores e colaboradores.

08412

SENADOR *ROMEU TUMA* – Transcurso, no dia 21 de abril, da data comemorativa das Polícias Cíveis e Militares e do aniversário de Brasília.

08413

SENADOR *GILBERTO MIRANDA* – Dimensão e complexidade dos problemas da área de saúde, em particular da área de prestação dos serviços públicos de saúde. Precariedade das nossas condições sanitárias. Anúncio, pelo Governo, de ações e metas prioritárias que visam à implementação de medidas vitais para a consolidação do SUS.

08414

1.3.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 23-4-97

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.060 a 1.092, de 1997.

08417

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 45ª Sessão Deliberativa Ordinária em 23 de abril de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento - Ademir Andrade - Antonio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valadares - Artur da Távola - Bello Parga - Benedita da Silva - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Patrocínio - Carlos Wilson - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Alvares - Emilia Fernandes - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Fernando Bezerra - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gilberto Miranda - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - José Serra - Júlio Campos - Júnia Marise - Lauro Campos - Leomar Quintanilha - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúcio Coelho - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Sebastião Rocha - Sergio Machado - Valmir Campelo - Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Filho, Pixinguinha, nos termos dos Requerimentos nºs 1.155, de 1996, e 245, de 1997, do Senador Artur da Távola e outros Senadores.

Estão inscritos como oradores, para esta ocasião, os Senadores Artur da Távola, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Eduardo Suplicy e Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola. (Pausa)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para celebrar a passagem do centenário de um homem que, sem dúvida, não só na visão dos especialistas, mas também pelo reconhecimento popular, foi um dos maiores músicos brasileiros e, principalmente, o que mais influenciou gerações.

Menino precoce e de talento peculiar, aos 9 anos de idade, com toda a inocência da infância, mas já com a sabedoria de um artista magistral, tocava cavaquinho, seu primeiro instrumento, com a mesma competência e sensibilidade que ele viria a demonstrar ao longo da vida, dominando instrumentos como o bombardino, a flauta e o sax-tenor, que o consagraram definitivamente no mesmo nível de nossos maiores artistas.

Refiro-me ao negro Alfredo da Rocha Viana Filho, o magnífico e universal Pixinguinha. Nascido no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1897, filho de Maria da Conceição e de Alfredo da Rocha Viana, músico e operário que trabalhava na Usina de Eletricidade da Repartição Geral dos Telégrafos. Muito cedo, ainda menino, Pixinguinha despontava para a música, anunciando sua genialidade.

Quando nasceu, 9 anos apenas haviam se passado desde a Abolição da Escravatura. Africanos e descendentes ainda viviam, portanto, sob o impacto daquela resolução tardia, conscientes de um futu-

ro de incertezas. Pixinguim foi o controvertido apelido que recebeu da avó africana, de nome Edwirges, que, segundo ele, falava meio atrapalhado. Mas Pixinguinha, o apelido consagrado, parece ter origem na fatalidade de haver contraído bexiga, resultado da epidemia de varíola que assolou o Rio de Janeiro na virada do século.

Filho de músico e vivendo com músicos, cantores e outros artistas, o menino negro de calças curtas participava atento, em sua própria casa, das reuniões de um grupo de Chorões, dentre os quais se destacava Irineu de Almeida, Candinho do Trombone e Quincas Laranjeiras. Quando a noite avançava, o pai o mandava ir dormir. Mas, no quarto, em deleite, apurava os ouvidos e se deixava levar pela harmonia das canções, num aprendizado auditivo que mais tarde se refletiria no artista ímpar que se tornou.

Aos 13 anos, já considerado pelos veteranos uma grande promessa para o mundo musical, Pixinguinha fez sua primeira composição, um choro insinuante intitulado Lata de Leite. O Senador Artur da Távola pode me corrigir se as minhas colocações não estiverem fidedignas. É um verdadeiro infortúnio para mim ter que falar antes de S. Ex^a e da Senadora Benedita da Silva.

No ano seguinte, tendo agora a flauta como principal instrumento, nosso homenageado, que mal chegara à adolescência, foi convidado a integrar o conjunto Choro Carioca, com o qual gravou seu primeiro disco.

Esse acontecimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos dá bem a dimensão do virtuosismo de Pixinguinha, uma vez que naquela época as gravações eram feitas praticamente de uma única vez, pois o material empregado não permitia reutilização. Assim, qualquer deslize de execução no momento da gravação era visto pelas gravadoras como desperdício de recursos financeiros, o que fazia do ato de gravar um privilégio concedido apenas aos melhores músicos.

Em 1929, quando as fábricas de discos começavam a consolidar a gravação elétrica, Pixinguinha, já homem de destaque no meio musical, revelou-se de forma excepcional no campo da orquestração. Contratado por uma gravadora, cabia-lhe a responsabilidade de elaborar harmonias para os diversos gêneros musicais então em voga.

Com isso, Pixinguinha tornou-se também um pioneiro do arranjo na música brasileira. Sem o seu trabalho, afirmam os estudiosos, a evolução nessa área seria mais lenta, tais as dificuldades e o pouco

conhecimento, na época, dos novos recursos de que as gravadoras dispunham.

A passagem desse talentoso afro-brasileiro pela vida nacional, por intermédio da música, serviu para consolidar nosso perfil de país pluricultural com a marca indelével da presença africana. Compositor, arranjador, instrumentista e regente, a singularidade artística de Pixinguinha, reconhecida por todos os estudiosos da música popular brasileira, está exatamente na sua capacidade de influenciar e, mesmo, possibilitar a criação de outros artistas.

O escritor e crítico Sérgio Cabral, em seu livro, **Pixinguinha, Vida e Obra**, define com estas palavras, de forma objetiva e inquestionável, o papel desempenhado por esse grande artista: A sua obra não se esgota nela mesma. Ao mesmo tempo que criou para as suas necessidades de artista genial, inventou também uma linguagem para os outros. Fez as suas obras e alicerçou uma cultura. É, sem dúvida, um dos pais da música popular brasileira. Assim é também um dos pais da nossa nacionalidade.

Embora bastante sofisticado em muitas de suas composições, Pixinguinha não perdeu em momento algum, em seus choros e peças musicais de outros gêneros, a habilidade e a competência de transitar pela sensibilidade humana, mobilizando e comovendo tanto o público voltado para a música erudita quanto as pessoas simples do povo. Aos 16 anos, já era respeitado como um dos melhores instrumentistas do Rio de Janeiro.

Naquela época, morava no Bairro do Catumbi parte de uma extensa área de população predominantemente negra, mais tarde batizada de Pequena África. Expressão que alimenta o corpo e a alma dos africanos desde os tempos imemoriais, a música era ali praticamente onipresente. Quando perdeu o pai, em 1917, Pixinguinha já assumira de vez sua condição de músico profissional. Gravava discos, tocava em teatros e, num período em que o cinema ainda era mudo, integrava orquestras que se apresentavam nas salas de projeção acompanhando as películas.

Apesar de tudo o que significou para a música brasileira, Pixinguinha não poderia passar ileso pela vilania do racismo, muito mais explícito antes de o Brasil adotar a fachada hipócrita da Democracia Racial. No dia 7 de abril de 1919, o histórico conjunto Os Oito Batutas, do qual era fundador e componente, ao lado de outros músicos afro-brasileiros, se apresentou pela primeira vez no Rio de Janeiro. O local escolhido, o Cine Palais, era uma das casas de espetáculos preferidas pela elite, o que deixou enfu-

recido o maestro e compositor Júlio Reis, cuja insatisfação racista foi expressa em artigo publicado no jornal **A Rua**.

Isso, porém, não ficou sem resposta. Dentre as muitas manifestações de desagravo a Pixinguinha e seus companheiros de conjunto, não posso deixar de destacar as palavras do jornalista Xavier Pinheiro na **Revista da Semana**: As canções que o público ouve, interpretadas pelo simpático Donga, Ernesto dos Santos; pelo inimitável flautista Alfredo Viana, o Pixinguinha; o José Alves e o Otávio Viana, que o povo conhece por Zezé e China; Nelson Alves, Raul Palmieri, Luiz Silva e Jacob Palmieri, são sempre ouvidas com atenção e muita gente vai ao cine propositadamente para ouvir esses corretíssimos intérpretes da música e da canção nacionais. (...) Deixemos de pedantismo, de exageros, caríssimo maestro - o povo, o exército, a armada, o clero, a aristocracia e a nobreza gostam de um samba, de um sambinha, de uma canção sertaneja, de um tango requebrado. (...) Hoje a aristocracia cochila quando ouve um artista cantar um trecho de qualquer ópera, ou a sua interpretação ao piano, ao violino, ao violoncelo.

Irônico, mas pertinente, Xavier Pinheiro se revela, ao longo do seu artigo, um homem atento às mudanças do seu tempo, e continua: Nos principais salões da nossa sociedade, as moças solteiras, as pudicas donzelas que gostam de dançar, preferem à valsa, à polca, o **one-step**, o tango, o samba, o sambinha, que é mais irrequieto, que satisfaz mais ao seus nervos (...)

E Xavier Pinheiro encerra o artigo de forma categórica, expressando sua posição: Se a aristocracia não gosta disso que vá aos salões do **Jornal do Comércio** (...). A injustiça de Júlio Reis foi clamorosa. O maestro perdeu uma bela ocasião de ganhar popularidade. Em vez de amesquinhar os Oito Batutas, que estão fazendo os encantos dos **habitués** do Cine Palais, deveria bater-lhes palmas e com a sua autorizada palavra mostrar que eles são dignos do apreço do público (...) Eles são da nossa terra, maestro! Vivia-se naquela ocasião o fervor do movimento nacionalista, em que se destacava a valorização das manifestações culturais emanadas do povo, e que mais tarde culminaria com a realização da **Semana de Arte Moderna**, em São Paulo.

Com os Oito Batutas, Pixinguinha deu continuidade ao seu processo criativo e à sua atuação musical, não só no Brasil como no exterior. Fato marcante, contudo, foi a quantidade de manifestações racistas - inclusive originárias de intelectuais à época considerados liberais - quando da viagem do con-

junto a Paris. São, no entanto, agressões de um pensar demasiado medíocre, revelando uma pobreza de espírito tão grande que sequer merecem um comentário neste momento. Apenas frutos do complexo de inferioridade da elite brasileira, que se auto-percebia como branco-européia. Mas o que buscamos aqui é celebrar o centenário de nascimento desse inigualável artista, a flauta mágica que encantou Paris, no dizer de Prudente de Moraes Neto.

Antes, porém, em 1926, outro fato importante marcara a vida e a carreira de Pixinguinha. Depois de uma temporada de sucesso em São Paulo, de volta ao Rio de Janeiro, era criada a Companhia Negra de Revista. Compunham-na 32 atores negros, dentre eles a atriz e cantora Jandyra Aymoré, nome artístico de Albertina Pereira Nunes, futura esposa de Pixinguinha. A Companhia estreou em junho daquele ano com o espetáculo **Tudo Preto**, tendo Pixinguinha como diretor musical e, no elenco, além de Jandyra Aymoré, De Chocolat, Djanira Flora, Benedito de Jesus, Rosa Negra e Soledade Moreira. A paixão pela esposa, ao que tudo indica, fez com que Pixinguinha optasse por trabalhar ao lado dela, em detrimento das atividades dos Oito Batutas.

Urubatã, Página de dor, Sofres porque queres são alguns exemplos da boa música desse extraordinário compositor que trazemos na memória e, vez por outra, cantarolamos distraidamente. Mas como falar de Pixinguinha sem fazer referência à sua obra mais conhecida, uma das mais gravadas e tocadas na história da música popular brasileira? Estamos necessariamente falando do choro intitulado **Carinhoso**, composto e gravado muitos anos antes de receber a letra. Ele constitui o ponto mais alto e mais belo da musicalidade afro-brasileira.

No início de 1937, foi planejado um espetáculo beneficente a se realizar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Convidada a participar, a jovem atriz Heloísa Helena manifestou a intenção de interpretar um número inédito. Em ocasião como aquela, diante da alta sociedade local, não lhe parecia bem apresentar-se com um número já divulgado por cantores profissionais. Com essa preocupação, talvez somada a um pouco de vaidade, Heloísa Helena procurou o compositor João de Barro e lhe solicitou que escrevesse a letra para uma canção de Pixinguinha, gravada já havia algum tempo, mas pouco conhecida pelo público.

Assim, **Carinhoso** recebeu letra de João de Barro e foi cantada pela primeira vez, em 1937, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Recusada por vários intérpretes, teria sua primeira gravação na voz

do cantor Orlando Silva, transformando-se num imenso sucesso que dura até os dias de hoje.

Mas o tempo faz seus aprontos com a vida. E foi assim que, em 25 de junho de 1964, o professor Alfredo da Rocha Viana Filho, o nosso Pixinguinha, foi surpreendido por um edema pulmonar que o obrigou a se submeter, por mais de 50 dias, a um rigoroso tratamento. Quando recebeu alta, não sabia se poderia voltar a tocar o saxofone, instrumento que adotara depois de abandonar a flauta. Afortunadamente, Pixinguinha ainda pôde compor e tocar sax por mais alguns anos.

No dia 17 de fevereiro de 1972, quando a Banda de Ipanema desfilava os ritmos carnavalescos pelas ruas do bairro, ritmos que tanto marcaram sua juventude e trajetória, Pixinguinha, que fora batizar o filho de um amigo na Igreja Nossa Senhora da Paz, não teve tempo de perceber outras razões para a vida. Uma vida que se resumira ao amor e à doação pela música. O povo, incrédulo e ansioso, aglomrou-se em frente à igreja. Mas, rápido e sem retorno, tudo caiu num irremediável e triste silêncio: Pixinguinha morreu... em paz.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao comemorarmos o centenário de nascimento do inesquecível mestre Pixinguinha, estamos celebrando também a excelência e universalidade da nossa cultura. Nesse afro-brasileiro se incorpora o que de melhor este País pôde oferecer às gerações passadas e, com certeza, pode oferecer às gerações presentes e futuras. Seu companheiro do grupo O Trio, o bandolinista Pedro Amorim, resume de forma magistral a personalidade desse músico de gênio:

E o Brasil, quando descobrir que sua língua é Pixinguinha, seu valor é Pixinguinha, vai se descobrir um País muito melhor, mais justo e mais generoso do que este Brasil que tenta escondê-lo.

Isso no passado, porque hoje sua grandeza humana e artística é unanimidade nacional, segundo o Senador Artur da Távola, com quem concordo plenamente.

Pixinguinha, fundador da nossa cultura, Pixinguinha fundador da nacionalidade brasileira.

Axé, Pixinguinha! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Abdias Nascimento traçou um quadro sintético da

vida de Pixinguinha, de certa forma roubando-nos o expediente: traçar um esboço da vida de Pixinguinha.

Para não me tornar repetitivo, faço aqui um esforço de superação do esquema que havia preparado, porque, em grande parte, ele já foi muito bem abordado pelo Senador Abdias Nascimento, que me antecedeu nesta tribuna.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que o povo é mais profundo do que culto. A expressão não é muito feliz, mas precisa ser dita assim para o que pretendo significar. A definição de cultura ficou um pouco aprisionada não a todas as formas da criatividade humana - como, aliás, está, felizmente, na nossa Constituição -, mas à idéia de um tipo de cultura, da cultura erudita, dessa cultura de origem ocidental oriunda da Grécia e de Roma. Cultura ficou, portanto, como sinônimo de um tipo de domínio verbal-racional da vida, que os setores populares, evidentemente não por culpa própria mas por causa de uma grande discriminação de natureza social existente no País, jamais tiveram a oportunidade de incorporar a seu patrimônio.

Ocorre, porém, que os setores populares, embora não detentores dessa chamada - e já agora posso usar - cultura, conseguem, a meu juízo, a profundidade. E a profundidade é evidente que é uma forma de cultura. Conseguem a profundidade, em primeiro lugar, por razões de natureza ancestral. O nosso povo, nas suas origens, vem de culturas milenares: da cultura do Índio, posteriormente massacrada neste País; da cultura do negro, milenar, própria, peculiar, fortíssima; e da cultura de herança portuguesa, num tal enlace consagrado por Olavo Bilac como a flor amorosa de três raças tristes.

Pixinguinha é uma expressão, portanto, dessa realidade. Ele é uma expressão da capacidade de aprofundamento possível às manifestações do povo na arte. E só estamos, neste Senado Federal, a comemorar o seu centenário porque, no século XX, tivemos o privilégio e o milagre do disco, do rádio, da reprodução, pois se tal não ocorrera ficaríamos adstritos ainda à idéia de que a cultura é tão somente a cultura literária ou a cultura pictórica ou a cultura musical, digamos, dos chamados grandes gênios da música ou da chamada, erradamente, música erudita.

Aliás, a esse propósito não há como classificar a música, porque qualquer palavra é inadequada. Recordo-me do maestro Guerra Peixe, que não aceitava a expressão música popular, porque - dizia ele - se a música popular é a música do povo, a outra é a impopular, o que não é verdade. Beethoven não é

impopular. A expressão música erudita tampouco é boa, porque a música de Pixinguinha, por exemplo, é de alta erudição do ponto de vista harmônico, do ponto de vista melódico. Enfim, não há uma expressão correta e adequada. Nenhum país conseguiu música de concerto, música clássica tampouco, porque o Classicismo é um período da história da música. Haydn é um compositor clássico, porque pertence ao Classicismo. Schumann é um compositor romântico, não pertence ao Classicismo, não é clássico - clássico em oposição a popular tampouco. Não há uma adequação possível nessa matéria. Prefiro ficar com uma velha definição de que há dois tipos de música: a boa e a má.

Pixinguinha está, portanto, situado no ápice da música de alta qualidade. E como? Em primeiro lugar, o choro brasileiro é uma expressão muito interessante nascida neste País. Talvez o choro seja o ritmo mais tipicamente carioca de todos, mais do que o samba, num certo sentido. As raízes negras, mescladas à melodia portuguesa, são evidentes e iguais às do samba. Porém, a batida do samba é muito próxima a toda influência negra - aliás, maravilhosa! - na América Central, no Caribe e onde quer que tenha estado a presença negra, desde logo, nos Estados Unidos da América, com esse ritmo, essa forma de música fabulosa, que é o **jazz**. Mas o **jazz** não tem um ritmo próximo ao do samba; o **jazz** vem encontrar-se com o samba muitos anos depois, na bossa nova, na década de 60.

Na origem, o samba se aproxima de músicas centro-americanas basicamente: a rumba, a cumbia colombiana aproxima-se dos ritmos ligados à conga, que, hoje, nessa mescla que caracteriza a contemporaneidade, pode-se, digamos, sintetizar no que se convencionou chamar de salsa, que é o nome em moda dessa mescla de ritmos dos quais o ritmo do samba está próximo.

O chorinho não; o chorinho é uma expressão típica do Rio de Janeiro por algumas de suas características: primeiro, no fim do século passado, havia grupos de músicos que saíam a tocar pelas ruas a encontrar as suas melancolias e as suas saudades, a que chamaram de chorões.

Villa Lobos é marcado pelos chorões, tanto que Villa Lobos possui, na sua obra vastíssima, uma quantidade muito grande de choros, que têm origem nos chorões populares. Os chorões eram uma espécie de seresteiros que buscavam um tipo de música urbana, peculiar no Rio de Janeiro do final do século passado.

Interessante que, como eram pessoas, em geral, pobres, os instrumentos que caracterizavam a sua música eram simples, razão pela qual essa qualidade musical surge com o violão de seis e sete cordas; com o cavaquinho, um pequeno instrumento de quatro cordas; com o bandolim e com o pandeiro - instrumentos absolutamente fáceis de comprar. É com esses instrumentos, particularmente o violão, que começa a se desenvolver um gênero de música feito pelos chorões.

No alvorecer do século, começa a aparecer uma mescla do ritmo negro a esse trabalho dos chorões. O ritmo torna-se buliçoso, ágil; a expressão musical aproxima-se deveras da expressão barroca, isto é, uma expressão feita de elaboração contínua. Na música do choro, não há espaços praticamente disponíveis como na obra barroca, onde todos os espaços são ocupados por sons. E o ritmo negro agrega uma possibilidade rítmica ao choro. Nasce o que, então, se convencionou chamar o chorinho; ou seja, o chorinho é uma espécie de filho dos chorões.

Muito bem, Pixinguinha é nascido em 1897; portanto, é criança na década de 10. A casa do seu pai era um casarão. O seu pai, músico, tinha por hábito abrigar músicos desempregados - os músicos sempre foram pessoas pobres -, que eram acomodados no porão da casa. E, ali, nesse pequeno ambiente, o menino Alfredo cresce, faz-se encantado com a música e, já aos 10 anos, domina, de modo muito eficiente, como acentuou o Senador Abdias Nascimento, alguns instrumentos. Ele domina o cavaquinho, toca a flauta e se inicia em outros instrumentos de sopro.

É nesse quadro desse Rio de Janeiro que surge, portanto, a formação profunda de Pixinguinha, que imediatamente se revela de muito talento e é chamado para tocar em bandas com adultos. Ainda criança, para surpresa de músicos experimentados, demonstra uma capacidade formidável.

Aqui, um ponto importante, que liga o chorinho brasileiro ao **jazz** norte-americano. Não há nenhuma afinidade do ponto de vista rítmico, nem do melódico, nem do histórico, mas **jazz** quer dizer improvisado; **jazz** é uma palavra que nada quer dizer, exceto improvisado.

Pixinguinha se revela um grande improvisador e, aqui, o chorinho, então, ganha uma característica musical qualificada - que, habitualmente, não é considerada: a enorme capacidade de revelar o talento dos instrumentistas. O choro é um gênero nitidamente instrumental, que, depois, vem a ganhar letra, poesia; mas é muito difícil de ser cantado. Pela rapidez barro-

ca de seu andamento, parece uma *bardinerie*, um andamento acelerado de alguma dança antiga e é nitidamente instrumental. Nesse ponto, aproxima-se do **jazz**, repito, não do ponto de vista do ritmo, ou do histórico. O **jazz** nasce de outras formidáveis lutas do negro norte-americano contra a opressão, mas do ponto de vista da improvisação; e mais: da popularidade, ou seja, é uma música que sai dos extratos dominados da sociedade - e já temos aqui um elemento cultural de altíssima importância.

No Brasil, País colonizado pelos portugueses, de enorme concentração de renda, de altos graus de discriminação social praticamente desde a sua descoberta, curiosamente é a cultura do dominado, aquela que vem ao primeiro plano do consumo das massas no século XX.

O Brasil não tem na música, por exemplo, a vitória da cultura do dominante, até porque a cultura do dominante recuou e não encontrou um modo próprio de expressão tão claro quanto o modo próprio da cultura do dominado. Reparemos: o maior espetáculo do carnaval carioca provém da cultura do dominado. O maior - não gosto desta expressão maior -, o considerado maior escritor brasileiro, Machado de Assis, vem da raça do dominado; e assim na pintura, com Di Cavalcanti, e assim na música, desde logo com uma infinidade de exemplos.

O choro, portanto, é uma expressão urbana, nitidamente carioca, nascido das dobras daquela cidade, da forma espontânea pela qual o povo começou a fazer uma forma de música, com uma influência branca acentuada na melodia, triste - daí choro -, que tem muito a ver com a melopéia portuguesa, com a música dos antigos degredados, com as músicas da saudade, inclusive com a tristeza do próprio fado português, que, segundo autores, nasceu no Brasil. Não é uma música brasileira, mas é nascida no Brasil.

O fado seria a forma de música cantada pelos degredados no século XVIII, dos que estavam longe da sua terra portuguesa. Eles viviam o fado, o fadário, que era a expressão do vernáculo, de viver longe da sua terra. Daí os acertos extremamente melancólicos da sua expressão. Então, ele tem a origem portuguesa na melopéia tristonha, a presença do povo nos instrumentos simples, a presença maior, a meu juízo, da cultura negra no seu alarde rítmico e, sobretudo, na sua grande capacidade de cantar o momento que passa.

Há um paralelismo muito interessante com o **jazz**. O **jazz** nasceu nos campos de algodão dos Estados Unidos, quando os negros escravos eram proi-

bidos de conversar, porque a conversa parecia aos patrões abandono de trabalho ou forma de conspiração. Eles, então, começaram a descobrir formas de lamento, que, através de onomatopéias, lançavam aos ares. Eram respondidas nos campos norte-americanos por outros grupos, que, ao emitir sons, estabeleciam uma forma de código de lamentos, que estava a superar as proibições dos dominantes. E, de alguma maneira, através da expressão lamentosa, através do gutural, através do onomatopaico, o **jazz** começa a se infiltrar como forma de canto que depois se consolida, quando os negros, nos seus pequenos momentos de lazer, se juntavam e, escondidos, faziam uma mistura com a cultura do branco até para que a sua forma de música não fosse reprimida de modo violento pelos dominantes.

Gradativamente, o **jazz** ganha a cidade. Até hoje o **jazz** tem a presença desses lamentos. A própria estrutura musical e harmônica do **jazz**, com base na *blue note*, como é chamada, é uma expressão melancólica de sofrimento. Então aqui o chorinho tem uma ligação mais profunda com o **jazz**. Por quê? Porque os negros que fizeram o **jazz** começaram a cantar pequenos episódios do cotidiano. E era através da inserção musical dos pequenos episódios do cotidiano que eles contavam as suas histórias entre si e, mais ou menos, faziam um relato. Não tinham, para unificar a sua luta, jornais, rádio; não tinham a possibilidade de se organizarem, não tinham sindicatos, nada. A música era a única forma mediante a qual era possível passar alguma mensagem.

Portanto, há um conteúdo político muito interessante nas origens do **jazz**. Quem observar a obra de Pixinguinha, com mais de mil músicas e ainda desconhecida da maioria do povo brasileiro, vai verificar que, nos choros, canta-se o pequeno acontecimento. Posso lembrar aqui Um a Zero, chorinho de Pixinguinha. Um a Zero conta a vitória do Brasil contra a Argentina num jogo importante não me lembro de que Copa pelo ano de 1919. Assim, uma infinidade de pequenos episódios são contados na melodia daqueles choros. E, como a maior parte dos choros do seu tempo não tinham letra, acontecia através da música a tentativa de expressão de tudo aquilo que estava em torno do músico, o que torna a obra extremamente mais interessante.

Nada disso porém teria, digamos, valor musical; poderia apenas haver o valor sociológico, antropológico, político. Acontece que Pixinguinha foi, ou é, um grande músico. Um grande músico. Ele conhecia harmonia, ele era um executante primoroso

primeiro de flauta, depois de saxofone, quando a flauta já não podia mais ser tocada por suas mãos trêmulas. Ele ficou com as mãos trêmulas relativamente cedo, aos cinquenta e poucos anos, ele é um músico de alta qualidade.

No entanto, a estrutura musical lhe permitiu um outro caminho: o caminho do organizador de orquestras, o caminho do arranjador, o caminho do orquestrador. E é nessa condição que, na década de 20, ele vai a Paris com o seu conjunto, que se chamava Os Oito Batutas, mas que, por alguma razão que se desconhece, foi para Paris com sete e não com oito membros, onde foi intitulado apenas Os Batutas. Fico a imaginar, na Paris delirante dos anos 20, esse conjunto de negros brasileiros, maravilhosos, Les Batutas - esse nome curioso -, exatamente nos anos 20, quando Paris passava por uma grande efervescência cultural. Os anos 20 são posteriores à Guerra de 1914, uma espécie de renascimento da vida européia. Há a descoberta do jazz pelo europeu - é também nos anos 20 que o jazz entra em Paris -, a presença dos ballets russos, desde 1913, a fazer uma verdadeira revolução na música, com Stravinsky, com o Pássaro de Fogo, com A Sagração da Primavera. É dos anos 23 a revolução dodecafônica na música. São anos de uma revolução fortíssima na pintura: o expressionismo está em andamento, o surrealismo começa nos anos 20. Portanto, há efervescência cultural notável nesse momento em que Pixinguinha é mandado, com o seu grupo, pela lucidez da família Guinle, a Paris. Foram para ficar um mês, ficaram 6 meses. E, nesse período, de certa forma, encantaram Paris com a qualidade da sua música. Mas quem estava ali? Esse Pixinguinha compositor só? Não! Estava ali o músico, o arranjador, o harmonizador, o orquestrador, o chefe de orquestra.

Aliás, quando Pixinguinha volta ao Brasil dessa excursão exitosa, na década de 20, ganha, ainda dos Guinle, o seu primeiro saxofone, quando se transforma num grande saxofonista.

Ao falar no saxofone, um pequeno parêntese para dizer que, quando se ouve o trabalho de Pixinguinha ao saxofone, não se ouve apenas um saxofonista. O ouvido musical desenvolvido encontrará no trabalho do saxofone de Pixinguinha harmonias que o igualam a qualquer harmonia da chamada música erudita. Interessante! E isso fazia com que os músicos o admirassem muito. Os músicos têm grande admiração por quem conhece harmonia, porque a harmonia é a alma da música. A melodia é o rosto da música, a harmonia é a alma da música. É claro

que todos nós, em geral, consumimos a melodia, porque é acessível, é fácil, é o desenho, é o rosto. Os músicos consomem a harmonia, porque na harmonia está a verdadeira estrutura anímica, a verdadeira alma musical - e grandes compositores são os grandes conhecedores de harmonia. Pixinguinha era um grande conhecedor de harmonia. Nesse sentido, a sua capacidade de harmonizar, seja nas orquestrações, seja na sua presença como intérprete, é uma capacidade de músico da mais alta qualidade.

Não está, portanto, o Senado brasileiro a comemorar o centenário de um compositor a mais neste País. Não é por outra razão também que os jornais, as rádios, as escolas hoje param para homenagear esse vulto.

E quem era, ao lado de tudo que já disse, esse vulto, do ponto de vista humano? Era uma pessoa absolutamente encantadora. Nunca se lhe ouviu queixa ou agravo a quem quer que seja. Pixinguinha era um homem de silêncio, que gostava da sua bebida, tranquilamente, que jamais incomodava os demais, que nunca se utilizou de máquinas promocionais para coisa alguma, que não entrava em disputas menores de vaidade ou de poder. E exatamente com isso, a que muitos já chamaram o Santo Pixinguinha, consegue singrar os mares da glória, sem qualquer cortejo à mesma.

Ele é a representação de uma qualidade que se impõe por si mesma, independente de quem a possui, até da vontade de quem a possui, sobretudo independente das vaidades de seu possuidor. Pixinguinha era um ser de extrema beleza.

Há uma passagem na vida de Pixinguinha que eu gostaria de contar aos Srs. Senadores. Ele teve um primeiro agravo cardíaco algum tempo antes de morrer. Logo depois desse agravo cardíaco, sua mulher passa mal e é levada, por coincidência, para a mesma casa de saúde onde ele estava internado. Ele então, quando soube, mandou dizer à esposa que já estava bom, que já tinha ido para casa. E durante uns dois ou três dias, todos os dias, Pixinguinha vestia o seu terno no quarto do hospital, saía do quarto e visitava a mulher como se tivesse vindo de casa, para que ela nem de longe supusesse que ele também estava enfermo e tivesse preocupações num momento tão difícil. Aliás, acontece com Pixinguinha e a mulher algo que ocorre com muitos casais que têm uma ligação profunda de amizade, de afeto, de amor: o fato de um não sobreviver muito tempo ao outro. A mulher de Pixinguinha morre em 1972 e cerca de seis meses depois ele morre, em 1973.

Era, portanto, também no plano humano, um ser de delicadezas; dessas figuras que quem conhece admira e que, gradativamente, vão ocupando, pelo bem, o respeito dos demais. Nenhuma arrogância, nenhuma violência, nenhuma das regras tradicionais com as quais o ser humano supõe apor a sua superioridade sobre os demais.

Do ponto de vista musical, eu diria que Pixinguinha era o Mozart brasileiro, se me querem dar o direito de uma comparação. Por que Mozart? Porque Mozart é, em toda a história da música, um músico em que a expressão artística surgia de uma certa inocência. A tristeza em Mozart é cantada de modo inocente; a alegria é cantada de modo inocente.

Era de tal ordem a facilidade, a exuberância do temperamento mozartiano, que a música lhe fluía de modo natural, sem esforço, sem a necessidade de recursos musicais. Reparem que a obra de Mozart é música pura, é só música, não é efeito, é música, daí a sua genialidade. No seu caso, também há genialidade pela prodigalidade musical, ou seja, é um homem que com trinta e poucos anos faz mais de mil composições e escreve quarenta e poucas sinfonias, concertos e óperas em grande quantidade. Aos 14 anos, já fazia ópera como adulto, etc. Mas o dado fundamental é a inocência.

O dado fundamental da música de Pixinguinha é a inocência e é essa inocência linda que o liga a um modo de ser do Rio de Janeiro, peculiar à cidade do princípio do século, uma cidade que ainda era amena, já era bastante pobre e vivia os primeiros momentos depois da libertação dos escravos. Ainda era, portanto, preconceituosa em muitos pontos - alguns dos quais não desapareceram com o tempo -, mas era uma cidade deliciosa, era o trópico na sua plenitude, uma cidade de árvores, repleta de vida, pelo mar, pela beleza natural, até pela facilidade da vida. A música de Pixinguinha é a representação disso tudo, através de uma paleta de inocência, de um toque de inocência que a transforma numa das músicas mais puras e delicadas dentre todas as do populário brasileiro.

Não estamos, portanto, Sr. Presidente, apenas a comemorar o centenário de um músico que é famoso. Estamos a comemorar o centenário de alguém que é uma representação muito profunda da alma de seu País, muito profunda dos problemas de seu País, das dificuldades de seu País, mas, sobretudo, da capacidade de seu País de permanentemente criar - capacidade que não se pode tirar do povo brasileiro na sua trajetória pelo desenvolvimento.

Pixinguinha representa, portanto, um dos momentos mais elevados da cultura deste País - entendida a palavra cultura no seu sentido amplo -, de toda e qualquer manifestação criativa do espírito humano, independentemente de classe social, de credo, etc. Ele é um representante da cultura, por esse lado, e da profundidade do povo, pelo outro lado.

É, portanto, com muita emoção, com enorme respeito que, ao pedir a dedicação do tempo do nosso Grande Expediente a homenagear os 100 anos de Pixinguinha, venho a esta tribuna trazer este pequeno testemunho de alguém que, ao longo da vida, nos seus 61 anos, tendo conhecido brevemente o seu autor, aprendeu a conviver com a beleza de sua música, com a expressividade da mesma, com o seu calor e, sobretudo, com a sua capacidade de simbolizar em profundidade a beleza, a inocência, a pureza, valores de vida que, por mais que se pense estejam derogados, ainda aí estão a nos desafiar permanentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores, pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (BLOCO/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, parabênz a iniciativa do Senador Artur da Távola de pedir esta sessão para essa homenagem. Tenho certeza de que, se S. Ex^a não o fizesse, eu o faria, como carioca que sou.

Eu comentava que nem sempre quem ri por último ri melhor, porque o Senador Abdias Nascimento fez o seu bellissimo discurso e tirou-me 60% das chances que tinha de falar sobre Pixinguinha. Depois, veio, com esse brilhantismo, o Senador Artur da Távola e levou-me os outros 40%.

Mesmo assim, não poderia deixar de me pronunciar e o faço com o orgulho que me invade pela oportunidade de falar sobre um ser humano doce, afável, correto, talentoso, arranjador, flautista, simplesmente genial, que passou por esta vida e nos deixou grandes lembranças, saudades e ensinamentos, alguns deles lembrados pelos Senadores Abdias Nascimento e Artur da Távola.

Também tenho orgulho de ser brasileira e ter o privilégio de ser compatriota desse artista. Orgulho-me de ser negra e de ter nesse gênio um irmão de raça, esse Pixinguinha aqui homenageado pelos oradores que me antecederam, os quais puderam descrevê-lo com propriedade, lembrando sua contribuição cultura, musical e política.

Destaco o fato de que Pixinguinha foi um gênio sem que o quisesse ser. Aos 11 anos de idade, tocava profissionalmente no Cine-Teatro e já havia composto o seu primeiro choro, Lata de Leite, citado pelo Senador Abdias Nascimento.

A partir daí, sabemos que esse gênio não parou.

Compositor, arranjador, instrumentalista, ele se destacou no campo da orquestração e ocupou naturalmente essa posição de liderança na música popular brasileira. Antes de Pixinguinha, os arranjos ou eram importados, ou sofriam enorme influência estrangeira.

Mas ele teve a sua particularidade, captando essa coisa do sentimento, e sua popularidade cresceu muito com a criação - também aqui já mencionada - dos Oito Batutas, que mais tarde se tornaram apenas Batutas, já que quando da viagem à França não puderam ir todos os oito, então o grupo passou a se chamar Batutas. Este grupo, que tocava na sala de projeção do Cine-Palais - também já dito pelo Senador Abdias Nascimento -, tinha um repertório que chamou a atenção, na época, porque só constava de músicas com ritmos afro-brasileiros, o que fez com que a crítica não os recebesse bem, talvez porque essa música, esse ritmo afro-brasileiro mexesse com outros sentimentos que, na verdade, não queriam que fossem aflorados. Em compensação, a aceitação do público era tanta que Rui Barbosa ia todos os dias ao cinema só para ouvi-los, porque era um ritmo envolvente, um ritmo brasileiro, que mexia com o sentimento de qualquer um, quanto mais com o de um poeta.

Instrumentista de sopro vários. Enquanto flautista - recordávamos, o Senador Abdias Nascimento e eu -, de uma música que não nos lembramos durante todos esses festejos comemorativos, da genialidade com que ele tocava aquele choro que diz:

Dança urubu,
Eu não sinhô.
Ora, dança urubu,
Eu sou doutor.

Ele dava um verdadeiro show quando tocava esse choro. E ele, na minha época, era um dos grandes nas disputas de dança de salão que tive a oportunidade de frequentar. E, nesta época, ganhávamos grandes prêmios com esse choro. E só dançava esse choro quem verdadeiramente tivesse uma classe enorme. Olhem, naquela época, não existia nenhum mestre, nenhum professor. Era realmente do imaginário, a partir da música e do talento de cada um. E cada um dançava com categoria naque-

la disputa, no salão, esse grande choro. Tinha que se ter muita criatividade. Evidentemente, não estou tendo nenhuma criatividade para que o meu pronunciamento fique igual ao do Senador Abdias Nascimento e ao do Senador Artur da Távola. Por isso, reservei essa particularidade que, quero crer, também tem tirado grande proveito, mas acredito que eu tenha sido mais assídua nos salões de baile do Estado do Rio de Janeiro, e, com isso, eu disse que iria pegá-los quando levantasse esse grande talento desse gênero de música que é o choro da Dança urubu.

Sr. Presidente, teria que dizer tantas outras coisas com relação a Pixinguinha. Ninguém trabalhou uma música como um artesão consciente. Os seus choros são tudo o que há de mais belo no repertório nacional. Pixinguinha é a majestade sobre a qual todos se curvam.

Esse homem, proveniente das camadas populares, provou ser muito bom dentro da sua forma simples, oriunda dos subúrbios do Rio.

Sua obra, que é popular e também erudita, revolucionou, redimensionou a música popular brasileira, elevando-a a um nível de sofisticação e requinte, porém fundamentada nas raízes afro-brasileiras.

Quisera eu poder passar todo o tempo aqui falando de Pixinguinha. Não pelos meus conhecimentos, mas pela oportunidade de, como carioca que sou, poder dizer, como sua avó o chamava, Pizindim, que foi enredo de escola de samba, que foi inspirador de muitos de nós, através da musicalidade veiculada nas suas lindas valsas e dos mais saborosos sambas e choros da nossa música popular, mas também através de histórias famosas do seu dia a dia. Inclusive, gostaria de lembrar uma delas - talvez o Senador Artur da Távola já o tenha feito; mas como essa história é contada pelo Sérgio Cabral, pai, em todas as rodas, não apenas nos fazendo sorrir, mas também para que pudéssemos ver como ele era. Contava-nos Sérgio Cabral que Pixinguinha voltava tarde da noite para a sua casa, lá no subúrbio do Rio de Janeiro, quando foi abordado por dois assaltantes. De repente, os elementos perceberam que era o Pixinguinha, que se tratava do mestre. Então, ele disse, com aquele seu jeito: Que isso irmão, é o Pixinguinha, rapaz! - Ô Maestro, me desculpe, a gente não quer roubar o senhor. E o Pixinguinha, com aquele seu jeitão, com a sua genialidade e generosidade, perguntou se os assaltantes não gostariam de ir até a sua casa para tomar um café. E Pixinguinha os levou para a sua casa, onde comeram, beberam e bateram o maior papo - quero crer que foi

um grande papo - até o amanhecer. Esse é o nosso Pixinguinha, que tenho orgulho de homenagear, através da iniciativa do Senador Artur da Távola, nesta tarde.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que assisti, na **TV Globo** e na **TV Manchete**, as homenagens feitas a Pixinguinha. Quero também ressaltar que o **Jornal do Brasil**, domingo, fez uma homenagem ao centenário de Pixinguinha, um especial ao Mestre, que gostaria fosse registrado nesta Casa.

Sr. Presidente, quero fazer de conta que ele está aqui; quero fazer de conta que ele está vivo. E vamos fazer de conta que Pixinguinha, da tribuna do Senado Federal, olhando, com muito carinho, começa a fazer uma confissão:

Meu coração
Não sei por quê
Bate feliz
Quando te vê
E os meus olhos
Ficam sorrindo
E pelas ruas
Vão te seguindo,
Mas, mesmo assim,
Foges de mim.
Ah! Se tu soubesses
Como eu sou tão carinhoso
E o muito e muito
Que eu te quero
E como é sincero
O meu amor,
Eu sei que nunca
Fugirias mais de mim
Vem, vem, vem, vem
Vem sentir o calor
Dos lábios meus
À procura dos teus.
Vem matar esta paixão
Que me devora o coração
E só assim então,
Serei feliz, bem feliz.

Minhas homenagens ao compositor Pixinguinha.

O Sr. Júlio Campos - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V. Ex^a, apesar da advertência da Mesa de que o meu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Não, Senadora, V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O Sr. Júlio Campos - Estou muito emocionado com esta sessão do Senado Federal, em que homenageamos o grande talento do arranjador brasileiro Pixinguinha, que no dia de hoje estaria comemorando 100 anos de vida, o dia do seu centenário. V. Ex^a, que representa o Rio de Janeiro brilhantemente nesta Casa, expressou, com as suas palavras, a homenagem da terra a Pixinguinha. Nós também não podemos deixar de nos associar a esta homenagem que o Congresso Brasileiro, por intermédio do Senado, presta à figura inesquecível do grande e talentoso artista, o grande compositor brasileiro Pixinguinha. Hoje, no **Jornal de Brasília**, página 2, Henrique Cazes escreve o seguinte:

Pixinguinha foi de fato um arranjador genial e único. Seu estilo combinava em proporções perfeitas, uma rara imaginação melódica com um balanço insuperável. Sem lançar mão de acordes sofisticados, Pixinguinha vestia de alegria e originalidade cada obra sua ou de outro autor.

Antes mesmo de Radamés Gnattali, Pixinguinha lançou as bases da linguagem orquestral da música brasileira e com amplo domínio da instrumentação marcou época nas rádios e gravadoras, onde fornecia o aparato musical a intérpretes como Francisco Alves, Carmem Miranda, Mario Reis e muitos outros que honraram o Brasil na sua parte musical. Para o repertório carnavalesco criou centenas de arranjos geniais, com modulações inesperadas, citações de acordes com a letra e ajudou decisivamente no sucesso de músicas como Alá-lá-ô.

E outras músicas que marcaram o Brasil, dentre elas a que V. Ex^a há pouco referiu-se, ao nosso inesquecível Carinhoso. Realmente, a música mais gravada e mais tocada no Brasil nos seus últimos anos. Morreu em um dia de carnaval, justamente quando a Banda de Ipanema fazia o seu desfile no Rio de Janeiro, no dia 17 de fevereiro de 1973, às 15h, numa tarde calorenta e ensolarada. Faleceu na porta da igreja Nossa Senhora da Paz, quando participava do batizado do filho do seu amigo Euclides de Sousa. Realmente, morreu nos braços de Deus. Nesta homenagem prestada a sua memória pelo Congresso Brasileiro, por intermédio do Senado, quero parabenizá-la pelo seu pronunciamento, bem como ao Senador Artur da Távola, Senador Abdias Nascimento e outros parlamentares. Nós, da Banca da matogrossense, também nos associamos a esta

homenagem que o Brasil presta ao grande autor, compositor e artista Pixinguinha.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Júlio Campos. Pixinguinha é um personagem brasileiro, portanto, não é uma exclusividade do Rio de Janeiro. Ele era tão grande que poucas pessoas sabem que ao seu repertório nada faltou, porque até hinos evangélicos ele compôs. É por isso que ele foi e continua sendo um grande mestre, um grande maestro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*SEGUE DISCURSO, NA ÍNTEGRA,
DA SRA. BENEDITA DA SILVA:*

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o orgulho me invade quando nesse momento tenho a oportunidade de falar sobre um homem, um ser humano doce, afável, correto, talentoso, arranjador, flautista e saxofonista simplesmente genial, que passou por esta vida e nos deixou grandes lembranças, saudades e ensinamentos.

Orgulho-me de ser brasileira e ter o privilégio de ser compatriota deste artista. Orgulho-me de ser negra e ter neste gênio um irmão de raça. Refiro-me ao maior músico brasileiro de todos os tempos: Maestro Alfredo da Rocha Viana Filho, o Pixinguinha.

Nascido no bairro da Piedade em 23 de abril, dia de São Jorge, que o Rio também pode chamar o dia de Pixinguinha.

Pixinguinha foi gênio sem querer. Aos 11 anos de idade, já tocava profissionalmente em um Cine-Teatro e também já havia composto o seu primeiro choro "Lata de Leite". Daí não parou mais.

Instrumentalista, compositor, arranjador e foi por ter-se destacado no campo da orquestração que ocupou naturalmente, a posição de liderança na música popular brasileira. Antes de Pixinguinha, os arranjos ou eram importados ou sofriam enorme influência estrangeira.

Sua popularidade cresceu muito em 1919, com a criação dos "Oito Batutas", grupo que tocava na sala de projeção do Cine-Palais, e em cujo repertório só constavam músicas de ritmos afro-brasileiros, o que fez com que a crítica não os recebesse bem, mas em compensação a aceitação do público era tanta que Rui Barbosa ia ao cinema todos os dias só para ouvi-los.

Instrumentista de sopros vários. Enquanto flautista, primava pela virtuosa arte de seduzir o público com seus improvisos. Quando em 1946, trocou a flauta pelo sax, surpreendeu a todos com a execu-

ção de contrapontos inéditos para a música brasileira instrumental. E essa sua performance enquanto saxofonista, provoca de Brasília Itiberê, a seguinte análise técnica: "Seu contraponto é um dos elementos mais complexos e de maiores conseqüências estéticas que existe na música popular brasileira".

Trabalhava a música como artesão consciente. Seus choros são tudo que há de mais belo no repertório nacional, Pixinguinha é a majestade da qual todos se curvam.

Proveniente das camadas mais populares, ele criou a música que melhor representa o nosso povo e o nosso país. Dentro da sua forma simples, oriunda dos subúrbios do Rio, sua obra que é popular e erudita, revolucionou e redimensionou a música popular elevando-a a um nível de sofisticação e requinte, porém fundamentada nas raízes afro-brasileiras.

Através da sua música, Pixinguinha, reabre os caminhos para que o povo tenha acesso a novas informações e a novas técnicas. Ele é o maior e mais importante músico brasileiro de todos os tempos.

Pixinguinha tem mais de 1000 composições suas gravadas. São centenas de maxixes, polcas, choros, valsa e até hinos evangélicos. Só "Carinhoso" tem mais de 200 versões gravadas e é considerada a música mais gravada no Brasil. Certa sofisticação na linha melódica dos seus choros, pôr vezes, requer certo esforço de quem se dispõe a interpretá-los.

Quando ele compunha a fim de suprir suas necessidades artísticas geniais, ele também estabelecia uma linguagem que todos entendiam. Por isso, foi considerado um dos pais da música popular brasileira e conseqüentemente, um dos pais da nossa nacionalidade cultural.

Pixinguinha foi enredo de carnaval, virou estátua, selo e hoje é ídolo centenário de um País quase sem memória.

Essa vida tão rica e ao mesmo tempo tão simples inspirou o historiador Ari Vasconcelos quando disse: "Se você tem 15 volumes para falar de toda a música popular brasileira, fique certo de que é pouco, mas se dispõe apenas do espaço de uma palavra, nem tudo está perdido, escreve depressa: Pixinguinha.

Pizindim, como sua avó o chamava, levou até seus contemporâneos e as gerações que os sucederam o melhor do espírito brasileiro de viver, particularmente do carioca.

Não só através de musicalidade veiculada através de lindas valsas e dos mais saborosos sambas e

choros da nossa música popular, mas também através de histórias famosas do seu dia-a-dia.

Para citar apenas uma delas, contada pelo jornalista Sérgio Cabral, Pixinguinha voltava tarde da noite para sua casa no subúrbio do Rio de Janeiro quando foi abordado pôr dois assaltantes. De repente os elementos perceberam que se tratava do Mestre Pixinguinha. "Que isso meu irmão? É o Pixinguinha rapaz. Ô Maestro me desculpa a gente não quer roubar o senhor não". Pixinguinha do alto de sua genialidade e generosidade vira-se aos rapazes e pergunta: Olha meninos, eu não tenho dinheiro não mas vocês não querem ir até lá em casa tomar um café? E lá foi o Maestro e os assaltantes e lá comeram, beberam, bateram papo e ao amanhecer eles foram embora. Criatura privilegiada, que não fez inimigos e cuja bondade e singeleza igualavam-se a sua genialidade, escolheu na Praça Nossa Senhora da Paz a sacristia de uma igreja para fazer o seu sax calar-se para sempre. Numa tarde de fevereiro de 1973, Pixinguinha fechou os olhos.

Que orgulho tenho em falar de Pixinguinha. Que este centenário represente um despertar de nossos jovens para a boa música, que represente para nós todos um momento de reflexão sobre os comportamentos sadios que devemos ter em vida, que represente enfim para nós negros brasileiros a prova da capacidade do homem de ser transformador, talentoso, generoso e, principalmente, "Carinhoso".

Quero parabenizar a TV Globo, Manchete, que divulgaram este centenário talento. E especialmente o **Jornal do Brasil** (Domingo, 20 de abril 1997) pelo caderno de homenagem ao Centenário de Pixinguinha especialmente o itinerário do mestre:

23 de abril de 1897

Nascimento de Pixinguinha – Alfredo da Rocha Viana Filho, segundo ele (depoimento ao Museu da Imagem e do Som), na Piedade, em rua que não soube precisar. Segundo seu irmão Leo, seria a Rua Alfredo Reis; segundo Donga e João da Baiana, a Rua Gomes Serpa. A certidão de nascimento – só tirada em 1933, para ingresso no Instituto Nacional de Música – afirma que Pixinguinha nasceu em 1898 na Rua da Floresta, 44, Catumbi. Errou no ano, pode ter errado no endereço.

Carnaval de 1911

Estréia musical de Pixinguinha, como Flautista da orquestra do Grupo Carnavalesco Filhas da Jardineira, que tinha como diretor de harmonia o oficlidista e trombonista Irineu de Almeida, importante compositor da virada do século. Irineu foi o terceiro, e

fundamental, professor de Pixinguinha, que antes aprendera cavaquinho com um dos irmãos, Henrique, e estudara com César Borges Leitão, colega de seu pai, o Velho Alfredo da Rocha Viana, na Repartição Geral dos Telégrafos. Antes do fim do ano, Pixinguinha é um artista gravado: como integrante do conjunto Choro Carioca, liderado por Irineu de Almeida, participa do registro, em discos de uma só face, selo Favorite Record, de duas composições do professor: São João de baixo água e Salve.

Ainda em 1911 compõe a primeira música: Lata de Leite, choro em três partes, como recomendava o figurino da época.

1912

Estudante no Mosteiro de São Bento, assume o primeiro emprego fixo como músico, na casa de chope La Concha, na Lapa, convidado pelo pianista Pádua Carvalho. Mais de meio século depois, recordaria: "Muitas vezes, saía direto das aulas para a Concha, com o fardamento e tudo". Levado pelo violonista Tute, integra a orquestra do Teatro Rio Branco, regida pelo maestro Paulino Sacramento.

1915

Primeira composição gravada de Pixinguinha: Dominante, pelo Bloco dos Parafusos.

1917

Pixinguinha grava em solo de flauta duas de suas mais importantes composições a valsa Rosa e o choro (tango, como se dizia na época) "Sofres porque queres". Ambas viriam a ganhar letra, nas décadas de 30 e 40, respectivamente. Morre Alfredo da Rocha Viana, pai de Pixinguinha.

Carnaval de 1919

Grande sucesso do samba. Já te digo, feito em parceria com o irmão China, autor da letra.

7 de abril de 1919

Estréia da orquestra Típica Oito Batutas, na sala de espera do Cine Palais, na Avenida Rio Branco. Os oito batutas eram Pixinguinha (flauta), Donga (violão), China (violão e canto), Raul Palmieri (violão), Nelson Alves (cavaquinho), Luís Pinto da Silva (bandola e reco-reco), José Alves Lima (bandolin e ganzá) e Jacob Palmieri (pandeiro). O grupo, "última novidade do segundo artístico carioca, no seu admirável repertório de música vocal e instrumental", como era anunciado pelo cinema, tocava maxixes, lundus, canções sertanejas, corta-jacas batuques, cateretês. Tinha público cativo, personalidades como Rui Barbosa, Ernesto Nazareth e Arnaldo Guinle.

29 de janeiro de 1922

Os oito Batutas, embarcam para a França, reduzidos a sete. Os irmãos Jacob e Raul Palmieri, além de Luís Pinto, não viajaram. Os novos integrantes são apenas dois: Sizenando Santos e José Monteiro. O conjunto passa a chamar-se Os Batutas. A estréia em Paris, dia 16 de fevereiro, foi no cabaré Sheherazade, sob a direção do brasileiro Duque. A imprensa francesa prostra-se: instrumentistas especiais, reis do ritmo, virtuosos. Os Batutas voltam, consagrados, em agosto, a tempo de participar de espetáculos da companhia francesa de revistas Ba-Ta-Clan, que fazia sucesso no Rio. A 20 de novembro, novamente Oito Batutas, o grupo parte para a Argentina, com esta constituição: Pixinguinha (flauta e saxofone). Donga (violão e banjo), China (violão e voz), Josué de Barros, o descobridor, anos depois, de Carmem Miranda (violão), Nelson Alves (cavaquinho), J. Ribas (piano), J. Thomaz (bateria) e José Alves (bandolim e ganzá).

1923

Pixinguinha compõe Carinhoso, que em 1937 passaria a ter letra, escrita por João de Barro, (há controvérsia quanto ao ano da composição, que poderia ter sido 1917 ou 1926, mas 1923 é referido pela maioria dos estudos.

1926

Criação da companhia Negra de Revistas, que faz seu primeiro espetáculo em 31 de julho, no Teatro Rialto, Pixinguinha é o regente da orquestra.

5 de janeiro de 1927

Pixinguinha casa-se, em São Paulo, com a vedete principal da Companhia Negra de Revistas, Jandira Aymoré, nome artístico de Albertina Nunes Pereira, paraense de Belém, nascida em 22 de setembro de 1898.

1928

Criação da Orquestra Típica Pixinguinha-Donga, com a qual Pixinguinha lança a versão original de Lamentos. Na revista Phono Arte, o crítico Cruz Cordeiro escreve que é bem evidente, nesse choro, a influência das melodias e do ritmo norte-americanos. Quando Pixinguinha lança Carinhoso, dois anos depois, o mesmo crítico insiste em que "o nosso popular compositor anda muito influenciado pelo ritmo e pela melodia da música do jazz".

1929

Pixinguinha assina com a RCA Victor contrato de arranjador, regente e solista. Forma a orquestra Victor Brasileira, com músicas da estatura de Augusto, Vassueur (piano). Luís Americano (Clarinete é saxofone), Luperce Miranda (bandolim) Bonfiglio de Oliveira (pistom), Luciano Perrone (bateria),

Donga (violão e banjo), João da Baiana (pandeiro) e, na tuba, o futuro maestro de fama internacional Eleazer de Carvalho. Nos anos seguintes Pixinguinha organizaria, sempre com grandes músicos, outras orquestras: Típica Victor, Diabos do Céu Grupo da Guarda Velha, Orquestra Colúmbia.

Agosto de 1940

O maestro Leopold Stokowski vem ao Brasil gravar, como disse a Villa-Lobos, que, arregimentou os músicos, "a mais legítima música popular brasileira". Pixinguinha foi um dos compositores e instrumentistas escolhidos.

Setembro de 1945

Pixinguinha, que já trocara definitivamente a flauta pelo saxofone, começa a gravar os seus choros em dupla com o flautista Benedito Lacerda, a quem dá parceria nas músicas. Até dezembro de 1950, gravaram 34 faixas, alguns dos melhores momentos de toda a discografia brasileira. Em outubro de 1946, os dois passam a fazer um programa semanal na então poderosa Rádio Tupi.

1954 e 1955

Pixinguinha é a figura central do I e do II Festivais da Velha Guarda, realizados em São Paulo, sob a direção de Almirante.

30 de maio de 1956

O prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, dá o nome de Pixinguinha à rua onde o compositor morava, em Olaria.

1962

Pixinguinha compõe a trilha sonora do filme Sol Sobre a Lama, de Alex Viany.

1963

Inauguração de placa comemorativa de 10 anos de presença diária de Pixinguinha na Uisqueira Gouveia, na Travessa do Ouvidor, onde o músico tinha cadeira cativa.

1964

Pixinguinha sobre um infarto. Compõe 18 músicas no hospital.

6 de outubro de 1966

Depoimento ao Museu da Imagem e do Som. Os entrevistadores de Pixinguinha são: Hermínio Bello de Carvalho, Cruz Cordeiro (o crítico que em 1928 o chamara de jazzista), Ilmar Carvalho, Ari Vasconcelos e Hélio Marins David. Em 22 de abril de 1968, Pixinguinha concluiria sua entrevista, ouvido agora por Hermínio Jacob do Bandolim. O Diretor do museu, Ricardo Cravo Albin, participou das duas sessões.

18 de maio de 1968

Concerto retrospectivo da obra de Pixinguinha no teatro Municipal. Participante: Radamés Gnattali (regendo a orquestra do teatro e ao piano), Nely Martins (piano), Jacob do Bandolim e Época de Ouro, conjuntos: Os Chorões e os Boêmios.

1970

Pixinguinha grava pela última vez: LP – Son Pixinguinha, da Odeon.

7 de junho de 1972

Morre Dona Albertina, mulher de Pixinguinha.

17 de fevereiro de 1973

Pixinguinha morre de infarto, na Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, antes de batizar um afilhado a quem levava de presente, com dedicatória, a melodia manuscrita de Carinhoso.

Agosto de 1977

Lançamento, pela Funarte, do Projeto Pixinguinha, que em 1982, ao completar cinco anos, havia realizado 1910 espetáculos em 31 teatros de 27 cidades de 20 estados brasileiros.

Apresentaram-se nesses shows 790 artista, a um público médio de 649 espectadores por sessão.

31 de maio a 11 de junho de 1983

Show – Uma rosa para Pixinguinha (Dez anos sem ele), na Sala Funarte, com Elisete Cardoso, Radamés Gnattali e o conjunto Camerata Carioca. Lançamento dos discos: Dez anos sem Ele e Vivaldi e Pixinguinha.

23 de abril de 1996

Inauguração da estátua de Pixinguinha, na Travessa do Ouvidor, no 99º aniversário do artista.

Senhor Presidente,

É curioso saber que esta composição de Pixinguinha ficou anos escondida porque ele julgava que as pessoas iriam dizer que ela era "muito jazzizada". Foi preciso que João de Barro lhe pedisse para deixar que fizesse a letra. O resultado é que a gravação de Orlando Silva fez de "Carinhoso" um dos grandes hinos nacionais da música brasileira.

Meu Coração,
Não sei porque,
Bate feliz
Quando te vê
E os meus olhos
Ficam sorrindo
E pelas ruas
Vão te seguindo,
Mas, mesmo assim,
Foges de mim.
Ah! se tu soubesses
Como eu sou tão carinhoso
E o muito e muito

Que te quero
E como é sincero
O meu amor,
Eu sei que nunca
Fugirias mais de mim
Vem, vem, vem, vem
Vem sentir o calor
Dos lábios meus,
À procura dos teus.
Vem matar esta paixão
Que me devora o coração
E só assim então,
Serei feliz, bem feliz.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr.as e Srs. Senadores, gostaria também de cumprimentar o Senador Artur da Távola pela feliz iniciativa de homenagearmos, hoje, o extraordinário Pixinguinha, por ocasião do seu centenário.

Quem não tem na memória a foto de um músico negro e velho, trajando pijamas, acomodado em uma cadeira de balanço, com o saxofone apoiado no corpo, apontado para o coração? Refiro-me a uma das últimas imagens tão bem captadas pelo fotógrafo Walter Firmo de um dos grandes mestres da música popular brasileira, conhecido Pixinguinha, ou mais exatamente Alfredo da Rocha Viana. Além de eternizar a figura do compositor, arranjador, instrumentista e maestro, a fotografia de Firmo deixa escapar, sem querer, dois traços muito marcantes da carreira desse músico: a consolidação de uma raça na música brasileira e a inexplicável ausência de sua obra nas fileiras de ilustres brasileiros que igualmente conquistaram o exterior, como Tom Jobim, Ary Barroso e Carmem Miranda.

Pouco antes de morrer, Pixinguinha se deixou fotografar em sua casa, no subúrbio carioca de Olaria, em pose que lembra outro gigante da música e da raça, Louis Armstrong, como quem quisesse mostrar que merecia um fim um pouco mais digno, à altura do gênio que tão bem personificou a música brasileira. Na verdade, as comemorações dos cem anos de Pixinguinha reforçam a consagração da qualidade de seu trabalho incontestável. O próprio maestro Villa-Lobos chamava-o simplesmente de "músico", sem nomenclaturas de popular ou erudita.

O nome Pixinguinha já traduz um traço de sua personalidade com a junção de dois apelidos: Pizindim, expressão de origem africana que significa "menino

bom", e Pixinguinha, uma referência à varíola que contraiu quando pequeno. Essa qualidade de pessoa muito amada, carinhosa, extremamente dócil e delicada não escapou de alguns de seus biógrafos. Chamou-me a atenção, por exemplo, um fato narrado pelo jornalista Sérgio Cabral em seu livro *Pixinguinha, vida e obra*.

Contou Cabral que, certo dia, Pixinguinha ficou doente e foi recolhido no mesmo hospital onde sua esposa estava internada. Como não queria que a mulher soubesse, vestia o terno e se dirigia ao quarto dela, nos dias de visita, para disfarçar sua condição de paciente. Mas foi na música que revelou seu lado gênio. Paulinho da Viola, um de seus muitos admiradores, garante que Pixinguinha escrevia muitas músicas "e escrevia bem". Pena que, segundo ele, cerca de 50% de sua fabulosa produção não seja conhecida. De nome de rua a estátua, inaugurada no ano passado, no Rio de Janeiro, Pixinguinha ainda é mais conhecido por suas canções, como "Carinhoso", gravada pela primeira vez em 1928, e regravaada outras tantas por inúmeros intérpretes. Apesar de ter iniciado a carreira tocando polca, valsa, samba, passando por temas afros, Pixinguinha ficou mesmo marcado como um músico de choro. Ao lado dos célebres "Oito Batutas", conjunto que ajudou a fundar, é responsável por centenas de músicas, "umas 900 inéditas", como afirma seu filho adotivo Alfredo da Rocha Viana Neto, guardadas como troféu em sua casa, na Vila da Penha, outro subúrbio do Rio, ao lado de muitas relíquias do pai.

O flautista, que mais tarde optou pelo saxofone, não conseguiu empolgar os franceses. Em Paris, entrou pela porta dos fundos, para interpretar um repertório precioso e que hoje o torna um ídolo reverenciado por todos. Pixinguinha morreu em 17 de fevereiro de 1973 dentro de uma igreja. Mesmo sabendo o que sua morte representaria para a música popular brasileira, outro seu admirador, Vinícius de Moraes, não perdeu o humor e a oportunidade de uma feliz observação: "Ele era um santo".

Pixinguinha, a sua música estará sempre dentre nós para toda a vida do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje não posso deixar de reverenciar Alfredo da Rocha Viana Filho, mais conhecido como Pixinguinha. Este homem simples foi uma figu-

ra humana extraordinária além de ter sido o mais talentoso músico de sua época, só comparável a Antônio Carlos Jobim, muitos anos depois.

Filho de família numerosa, modesta, seu pai era funcionário dos telégrafos e tinha 17 filhos. Pixinguinha despontou precocemente seu talento musical. Aos 13 anos compôs o primeiro "choro" intitulado "Lata de Leite". Em 1919 começou a ficar popular quando formou o grupo "Os Oito Batutas", fazendo sucesso imediatamente apresentando-se no Cinema Palais. Naquela época os cinemas de classe apresentavam shows antes da exibição dos filmes. Um de seus principais admiradores, nesta fase, foi nada mais, nada menos, Ruy Barbosa, que se tornou assíduo freqüentador daquele cinema só para assistir Pixinguinha.

Contam, seus amigos, para destacar o lado humano e inusitado de seu temperamento, que por volta dos anos 50, Pixinguinha caminhava sozinho pelas ruas de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro, onde morava, quando foi assaltado. Enquanto lhe tomavam os trocados, os assaltantes acabaram reconhecendo o compositor. Envergonhados, os assaltantes, naquela época ficaram envergonhado, os bandidos devolveram todos os pertences do músico. Pixinguinha no entanto, não ficou irritado com o acontecido. Muito pelo contrário. Chamou os ladrões para irem à sua casa tomar uma cerveja e ouvir um pouco de "choro" tipo de música de sua preferência.

Hermínio Bello de Carvalho, seu amigo e parceiro, qualificava Pixinguinha como uma pessoa "doce" e assim era visto e entendido por todos que o conheceram.

Na década de 20, além de se apresentar com sucesso em Paris, outros acontecimentos importantes marcaram a vida de Pixinguinha, destacando-se gravações que finalmente o projetaram como compositor e a criação dessa maravilha que é o "Carinhoso".

Aliás sobre esta música, conta a história, foi composta em 1923 mas ficou escondida por seu autor durante 10 anos, pois Pixinguinha considerava uma composição "jazzificada".

Orlando Silva contou que ouvindo a música no Dancing Eldorado pediu para gravá-la. Ao ser informado que ainda não tinha letra, o cantor levou João de Barro ao dancing e quatro dias depois a letra estava pronta. Em seguida, Orlando Silva, então no auge de sua carreira, gravava esta página da música popular brasileira.

Para se ter uma pálida idéia que o tempo não dragou o nosso compositor homenageado, o jovem

músico Mário Sane, flautista e saxofonista, está fazendo um trabalho de pesquisa para um livro que vai editar sobre o fraseado musical brasileiro e seus métodos, a partir da obra de Pixinguinha, diz ele: A música de Hermeto Pascoal, Edu Lobo, Tom Jobim, Egberto Gismonti, Wagner Tiso e Chico Buarque é impregnada de "choro". Falar em "choro" é falar em Pixinguinha. Entender Pixinguinha e com ele lidar, não é, porém, entender simplesmente o universo do choro mas a alma da musicalidade do País.

O jornalista Luís Nassif faz algumas colocações muito interessantes em sua Coluna da **Folha de S.Paulo** de janeiro deste ano. Na primeira lembra que as viagens de Pixinguinha à América Latina e sua histórica excursão a Paris, levando o maxixe, lança a semente da globalização da música popular brasileira precedendo até mesmo o próprio Villa Lobos. A outra, é uma sugestão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de instituir 1997 como "O ano de Pixinguinha", afinal foi a partir dele que se tornou mais forte a expressão cultural do povo brasileiro e a música popular começou a tomar forma, lembrando ainda que Pixinguinha e sua raça ajudaram a criar um País.

Falando em "raça", Altamiro Carrilho, outro mestre da flauta, conta em que circunstâncias Pixinguinha compôs a clássica "Lamentos". A sociedade carioca decidiu homenagear o músico que encantara Paris, cidade da época que ditava a moda. Pixinguinha chegou à homenagem não conseguiu entrar pela porta da frente. Entrou pelos fundos e respondeu ao preconceito com uma jóia que poucos brancos no século, teriam condição de compor – "Lamentos".

Enumerar os sucessos de Pixinguinha e enaltecer o seu talento reconhecido nacional e internacionalmente, seria um discurso sem fim.

Caros colegas Senadores, hoje não poderia deixar de falar em Pixinguinha porque além da admiração que sempre nutri por ele, sou uma pessoa que vê na música a mais eloquente manifestação do espírito humano, a mais sublime das filosofias e a única linguagem universal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - A Mesa deseja associar-se às homenagens prestadas pela Casa ao compositor Pixinguinha, que soube, como poucos, reunir o lamento, a alegria e a sensibilidade de um povo em sua música inesquecível e definitiva.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a constatação, que parece clara e definitiva, de que o mercado é o melhor meio para a alocação dos recursos de uma economia não invalida inteiramente, como poderiam apreciar os mais ingênuos ou afobados, a intervenção do Estado. A desigualdade inter-regional, com a conseqüente necessidade de desenvolvimento diferenciado, ainda constitui um problema que o mercado é incapaz de resolver por si.

A existência de disparidades absurdas no mundo, com áreas superdesenvolvidas e ricas, por um lado, onde pessoas morrem por doenças resultantes da ingestão excessiva de gordura e proteína, e áreas miseráveis e subdesenvolvidas, por outro lado, onde se passa fome, já seria demonstração suficiente da incapacidade do mercado de resolver todos os problemas econômicos da humanidade. Alguém poderia argumentar que tudo isso se dá exatamente pelos entraves que os países pobres criam ao livre funcionamento do mercado, mas não poderia dar conta, com a mesma facilidade, da existência de desigualdades inter-regionais dentro das fronteiras de um mesmo país, como ocorre no Brasil.

O que não se pode mais, Srs. Senadores, é advogar a atuação irresponsável do Estado, financiando quimeras como radares sofisticados ou submarinos nucleares em um país pobre e necessitado de investimento social. A intervenção estatal no fomento à atividade econômica geradora de emprego e riqueza, em regiões de desenvolvimento mais atrasado, continua a ser válida e necessária. Nesse sentido, gostaria de destacar neste pronunciamento a atuação do Banco do Nordeste na promoção do desenvolvimento econômico e social de nossa região.

Dedicado à missão, definida em seu estatuto, de impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, por meio do suprimento de recursos financeiros e do suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região, o Banco do Nordeste, em 37 anos de atuação, contribuiu decisivamente para a melhoria dos seguintes indicadores sociais e de desenvolvimento:

- renda **per capita**: de 397 para 2.437 dólares anuais, significando a passagem de 42% para 60% da média nacional;
- geração de energia: de 200 para mais de 9.000 megawatts;
- alfabetização: de 34% para 66% da população;
- esperança de vida: de 41 para 64 anos: e

— mortalidade infantil: de 166 para 80 por 1.000.

Esses dados mostram, de forma inequívoca, que a Região como um todo vem, graças à contribuição do Banco do Nordeste, crescendo e se desenvolvendo a um passo mais acelerado do que o do conjunto do País. Com base em uma visão integrada da economia do País e do bloco comercial do Cone Sul, e objetivando o desenvolvimento nacional equilibrado, o Banco do Nordeste vem dando ênfase à eficiência produtiva e à assimilação de novas tecnologias nos projetos a que dá apoio técnico e financeiro.

Tendo em vista a evidente escassez de recursos do Estado, essa intervenção se dá segundo um novo padrão, que pressupõe as reformas estruturais da economia nacional, buscando a maior participação de recursos privados, a seletividade nos investimentos, a sustentabilidade econômica, política, social e ambiental dos projetos, a descentralização industrial e a articulação com Estados e Municípios, numa visão de longo prazo, que exclui o emergencialismo tão comum no passado da atuação governamental sobre os problemas regionais.

No setor mais especificamente industrial, destacam-se o Programa da Refinaria de Petróleo, o Programa de Siderurgia de Laminados Planos e o Plano de Inserção do Nordeste na Política Nacional da Indústria Automobilística com apoio do BNB.

A participação do Banco do Nordeste no financiamento da Região é expressivo e pode ser demonstrado por alguns números irrefutáveis. Em toda a região, que abrange também o norte de Minas, há 2.775 agências bancárias, das quais apenas 176, ou cerca de 6%, são do BNB; no meu Estado de Sergipe, a título de destaque, são 156 agências no total, das quais 10% - apenas quinze agências - são do Banco do Nordeste do Brasil. Pois bem: com uma fração tão pequena das agências bancárias, a participação média do Banco do Nordeste no financiamento é de 55% por cento das operações ativas. Somente em Sergipe, sua participação é de 50%, chegando essa fração, no que diz respeito ao crédito rural, a quase 80%.

Muito mais se poderia falar da atuação do Banco do Nordeste, nesses seus 37 anos de sobrevivência, no desenvolvimento de nossa Região, porém, antes de finalizar este pronunciamento, gostaria de fazer uma menção especial ao programa que está focado no **Boletim de Notícias** do Banco, na edição especial do último dia 4 de abril. Trata-se do Programa de Agentes de Desenvolvimento, que foi posto em funcionamento em setembro do ano passado e que já demonstra ser mais uma iniciativa dig-

na da tradição do BNB de atendimento às necessidades específicas do Nordeste.

Os Agentes de Desenvolvimento são profissionais capacitados para mudar o perfil da região. Eles atuam no sentido de descobrir potencialidades e vocações de cada microrregião e de cada produtor, levando informações e adquirindo conhecimentos que passam a ser objeto de estudo e trabalho do Banco. Ouvindo, aprendendo, transformando e devolvendo ao produtor seus próprios conhecimentos, sistematizados e racionalizados, os Agentes de Desenvolvimento possibilitam, antes de tudo, a otimização do emprego e das energias produtivas regionais. Primeiro, porque conscientizam os empreendedores locais de seu verdadeiro potencial e de suas reais necessidades, de modo que só busquem o crédito quando souberem muito bem o que fazer com ele; segundo, porque dão ao Banco maior certeza quanto à efetividade dos empréstimos e maior segurança quanto à futura quitação dos empréstimos.

Trata-se de um trabalho anterior ao crédito e, talvez, mais importante que ele, pois oferecer orientação e capacitação, nas palavras de Hermano Carvalho, Coordenador do Projeto de Reorientação de Agências e do Projeto de Capacitação, é o que faz a diferença entre um mero emprestador, intermediário de recursos, e um verdadeiro banco de desenvolvimento. O Banco do Nordeste promove, com o Programa de Agentes de Desenvolvimento, verdadeira revolução bancária, confirmando seu papel transformador da dura realidade do Nordeste e de seu povo, impulsionando o progresso, o emprego e a justiça social.

Sr. Presidente, com este pronunciamento, espero estar fazendo justiça a uma agência de desenvolvimento da nossa região, o Banco do Nordeste do Brasil. Apesar de ser uma estatal, hoje estigmatizada nos projetos de privatização do Governo, o Banco do Nordeste tem demonstrado que, quando o Estado é um bom gestor, a iniciativa ganha com a sua eficiência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero regis-

trar desta tribuna que, na sexta-feira passada, tive oportunidade de, junto com o Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Fernando Catão, com o Senador Nabor Júnior e com membros da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, fazer uma visita ao Estado do Acre.

Quero dizer que foi a primeira vez que voltei ao Estado depois da alagação que a imprensa muito noticiou e que grandes transtornos levou a vários municípios. Tive oportunidade de visitar a Capital, de ver imagens do Município de Sena Madureira. O estado em que aqueles dois municípios ficaram depois que as águas baixaram realmente foi bastante desagradável.

Mas, felizmente, quero registrar aqui, o Ministro, naquela ocasião, assinou convênios com a Prefeitura de Rio Branco, no valor de R\$4 milhões, para se tentar recuperar alguma coisa do que a água levou. Recebemos, lá, a promessa do Ministro de que o Município de Sena Madureira também seria atendido, porque a situação ali ainda era muito pior do que a de Rio Branco.

Quero deixar registrado aqui o pronto atendimento, pelo Dr. Fernando Catão, das reivindicações do nosso Estado. Espero que, com a determinação que foi passada a ele pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, os recursos constantes das emendas orçamentárias feitas por toda a Bancada acreana para os municípios atingidos por essa alagação sejam liberados com a maior urgência possível, para que possamos, pelo menos, levar de volta inúmeras famílias que até hoje estão desabrigadas, porque suas casas desapareceram.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos um seriíssimo problema na Capital do Estado, Rio Branco, onde o abastecimento de água está em colapso. E o Orçamento da União já contempla o Município de Rio Branco, em uma emenda, com recursos para que se possa recuperar o serviço de abastecimento de água tratada na cidade de Rio Branco.

Fica aqui o meu registro da boa vontade e da determinação do Presidente da República, e do pronto atendimento do Ministro do Desenvolvimento Regional, Dr. Fernando Catão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos improrrogáveis.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu no último dia 20 de abril, na Cidade do Recife, um

homem comum, mas dos mais dignos da história recente de Pernambuco. Seu nome: Edinaldo Miranda de Oliveira. Profissão: engenheiro e professor universitário. Características principais: estoicismo, generosidade e convicção inabalável no imperativo da consciência e dedicação à construção, no Brasil, de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Não seria nenhum tipo de heresia afirmar que Edinaldo Miranda de Oliveira, com quem tive a honra de militar nas fileiras da juventude do Partido Comunista Brasileiro, ele como estudante de engenharia e eu como estudante de Direito, é o exemplo mais acabado de como a vida de um homem pode ser atingida quando confrontada com um regime político ilegítimo, autoritário, torpe e obscurantista. Mas se isto é verdade, ele também é o exemplo de como um ser humano, mesmo submetido a todo tipo de barbárie e injustiças, consegue reunir forças para não abandonar os seus mais profundos ideais de justiça e a sua própria dignidade.

Em dezembro de 1968, no auge da escalada terrorista ditatorial, Edinaldo Miranda foi preso, acusado de pertencer ao então proscrito Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR -, e condenado a um ano de prisão. Ainda na cadeia, foi acusado por esbirros da polícia pernambucana, no afã de prestar serviços aos generais de plantão, de ter sido o autor do atentado no Aeroporto de Guararapes, em julho de 1966, onde morreram duas pessoas, um jornalista e um almirante. Não havia prova alguma e, mesmo sob tortura, Edinaldo recusou-se a ser cúmplice da farsa policial. A fragilidade do inquérito era tal que o próprio Ministério Público Militar ofereceu uma denúncia em que admitia a hipótese absolutória. O resultado foi, como esperado, a absolvição pela Justiça Militar. Estávamos em 1971, período totalitário do Ato Institucional nº 5. Houve recurso da decisão, e, em julgamento determinado politicamente, ele acabou condenado pelo crime que lhe imputavam.

Com a volta da democracia, toda a manipulação policial da ditadura caiu por terra.

Em primeiro lugar, Edinaldo Miranda, em nenhum momento de sua vida, nem com familiares e nem com amigos, admitiu ter participado do insano ato nos Guararapes, que, soube-se depois, fora praticado por um grupo isolado da então intitulada corrente de esquerda Ação Popular. Dou um testemunho pessoal: em 1965, como companheiros da Juventude Comunista, atuamos lado a lado na criação do MDB e, como o PCB, todos nós éramos críticos de qualquer ação militar e defensores de uma saída

democrática para a crise brasileira. Edinaldo Miranda, ao contrário de outras lideranças de esquerda que, equivocadamente, resolveram buscar outros caminhos de luta, inclusive, naquela época, por exemplo, o do voto nulo, defendia a estratégia da participação eleitoral e, também, junto com o Partido Comunista Brasileiro, condenava como grave erro político o ato terrorista.

Com a liberdade de imprensa, os fatos, aos poucos, começaram a vir à tona, até com uma certa dose de surpresa para grande parte da esquerda, que atribuía à própria direita a autoria do atentado no Aeroporto. E Edinaldo Miranda, como muitos, acabou tendo conhecimento de toda a operação dos Guararapes e sobre as pessoas que dela participaram. Entretanto, nunca foi às barras da Justiça ou a qualquer outro espaço público para fazer qualquer tipo de denúncia. Entendia que a assunção das responsabilidades era questão de foro íntimo e de consciência de cada um.

Sem nunca ter deixado a militância política - e, nos últimos tempos, a universidade era o centro de sua atuação -, ele sempre perseguiu um desígnio: apagar dos autos da Justiça Militar e, portanto, de sua biografia, a responsabilidade por um ato que não cometeu. Não solicitava reparação econômica e nem se deixava ofuscar por qualquer luz, mesmo que pálida, da publicidade. Lutava apenas pelo primado ético, por uma questão moral, movido por uma consciência serena e por uma dignidade pessoal inabalável. Poucas pessoas têm a capacidade de reunir em torno de si tanto estoicismo, altivez e tanta coragem!

Edinaldo Miranda de Oliveira acabou se transformando em um homem do mundo. Saiu das prisões brasileiras, morou no Chile de Allende e, após a sua queda, lá também foi preso. Do Chile, onde se casou com Lucila, foi para a França, na condição de exilado. Lá nasceu o primeiro filho do casal, Emília. O segundo filho, José, já teve a felicidade de nascer no Brasil.

Nos últimos meses, mesmo muito doente, Edinaldo Miranda reuniu forças para continuar sobrevivendo, à espera de um pronunciamento do Superior Tribunal Militar acerca de um pedido de revisão de sentença judicial impetrado em fevereiro do corrente ano. Mas a emperrada máquina do Judiciário e, talvez, a insensibilidade política do STM para tratar dos fatos e atos do regime militar resistiram mais que o organismo enfermo, que já não era mantido pelos recursos da medicina e sim pela sede de justiça.

A bandeira de Edinaldo Miranda, uma bandeira tão singela e ao mesmo tempo tão simbólica, não será recolhida ao fundo de um armário. Seus familiares, seus amigos, os amantes da liberdade e da democracia continuarão a empunhá-la. A dignidade de um homem em certos casos - e este é o caso do amigo e companheiro que nos deixou - expressa a dignidade de uma nação inteira.

Gostaria de manifestar aqui a minha solidariedade à família de Edinaldo. Todos vocês, com certeza, mesmo sofrendo com o desaparecimento de um ente querido, fazem parte de uma história pessoal sofrida, porém iluminada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

PARECER

PARECER Nº 149, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que "dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria".

Relator: Senador Ramez Tebet

I - Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997, (nº 2.576, de 1996, na origem), que "dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria", foi distribuído a esta Comissão, em obediência ao art. 101, II, 6, do Regimento Interno, em 27 de fevereiro de 1997.

O projeto em tela objetiva tão-somente reduzir o prazo de serviço inicial, na Secretaria de Estado, dos Oficiais e Assistentes de Chancelaria de quatro anos atualmente, nos termos da Lei nº 8.829/93, para dois anos, como anteriormente fora, sob a égide da lei precedente (Lei nº 7.501, de 27 de janeiro 1986).

Submetido pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61, da Constituição Federal, ao exame da Câmara dos Deputados, teve o projeto suas razões acolhidas e foi aprovado sem alterações,

sendo remetido, conseqüentemente, à revisão do Senado Federal, consoante o prescritivo do art. 65 da Carta Magna.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Parecer

O Projeto de Lei da Câmara nº 5/97 apenas ajusta o tempo de permanência obrigatória inicial, na Secretaria de estado, dos servidores das carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. Com essa providência, readquire a Administração do Serviço Exterior Brasileiro a agilidade necessária para a distribuição de seus funcionários de acordo com a necessidade do serviço, sem que ocorra retenção demasiada, em termos de tempo, dos Oficiais e Assistentes de recrutamento recente. Ao término do biênio, ademais, está cumprida a exigência geral da Lei nº 8.112/90, art. 20, relativa ao estágio probatório, em que se afere a aptidão do servidor às funções a que se habilitou por concurso e para cujo desempenho é, por dois anos, provado.

Conforme aos requisitos constitucionais, o projeto em tela ajustar-se ao quadro legal vigente, decorre de proposta tecnicamente correta e regimentalmente exata, não acarretando tampouco qualquer aumento de despesa com pessoal.

Tendo em vista as considerações aqui trazidas a análise, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5/97, nos termos em que se encontra lavrado.

Sala das Comissões, 16 de abril de 1997. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Ramez Tebet**, Relator – **Júnia Marise** – **Regina Assunção** – **Jefferson Péres** – **Íris Rezende** – **José Eduardo Dutra** – **Romeu Tuma** – **José Fogaça** – **Francelino Pereira** – **Bello Parga** – **Élcio Álvares** – **Roberto Freire** – **Antonio Carlos Valadares** – **Lúcio Alcântara** – **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

*Anexada pela Secretaria-Geral da
Mesa do Senado Federal*

LEI Nº 8.112 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I – assiduidade;
- II – disciplina;
- III – capacidade de iniciativa;
- IV – produtividade;
- V – responsabilidade.

§ 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento do sistema de carreira, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.

§ 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1997 – COMPLEMENTAR

**Regulamenta o parágrafo único do
art. 79 da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Vice-Presidente da República terá as seguintes atribuições:

I – atuar como conselheiro do Presidente da República quanto ao projetos do Governo e a quaisquer assuntos referentes à administração pública federal;

II – manter o Presidente informado dos assuntos relevantes de que tiver conhecimento;

III – buscar estar sempre atualizado e familiarizado com os negócios da Nação, de modo a poder preparar-se para a tomada de decisões, caso venha a substituir o Presidente da República, temporária ou definitivamente;

IV – representar o Presidente em atos ou cerimônias, sempre por ele indicado;

V – assessorar o Presidente no estudo e preparação da mensagem e plano de governo a serem

encaminhados ao Congresso Nacional, nos termos do art. 84, inciso XI, da Constituição; e

VI – sugerir ao Presidente a adoção de medidas que julgue indispensáveis à segurança do Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal dispõe que "o Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele for convocado para missões especiais". (grifamos).

O objetivo principal da existência do cargo de Vice-Presidente da República vem a ser a eventual substituição do Presidente no comando supremo do País. Este princípio esteve sempre firmado em todas as Constituições brasileiras, e também nas estrangeiras. Daí resulta a relevância da identidade que deve haver entre ambos, devendo, mesmo, ser o Vice-Presidente visto como um continuador da política e diretrizes assumidas pelo Presidente, jamais adotando com este uma posição conflitante. Tal fato exige que o Vice-Presidente esteja preparado a atualizado com relação aos negócios de Governo, sendo salutar receber missões que poderão prepará-lo para o possível exercício da Presidência.

Entretanto, por ser o segundo mandatário da Nação e por representar a continuação da obra política do primeiro, ele não pode exercer funções permanentes. Embora relevantes, as suas missões deverão ser sempre transitórias, devendo ter como meta principal, justamente, a substituição eventual do primeiro mandatário – razão primeira do seu cargo. As outras funções devem se restringir ao assessoramento e auxílio ao Chefe da Nação. Em razão disso, decidimos estabelecer como atribuições do Vice-Presidente aquelas em que ele atue basicamente como conselheiro do Presidente, sem funções rotineiras que contrariariam o espírito norteador do objetivo principal do seu cargo.

Por essas razões, e no escopo de regulamentar o citado preceito constitucional, esperamos que nossos ilustres pares acolham a presente proposta.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Júlio Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente sempre que por ele convocado para missões especiais.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DO SENADO Nº 72, DE 1997

Institui a remição de aforamentos constituídos em terrenos de marinha localizados nos limites de ilhas litorâneas, sedes de capitais, mediante as condições que estabelece.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo concederá a remição de aforamentos constituídos há mais de dez anos, sobre terrenos de marinha e seus acrescidos, situados além da faixa de cem metros da atual orla marítima e do raio de mil e trezentos e vinte metros de estabelecimentos militares, desde que localizados nos limites de ilhas litorâneas onde se encontrem sedeadas capitais de Estados-membros.

Parágrafo único. O requerente deve comprovar o preenchimento simultâneo das seguintes condições:

- I – não estar em débito com a Fazenda Nacional;
- II – não possuir, no mesmo perímetro, outro imóvel com finalidade residencial ou comercial;
- III – não dispor de renda anual equivalente a duas vezes o valor do domínio pleno e das benfeitorias existentes do imóvel.

Art. 2º A remição far-se-á mediante o pagamento da importância correspondente a vinte por cento do valor do domínio pleno e das benfeitorias apurado mediante avaliação administrativa procedida com a interveniência obrigatória da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O valor a que alude este artigo pode ser dividido em até dez parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, inclusive o art. 90 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Justificação

Grande é o número dos chamados "terrenos de marinha", sujeitos ao regime de aforamento em toda a costa brasileira. Mas é sobretudo nas capitais situadas em ilhas litorâneas que esse regime quase ancestral de concessão de uso de imóveis públicos avulta e adquire proporções pouco compatíveis com a política habitacional que se pretende implantar no País.

Sujeitos ao pagamento de uma taxa anual de ocupação – denominada taxa foreira, ou simplesmente "foro" –, os detentores desses terrenos investem-se numa obrigação perpétua para com a União, o que não faz mais sentido modernamente, sobretudo se considerarmos o baixo padrão de renda dessas populações.

O Código Civil, em seu art. 693, prescreve que todos os aforamentos, salvo acordo entre as partes, são resgatáveis após o decurso de certo lapso de tempo, não sendo admissível que o Poder Público intente eximir-se da norma que promulgou para a regência dos contratos privados.

Os tempos mudaram. A enfiteuse é hoje considerada um contrato caduco e medievalesco. Portanto não há mais sentido, sobretudo se considerado alto teor das políticas sociais, de manter-se o Estado como caudatário de rendas vitalícias à custa da população carente.

O instituto da remição existe exatamente para quebrar esse vínculo vicioso e odioso, até. Por seu intermédio, e mediante determinadas condições, o arrendatário se exonera da obrigação de pagamento de foro, emancipando-se, em definitivo, da condição de devedor perpétuo e adquirindo plena autonomia sobre o domínio do imóvel que ocupa.

O presente projeto de lei objetiva precipuamente instituir o direito de remição de aforamento nos terrenos de marinha situados no perímetro das ilhas litorâneas que sirvam de sede a capitais de Estados Federados.

Evidentemente que, num primeiro passo e resguardado eventuais interesses da União, o projeto não busca uma incidência universal. Assim, é que estabelece certas condições, de sorte a beneficiar exclusivamente aqueles ocupantes de baixa renda, que não sejam proprietários de outro imóvel na mesma área.

Acrescente-se ainda que essa remição não ocorrerá a título gracioso, mas mediante o pagamento de taxa equivalente a 20% do valor do imóvel e das benfeitorias, o que importará significativo aporte de recursos aos cofres públicos.

A configuração do projeto não deixa dúvidas de que serão virtualmente beneficiadas as populações pobres residentes nas cidades de São Luiz, Vitória e Florianópolis e naquelas que, contíguas, localizam-se na mesma base geográfica.

Estamos certos de que, pelos seus elevados objetivos sociais, e pela exigência de condições que assegurem a identificação de seus efeitos, preservados os interesses patrimoniais da União, o presente projeto de lei merecerá a honrosa aprovação dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Edison Lobão**.

LEI Nº 7.450, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1985

Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

Art. 90. Fica autorizada a remição dos aforamentos constituídos há mais de 10 (dez) anos, sobre terrenos de marinha e seus acrescidos, situados além da faixa de 100m (cem metros) da atual orla marítima e do raio de 1.320m (mil trezentos e vinte metros) de estabelecimentos militares.

Parágrafo único. Será concedida a remição se satisfeitas, conjuntamente, as seguintes condições:

a) tratar-se de zona especificada em ato do Ministro da Fazenda;

b) ser o foreiro titular de unidade autônoma de edifício em condomínio regulado pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Código Civil

Art. 693. Todos os aforamentos, inclusive os constituídos anteriormente a este Código, salvo acordo entre as partes, são resgatáveis 10 (dez) anos depois de constituídos, mediante pagamento de um laudêmio, que será de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor atual da propriedade plena, e de 10 (dez) pensões anuais pelo foreiro, que não poderá no seu contrato renunciar ao direito de resgate, nem contrariar as disposições imperativas deste Capítulo.

• Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.827, de 23 de novembro de 1972.

- Vide art. 550.
- Vide Decreto nº 22.785, de 31 de maio de 1933, que veda o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao domínio da União.
- Vide Decreto nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União (arts. 103 e 122).
- Vide Súmula 170 do STF.
- Vide art. 900 do Código de Processo Civil.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1997

Proíbe a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido atos ou omissões favoráveis a regime ou ações de discriminação racial, crimes contra a ordem econômica ou tributária, atos que visem ou possam levar à formação de monopólio ou à eliminação da concorrência e dano ambiental não reparado, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a contratação, sob qualquer modalidade, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista de pessoa física ou jurídica, que, diretamente ou por associado, controlador, acionista majoritário ou empresa coligada, notoriamente, tenha contribuído, incentivado, participado por ação ou omissão ou, de qualquer forma, apoiado ou estimulado regime ou ações de discriminação racial, no Brasil ou no exterior.

§ 1º A comprovação dos atos de que trata este artigo será feita, perante o responsável pelo contratante, por documentação, fornecida por organismos nacionais ou internacionais de reconhecida reputação e idoneidade, e encaminhada por:

- I – cidadão brasileiro;
- II – associação ou entidade legalmente constituída e em funcionamento regular há pelo menos um ano;
- III – partido político com representação no Congresso Nacional;
- IV – Ministério Público da União;
- V – Mesas do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de suas Comis-

sões ou deputado federal ou senador em exercício de mandato eletivo.

§ 2º A entrega de documento que se presuma comprobatórios dos atos definidos no **caput** deste artigo suspende, a partir da identificação e confirmação da sua origem e da reputação e idoneidade do órgão emissor, todos os procedimentos administrativos de contratação a partir da data de recebimento, devendo ser instaurado procedimento administrativo para processamento e julgamento da tipicidade da conduta, em face desta lei, assegurados contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Das decisões que suspendam os procedimentos administrativos de contratação e que julguem a pessoa física ou jurídica incurso nos atos definidos nesta lei cabe recurso à instância administrativa superior, sem efeito suspensivo.

§ 4º O descumprimento do procedimento previsto neste artigo leva à nulidade do ato e à responsabilização administrativa, civil e criminal da autoridade responsável.

§ 5º A proibição de que trata este artigo é definitiva, e persiste, contra os diretamente envolvidos, mesmo sob outra situação jurídica, razão social ou atividade, somente sendo vencível pela demonstração da adoção, no caso de ato ou omissão que não tenha sido de sua responsabilidade direta, de medida efetiva de superação ou reparação dos seus efeitos e de punição dos responsáveis.

Art. 2º Fica proibida a contratação, pela União e demais entidades definidas no artigo anterior, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham, diretamente ou por preposto, associados, controladores, acionistas majoritários ou empresas coligadas, cometido atos que configurem crime contra a ordem econômica ou tributária ou que visem ou possam levar à criação de monopólio ou limitação da livre concorrência, nos termos da legislação brasileira.

Parágrafo único. Aplica-se, no caso deste artigo, no que couber, o procedimento previsto no artigo anterior, subsistindo esta proibição pelo período de vinte anos a contar da data do fato.

Art. 3º Fica também proibida a contratação, pela União e demais entidades definidas no art. 1º, das pessoas físicas ou jurídicas e demais entidades previstas nesta Lei que tenham cometido ato ou omissão de que tenha resultado dano ambiental grave, no Brasil ou no exterior, não completamente reparado.

§ 1º Aplica-se para os fins deste artigo, o procedimento previsto no art. 1º desta Lei, subsistindo a proibição pelo tempo necessário à completa repara-

ção ambiental ou, no caso da impossibilidade de fazê-lo, de forma definitiva.

§ 2º A determinação da extensão e reparabilidade do dano ambiental ocorrido no Brasil será feita pelo órgão federal competente para assuntos ambientais, e, se ocorrido no exterior, por documentação de organismo de reconhecida reputação e idoneidade, sujeita, neste caso, à homologação pelo órgão federal competente.

Art. 4º As proibições previstas nesta Lei são extensíveis a todas as modalidades operacionais de desestatização, se não concluídas, previstas pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores, inclusive as veiculadas por medida provisória.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição Federal em vigor trouxe, no caudal de suas expressivas conquistas, vigorosas disposições sobre o racismo, sobre o exercício pernicioso da atividade empresarial e sobre o meio ambiente.

O racismo encontrou, na nossa Carta Política, a necessária resposta à repulsa e condenações mundiais que vinha e vem sofrendo. A dignidade da pessoa humana, de que a discriminação racial é algoz, é preliminarmente erigida como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III); o combate ao preconceito de origem, raça e cor é dado como objetivo fundamental (art. 3º, IV); o racismo é repudiado na ordem internacional (art. 4º VIII); as distinções "de qualquer natureza" são proibidas, pelo princípio da isonomia (art. 5º, *caput*); a prática do racismo foi firmada como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão (art. 5º, XLII), além de permear outros tantos dispositivos constitucionais.

As práticas desleais, predatórias ou ultrapassadas de gestão empresarial conhecem condenação expressa no capítulo referente aos princípios gerais da atividade econômica, onde, como fundamentais do País, despontam a livre iniciativa, a justiça social, a livre concorrência, a defesa do consumidor e a defesa do meio ambiente (art. 170). Também são condenados o abuso do poder econômico (art. 173, § 4º) que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros, além de sujeitar a pessoa jurídica, sem prejuízo da responsabilidade individual dos seus dirigentes, à responsabilização por atos praticados contra a

ordem econômica e financeira e contra a economia popular (art. 173, § 5º). O art. 174 dá ao Estado o poder de agente normativo e regulador da atividade econômica fiscalizando e incentivando para todo o setor e planejando para o setor público.

Ao meio ambiente foi dedicado capítulo especial – o Capítulo VI do Título VIII. Além de a atividade empresarial estar sujeita ao princípio da defesa do meio ambiente, conforme já demonstramos, é assegurado a "todos" o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse universo, a função estatal é relevante e indispensável.

Como o aparelho estatal, que tem no topo a estrutura federal, e de certa forma balizador das condutas das demais entidades políticas, como Estados, Distrito Federal e Municípios, incumbem à União as ações mais contundentes e mais significativas da decisão governamental de cumprir e fazer cumprir tais princípios constitucionais.

Nessa linha é que estamos propondo o presente projeto de lei. Com ele, visamos a impedir a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas, ou ligadas a elas, que tenham, em sua atuação nacional ou internacional, ferido esses relevantes valores de nossa Constituição, por ação ou por omissão.

Essa proibição é extensível, di-lo o art. 4º da proposição, a todos os modelos operacionais do programa de desestatização. E aqui pretendemos atingir, diretamente, determinada situação que poderá ocorrer no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A importância estratégica e o enorme patrimônio dessa empresa fazem com que, no momento em que o Governo se prepara para implementar a sua privatização, olhares mais atentos se detenham nesse processo, tendo em vista suas conseqüências não apenas no plano político e econômico, mas também do ponto de vista social. Afinal, se a justificativa para a sua alienação se faz sob a égide da modernização de nossas estruturas produtivas, não faz sentido que ela favoreça empresas ou grupos internacionais com notória ficha corrida de desrespeito aos princípios fundamentais que regem as relações comerciais e, sobretudo, as relações entre os homens. Infelizmente, porém, são concretas as ameaças de que isso possa ocorrer no caso da CVRD.

Uma das empresas concorrentes na licitação da Companhia Vale do Rio Doce, e com grandes possibilidades de vencê-la, dado o seu poderio, é a multinacional Anglo American, com sede em Londres. Ocorre que essa empresa tem se tornado nos últimos anos, em razão de sua atuação no campo político e econômico, uma espécie de pária internacional. O principal motivo disso foi seu apoio incontestado ao regime do *apartheid* na África do Sul, desrespeitando o boicote internacional decretado pelas Nações Unidas e violando não somente resoluções da ONU, mas também convenções internacionais de que o Brasil é signatário – e que por isso têm força de lei – em especial a Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação racial, das Nações Unidas, e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da discriminação no mercado de trabalho. Além disso, tal atuação também está em desacordo com diversas cláusulas de nossa Constituição Federal, quais sejam os artigos que citamos acima.

Longe de ser um ato meramente simbólico, o apoio da poderosa Anglo American e de outras empresas de mesmo porte foi o que permitiu ao governo racista sul-africano uma sobrevida que, de outro modo, não seria possível. Pode-se medir a consequência pelo número de casos de assassinatos, torturas e outras atrocidades sofridas pelos negros e opositores políticos naquele país durante os últimos anos de um regime que poderia ter acabado muito antes, não fosse a criminosa cumplicidade de grupos que, como a Anglo American, sempre se posicionaram em favor da manutenção da supremacia branca.

Mas não se resumem a isso as restrições a essa empresa. Além de apoiar o *apartheid*, a Anglo American é suspeita de ter colaborado com o governo sul-africano na desestabilização política dos países chamados "linha de frente" – dentre eles, Angola e Moçambique – dando apoio financeiro à guerrilha contra-revolucionária para a aquisição de armamentos e infra-estrutura bélica. Como não bastasse, a Anglo American foi considerada culpada, em diversos países, por infringir a legislação anti-truste, praticando o monopólio da produção e comércio de ouro e diamantes. Por esse motivo, seu principal dirigente, Nicholas Oppenheimer, há muitos anos não pode pisar em território norte-americano, sob pena de ser imediatamente preso.

Num momento em que a sociedade brasileira começa a tomar consciência crescente de seus problemas sociais e raciais, inclusive discutindo a reformulação de sua legislação visando a tornar mais ef-

cientes os mecanismos de enfrentamento do racismo e do preconceito racial, bem como a possibilidade de estabelecer compensações para os grupos historicamente discriminados, é no mínimo um contra-senso permitirmos que se aposse de nossa estatal mais lucrativa um grupo internacional que se comprometeu ativamente com o mais execrado regime do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a condenação de que tal grupo foi objeto no mais alto foro do comércio internacional é motivo suficiente para tornar indesejável a sua presença em nosso País.

Por tudo isso, permitimo-nos confiar na aprovação do presente projeto de lei neste Parlamento, uma forma direta de assegurarmos respeito a fundamentais princípios constitucionais e humanos e indireta de expurgarmos da atuação no Brasil uma empresa poderosa que carrega a mancha indelével da atuação racista e contrária aos direitos humanos.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Abdias Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
III – a dignidade da pessoa humana;

.....
Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

.....
Dos direitos e deveres individuais e coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLVII – não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
 - b) de caráter perpétuo;
 - c) de trabalhos forçados;
 - d) de banimento;
 - e) cruéis;
-

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente;
- VII – redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII – busca do pleno emprego;
- IX – tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....
Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

.....
§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos prati-

cados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

.....
Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado,

de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

(As Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes

OFÍCIO Nº 105/97 Brasília, 22 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para compor a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Senhor Deputado Paulo Cordeiro (PTB/PR), na qualidade de suplente, em substituição ao Deputado Albérico Cordeiro (PTB/AL).

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. – Deputado **Paulo Heslander**, Líder do PTB.

OF. GLPMDB Nº 150/97 Brasília, 22 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Onofre Quinan como membro titular, em substituição ao Senador Mauro Miranda na Comissão Mista de Planos, Orça-

mentos Públicos e Fiscalização, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ney Suassuna
Senador Flaviano Melo
Senadora Marluce Pinto
Senador Carlos Bezerra
Senador Onofre Quinan
Senador Jader Barbalho

Suplentes

Senador Casildo Maldaner
Senador Fernando Bezerra

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

OF. Nº 0725-L-PFL/97 Brasília, 22 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jair Soares deixa de fazer parte, como membro suplente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.559-12, de 15 de abril de 1997, que "altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro", assumindo sua vaga o Deputado Aroldo Cedraz.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 279, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 210, item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, seja transcrito no **Diário do Senado Federal**, para que conste dos Anais, o artigo intitulado "Orçamento austero e estabilidade", publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do dia 20 de abril de 1997, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido à Comissão Diretora para parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Presidência recebeu o Aviso nº 60, de 1997, de 14 do corrente, do Ministro de Estado do Trabalho, comunicando a realização em Genebra, Suíça, da octogésima quinta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no período de 3 a 19 de junho do corrente ano, e consultando sobre o interesse desta Casa em indicar representante para participar do referido evento, na condição de Observador Parlamentar, integrando a Delegação Oficial do Brasil, com ônus para o Senado Federal. (**Diversos** nº. 22, de 1997)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Presidência recebeu o Aviso nº 170, de 1997, de 11 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 164/97, adotada pelo referido Tribunal na Sessão Ordinária do Plenário de 09 de abril do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, atendendo à solicitação da Comissão Temporária do Senado Federal destinada a investigar as obras não concluídas custeadas pela União.

O expediente será anexado ao processado do Requerimento nº 651, de 1995, e, em cópia, ao processado do **Diversos** nº 1, de 1996, que vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 47, de 1997, que autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Reratificação ao Contrato de Abertura de Crédito, celebrado em 10 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 29 próximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Presidência comunica aos Srs. Senadores que, em aditamento à pauta prevista para o próximo dia 29, agendou as seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1997; e

Projeto de Resolução nº 47, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.549-29, adotada em 15 de abril de 1997 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
José Bianco	Francelino Pereira
Waldeck Ornelas	Joel de Hollanda
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Artur da Távola	Teotônio Vilela Filho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
	PTB
Valmir Campelo	Emília Fernandes

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Mendonça Filho	Maurício Najar
Vilmar Rocha	Alexandre Ceranto
Bloco (PMDB/PSD/PSL)	
Gonzaga Mota	Ivandro Cunha Lima
Genésio Bernardino	Pedro Yves
	PSDB
Roberto Santos	Franco Montoro
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Machado	Neiva Moreira
	PPB
Eurico Miranda	Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 23-4-97 - designação da Comissão Mista
 Dia 24-4-97 - instalação da Comissão Mista
 Até 21-4-97 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 30-4-97 - prazo final da Comissão Mista

Até 15-5-97 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item nº1:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 1995

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e determina outras providências (trabalho escravo), tendo

Parecer sob nº 76, de 1997, da Comissão

Diretora, oferecendo a redação do vencido.

(Em virtude de adiamento)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa de 18 de março, quando teve a sua discussão adiada para o dia 30 do corrente. Posteriormente, no dia 10 de abril próximo passado, foi lido e aprovado o Requerimento nº 258, de 1997, solicitando a antecipação da apreciação da matéria para a sessão de hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Há sobre a mesa, porém, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

EMENDA (de plenário)

Oferecida ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848,

de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e determina outras providências.

EMENDA Nº1-PLEN

Suprimam-se do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995:

I - as referências aos arts. 197, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e

II - os arts. 2º a 5º

Justificação

Com a presente emenda pretendemos que o Substitutivo seja reexaminado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que, em nosso entendimento, as alterações introduzidas no Código Penal pelos artigos aos quais sugerimos supressão não se coadunam com as demais disposições do Código e nem obedecem à boa técnica legislativa.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. - Senador **José Ignácio Ferreira**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em discussão o projeto e a emenda em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria, assim, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - **Item nº 2**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 1996 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em plenário, Relator: Senador Jonas Pinheiro, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

(Em virtude de adiamento)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 18, quando teve a sua discussão adiada para o dia 30 do corrente. Posteriormente, no dia 10 de abril próximo passado, foi lido o requerimento antecipando para hoje.

Passa-se, assim, à discussão em turno único. Em discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 280, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea a, do Regimento Interno, requero o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 142 de 1996, "que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências", de autoria do Senador José Eduardo Andrade Vieira, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **José Serra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Presidência determinou a elaboração de quadros comparativos das propostas de emenda à Constituição constantes dos Itens 3 a 8, bem como das emendas a elas oferecidas.

Os quadros comparativos se encontram nas bancadas dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- **Item 03:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição
nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7 de 1997)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros Srs. Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Pareceres

- proferido em Plenário, da Comissão Especial criada para examinar as matérias, Relator: Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva);

- sob nº 66, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial), Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (substitutiva) que oferece, pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, com votos em separado dos Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra;

- proferido em plenário, em reexame, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 16 do corrente.

A Presidência retirou e colocou na Ordem do Dia de hoje, daí por que concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Como Relator. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme expusemos na última sessão, onde tratamos dessa matéria, ou seja, na quarta-feira passada, a proposta de emenda constitucional que estamos apresentando trata de inverter a ordem dos fatores na votação de medidas provisórias.

Passados quase dez anos da Assembléia Nacional Constituinte, pela primeira vez surge a concreta possibilidade de fazer com que as medidas provisórias venham a cair por decurso de prazo, ou seja, poderá ter extinta a sua eficácia se, no prazo estabelecido pela Constituição, não forem votadas pelo Congresso Nacional. Isso é exatamente o oposto diametral do que era o decreto-lei, no tempo do regime autoritário.

Esse passo significativo, do ponto de vista político, e importante, do ponto de vista constitucional, está sendo propiciado graças, inicialmente, ao traba-

lho do Senador Josaphat Marinho na Comissão Especial; à decisão política do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães; à abertura e à sensibilidade democrática do Governo e do Presidente da República, que, pela primeira vez, resolve abrir mão de um poder constitucional e legítimo que tem, de caráter quase discricionário, que é o poder de reeditar medidas provisórias.

Hoje, após seqüentes negociações com a Oposição, estamos fazendo um aditamento à emenda que apresentamos na sessão anterior, em que essa matéria foi apreciada e discutida.

A mudança que estamos aqui propondo se refere basicamente aos arts. 48 e 84 da Constituição. Após a objeção levantada pelo Líder da Oposição, Senador José Eduardo Dutra, quanto a um aspecto explícito da proposta, que é relativo à extinção de cargos, aproveitamos, na Íntegra, emenda do Senador Roberto Freire, acrescentando apenas uma frase, que é produto de uma negociação, ou, eu diria, de uma concessão política que fez à Liderança do Governo no Congresso, através do Senador José Roberto Arruda, para que se propiciasse um caminho melhor para o bom senso.

Qual é a modificação à emenda Roberto Freire?

É a de que fica na esfera das prerrogativas do Presidente da República o poder de, mediante decreto, legislar sobre a extinção de cargos. Como havia uma oposição a que essa legislação fosse total e absoluta, propusemos - e o Governo aceitou - que essa prerrogativa, que essa competência privativa do Presidente seria tão-somente quanto à extinção de cargos, quando vagos. Portanto, mediante decreto, poderá o Presidente da República extinguir cargos, quando vagos.

Em hipótese nenhuma, em nenhuma situação, o Presidente da República poderá criar cargos ou gerar despesas novas que não são do conhecimento e do domínio do Congresso Nacional. Portanto, eu diria que essa é a mudança crucial, substantiva, resultante desse lento, mas eficaz, processo de negociação que mantivemos ao longo desses dias.

Por outro lado, a modificação que aqui introduzimos, também resultante de uma emenda sugerida ao Relator, é a de que - de acordo com a proposta que apresentamos na sessão anterior, não se estabelecia prazo para a votação do decreto legislativo - o prazo para votação de um decreto legislativo que venha a disciplinar as relações jurídicas decorrentes de medida provisória que tenha extinta a sua eficácia por decurso de prazo é de 60 dias. O Congresso

deverá agir, deverá atuar, trabalhar, deverá mostrar serviço para disciplinar os atos praticados sob a vigência da medida provisória. E não depois; tão-somente, estritamente sob a vigência da medida provisória, como limite, como balizamento claro e inequívoco de que, extinta a eficácia, dali para o futuro, nenhum milímetro, nenhuma vírgula, nenhuma letra, nenhuma linha da medida provisória tem validade jurídica e pode ser aplicada no campo do Direito. Portanto, o cuidado que se tem é com aqueles atos jurídicos que, no campo dos fatos, geram consequências que, muitas vezes, são irreversíveis. Um cidadão transfere um bem por ordem de regras estabelecidas em medida provisória; esse bem é levado para o exterior; a medida provisória cai por extinção de eficácia; como faz o cidadão para desassinar contratos, para desvender o que vendeu, para colocar pasta de dente dentro do tubo novamente?

Então, em nome da seriedade e do bom senso, o § 5º está exigindo que, em 60 dias, o Congresso discipline essas relações ou as anule, dizendo como são anuladas. Se não as anular, elas terão vigência somente - repito, insistentemente, para que isso seja atentamente percebido pelos Srs. Senadores - durante a vigência da medida provisória. Extinta a sua eficácia, nada do que ali se prescrevia terá validade. É muito importante registrar essa diferença.

Do ponto de vista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da proposta anterior, também suprimimos a regra que estabelecia a proibição de confisco, poupança e ativos financeiros, por uma razão muito simples: isso é proibido pela Constituição. É proibido o confisco de bens, de ativos financeiros, da propriedade de qualquer natureza. Se uma medida provisória tratar disso, ela é uma medida provisória nula, porque é rigorosamente inconstitucional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero crer que nesta tarde temos todas as condições de votar, pois a Emenda Roberto Freire consegue estabelecer as bases para a negociação, consegue aproximar a vontade da Oposição com a vontade do Governo, criando as condições para darmos esse grande passo que V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, está propiciando com sua decisão férrea, firme e decidida de colocar essa matéria em votação.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

É o seguinte o parecer na Íntegra:

**PARECER DE PLENÁRIO,
DE 23-4-97**

Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reexame, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, e as Emendas nºs 1-PLN (Substitutivo) e 2-CCJ (Substitutivo), relativas a medidas provisórias.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, o substitutivo apresentado pela Comissão Especial (relator: Senador Josaphat Marinho), para as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, que versam sobre a questão do estatuto e da prática das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, publicado no **Diário do Senado Federal**, de 20 de junho de 1996.

A matéria vem sendo objeto de amplo debate no âmbito do Congresso Nacional, tanto sob a forma de projetos de lei como de propostas de emenda à Constituição. O teor desse debate e sua intensa discussão, ao longo dos últimos oito anos, são amplamente conhecidos, não sendo necessário, pois, voltar a eles.

É o relatório.

II – Análise

Com respeito às escassas regras ora vigentes em decorrência do art. 62 da Lei Maior, o projeto da Comissão Especial ofereceu um avanço considerável na questão, com fundamento no qual elaborou-se um novo substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Esse texto toma como referência proposta da Comissão Especial 0 (Emenda de Plenário nº 1 (Substitutivo) à PEC nº 1/95) e as PEC nºs 1, 4, 11, 20, 65, de 1995.

A cura do interesse público e da governabilidade faz da medida provisória um instrumento importante, que não pode ser subestimado nem supervalorizado. A ação de governo, em um país da complexidade do Brasil e requerendo que se enfrente, diuturnamente, uma gama considerável de questões de grande diversidade, não pode ser simplesmente privada do recurso à medida provisória. Deve-se, isso sim, considerar com realismo a necessidade de rever as condições e formas de sua adoção bem assim os mecanismos de sua apreciação no Congres-

so Nacional. O papel ativo do Congresso no processo de tomada de decisão complexa, em conjunto com o Poder Executivo, no caso próprio das medidas provisórias, exige que se encontrem formas de atuação eficiente para o Parlamento, evitando-se o indesejável desvio em direção à omissão deliberativa ou ao absentismo.

Caracteriza-se o substitutivo pelos elementos seguintes:

a) estende o prazo de vigência de medida provisória para sessenta dias;

b) a apreciação de medida provisória passa a ser feita separadamente, em cada Casa.

Para que haja um sistema orgânico de tratamento de medidas provisórias no âmbito do Congresso Nacional, cabe não apenas rever os enunciados prescritivos da Constituição Federal, mas igualmente as regras internas que o Congresso se deu, revendo-se a Resolução nº 1, de 1989, de forma a adequá-la ao novo modelo. Dessarte anexa-se à conclusão deste parecer, proposta de alteração da referida resolução.

III – Voto

Nos termos das ponderações acima, enuncio meu voto:

a) pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, na forma do substitutivo abaixo constante, bem assim pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e do substitutivo da Comissão Especial, por estarem todos suficientes e adequadamente contemplados, quando e onde coube, no substitutivo pelo qual ora se conclui;

b) pela apresentação de projeto de resolução do Congresso Nacional, regulando a nova sistemática de apreciação de medidas provisórias e revogando a Resolução nº 1, de 1989-CN.

EMENDA Nº 3

(Substitutiva em aditamento)

Altera os arts. 62, 48 e 84 da Constituição Federal.

Art. 1º Dê-se ao art. 62 da Constituição Federal a seguinte redação:

"Art. 62.

§ 1º As medidas provisórias perderão eficácia se, no prazo de noventa dias, admitida a prorrogação por igual período, não forem convertidas em lei, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes."

§ 2º O prazo inicial a que se refere o § 1º deste artigo será contado a partir da data da publicação da medida provisória.

§ 3º Ato do Presidente da República poderá prorrogar a vigência de medidas provisórias pelo prazo de noventa dias, sendo a respectiva mensagem encaminhada ao Congresso Nacional.

§ 4º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, do todo ou parte de medida provisória que tenha sido objeto de rejeição ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 5º Os atos praticados na vigência de medida provisória terão validade jurídica plena, salvo se o Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da data da extinção de sua eficácia ou rejeição, promulgar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes, nos termos do § 1º.

§ 6º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, observado o critério de alternância simples.

§ 7º O Congresso Nacional adotará regime especial de tramitação e votação para as medidas provisórias, cabendo a uma comissão mista de Deputados e Senadores examiná-las e emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, em cada uma de suas Casas.

§ 8º Encerrada a votação na casa revisora, que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões, a matéria será encaminhada, se necessário, à comissão mista para a sistematização do texto final, retornando à mesma Casa no prazo de 5 (cinco) dias, obrigatoriamente, para que o respectivo Presidente a envie à sanção presidencial.

§ 9º O voto contrário de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

§ 10. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e crédito adicionais, ressalvado o previsto no art. 167 § 3º;

II – reservada à lei complementar;

III – de competência exclusiva do Congresso Nacional ou privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto por parte do Presidente da República;

V – que contenha dispositivos estranhos à matéria que está sendo objeto da respectiva medida provisória.

§ 11. Em caso de interrupção das atividades do Congresso Nacional, independente dos motivos que determinaram o recesso, ficará igualmente suspensa a contagem dos prazos a que se refere o parágrafo 1º.

Art. 2º As medidas provisórias publicadas até a data da promulgação desta Emenda continuam em vigor até deliberação do Congresso Nacional ou revogação pelo Presidente da República.

Art. 3º É revogado o inciso XI do art. 48 da Constituição Federal e os incisos IX e X passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.....

.....

IX – organização judiciária e do Ministério Público da União e do Distrito Federal;

X – criação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, inciso XXVII, alínea d.

Art. 4º É acrescentado um novo inciso ao art. 84 da Constituição, de número XXVII, renumerando o atual para XXVIII, e os incisos XXV e XXVI passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84.....

.....

XXV – prover os cargos públicos, na forma da lei;

XVI – editar medidas provisórias com eficácia imediata, nos termos do art. 62;

XXVII – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização administrativa do Poder Executivo

b) transformação de cargos, empregos ou funções públicas;

c) criação, estruturação e atribuição dos Ministérios e órgãos da administração pública;

d) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos."

ADITAMENTO À EMENDA Nº 3-PLEN

Oferecida como conclusão do Parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reexame, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, relativas a medidas provisórias.

José Roberto Arruda – Sérgio Machado – Elcio Alvares – Carlos Patrocínio – Romeu Tuma – Hugo Napoleão – Edison Lobão – José Agripino – Freitas Neto – João Rocha – Onofre Quinan – José Bianco – Carlos Wilson – Ludio Coelho – Francelino Pereira – Geraldo Melo.

ADITAMENTO À EMENDA Nº 3-PLEN

Oferecida como conclusão do Parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reexame, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, relativas a medidas provisórias.

Waldeck Ornelas – José Alves – Gilvam Borges – Roberto Freire – Jader Barbalho – Regina Assumpção – Coutinho Jorge – Leomar Quintanilha – Carlos Bezerra – José Serra – João França.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1996-CN

(da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal".

Art. 1º A7 Resolução nº 1, de 1989-CN passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O exame e a votação pelo Congresso Nacional de Medida Provisória editada pelo Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, será feita com a observância das normas contidas nesta Resolução.

Art. 2º Nas quarenta e oito horas que se seguirem a publicação no Diário Oficial da União, de Medida Provisória editada pelo Presidente da República, a Presidência do Congresso Nacional fará publicar e distribuir avulsos da matéria, e designará Comissão Mista para seu estudo e parecer.

§ 1º A Comissão Mista será integrada por sete Senadores e sete Deputados e igual número de suplentes, indicados pelos respectivos líderes, obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária ou de bloco parlamentar.

§ 2º Ao aplicar-se o critério da proporcionalidade partidária prevista no parágrafo anterior, observar-se-á a sistemática de rodízio para as representações não contempladas, de tal forma que todos os partidos políticos ou blocos parlamentares possam se fazer representar nas Comissões Mistas.

§ 3º A indicação pelos líderes deverá ser encaminhada à Presidência do Congresso Nacional até as doze horas do dia seguinte ao da publicação da Medida Provisória.

§ 4º Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem a indicação, o Presidente do Congresso Nacional fará a designação.

§ 5º A constituição da Comissão Mista e a fixação do calendário de tramitação da matéria poderão ser comunicadas em sessão do Senado ou conjunta do Congresso Nacional, sendo do primeiro caso, dado conhecimento à Câmara dos Deputados, por ofício, ao seu Presidente.

Art. 3º Uma vez designada, a Comissão terá o prazo de vinte e quatro horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e Vice-Presidente, bem como designados os relatores para a matéria.

Parágrafo único. Serão designados um relator e um sub-relator, o primeiro integrante da Casa onde a tramitação será iniciada e o segundo da outra Casa, podendo o Presidente relatar a matéria na ausência dos relatores.

Art. 4º Nos dez dias que se seguirem à designação da Comissão Mista, poderão a ela ser oferecidas emendas que deverão ser entregues à Secretaria da Comissão.

§ 1º É vedada a apresentação de emendas sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar.

§ 2º O autor de emenda não aceita poderá recorrer, com apoio de três membros da Comissão, da decisão do Presidente para o Plenário desta, que decidirá definitivamente, por maioria simples, sem discussão ou encaminhamento de votação.

Art. 5º A Comissão terá o prazo improrrogável de trinta dias a partir de sua designação, para proferir o seu Parecer sobre a Medida e emendas, quanto aos aspectos constitucional e de mérito, concluindo por Projeto de Lei de Conversão, sempre que a matéria for alterada.

Parágrafo único. A Comissão deverá sempre se pronunciar sobre o mérito da Medida e emenda, ainda quando decidir pela inconstitucionalidade daquela.

Art. 6º O Parecer da Comissão será encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional que, após sua leitura, publicação e distribuição de avulsos o despachará, para discussão e votação em plenário, alternadamente, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Esgotado o prazo da Comissão sem a apresentação do Parecer, poderá este ser apresentado no plenário da Casa iniciadora, pelo Presidente ou vice da Comissão, podendo ainda o Presidente do Congresso Nacional designar relator diverso, para oferecer parecer no prazo máximo de vinte e quatro horas.

Art. 7º A matéria deverá ser incluída em Ordem do Dia, em regime de urgência nas vinte e quatro horas que se seguirem a distribuição de avulsos, com preferência sobre as demais matérias dela constantes.

Parágrafo único. A matéria permanecerá na Ordem do Dia como item I até sua votação final.

Art. 8º Aprovada na Casa iniciadora, a matéria será enviada, dentro de vinte e quatro horas, ao Presidente do Congresso Nacional que a encaminhará à Casa revisora, instruída com o Parecer sobre ela proferido, com a observância do estabelecido no caput e parágrafo único do artigo anterior.

Parágrafo único. Faltando vinte dias para o encerramento do prazo a que se refere o art. 62, § 1º da Constituição Federal, não tendo sido votada na Casa iniciadora, a matéria será encaminhada à outra Casa, observado o que dispõe os arts. 6º e 7º desta Resolução.

Art. 9º Em plenário a matéria será submetida a um único turno de discussão e votação.

§ 1º A discussão da proposição principal, das emendas e subemendas, se houver, será feita em conjunto.

§ 2º A matéria ou partes da matéria, bem como emendas e subemendas rejeitadas por uma das Casas, não serão objeto de deliberação na outra Casa.

§ 3º O voto contrário de uma das Casas importará na rejeição da matéria.

Art. 10. Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição pelo tempo máximo de 10 minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a parlamentares favoráveis e contrários à matéria.

§ 1º A discussão se encerrará após falar o último orador inscrito. Se, após o término do tempo da sessão, ainda houver inscrições, será ela prorrogada por 2 horas, findas as quais será automaticamente encerrada a discussão.

§ 2º A discussão poderá ser encerrada por deliberação do Plenário a requerimento escrito de 10 membros ou de Líderes que representem esse número, após falarem 6 parlamentares, 3 a favor e 3 contra.

§ 3º Não se admitirá requerimento de adiamento de discussão ou da votação da matéria.

Art. 11. Encerrada a discussão passar-se-á a votação da matéria, podendo encaminhá-la 6 parlamentares, 3 a favor e 3 contra, por cinco minutos cada um.

Art. 12. Admitir-se-á requerimento de destaque supressivo, para votação em separado, a ser apresentado até o encerramento da discussão da matéria.

Art. 13. Encerrada a votação na Casa revisora, a matéria volta à Comissão Mista para a redação final, sendo o texto modificado pelas supressões ocorridas encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, que o

enviará, em autógrafos, à sanção do Presidente da República.

Art. 14. Sendo a Medida Provisória aprovada, sem alterações, o Presidente do Congresso Nacional a promulgará.

Art. 15. Em caso de notória e excepcional urgência, o Presidente do Congresso Nacional, não havendo objeção do plenário, poderá reduzir os prazos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 16. Aplicar-se-ão, ainda, subsidiariamente, na tramitação da matéria, no que couber, as normas gerais estabelecidas nos Regimentos das Casas respectivas.

Art. 17. As normas contidas nesta Resolução não se aplicam às Medidas Provisórias em tramitação no Congresso Nacional nesta data, que se regerão pela legislação específica anterior.

Art. 18. Sendo prorrogada medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, o Presidente da República dará conhecimento ao Congresso Nacional.

Art. 19. Recebida a mensagem, o Presidente da Casa onde a matéria se encontrar em tramitação comunicará ao Plenário a prorrogação da medida provisória por mais noventa dias, determinando que o processado seja enviado à Comissão Mista para receber emendas, pelo prazo de cinco dias, findo o qual, a matéria retornará ao Plenário da mesma Casa.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário, e, em especial, as Resoluções nºs 1 e 2 de 1989-CN".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Lido o relatório, continua o processo de votação.

O SR. PEDRO SIMON - A matéria está em discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A discussão está encerrada. Nós estamos em processo de votação.

V. Exª tem cinco minutos para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO SIMON - Mas, Sr. Presidente, se o Relator apresentou matéria nova, não posso discutir a matéria nova? S. Exª disse que fez alteração. O Relator disse que aceitou a emenda do...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Regimentalmente, não posso atender V. Exª, mas

serei tolerante no que diz respeito àquelas prorrogações que sempre dou às falas de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON - Não entendi, Sr. Presidente. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Serei tolerante nas prorrogações que sempre dou às falas de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Só um segundo, se V. Exª me permite, para ler dois requerimentos de preferência.

Sobre a mesa, requerimentos de preferência que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 281, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno, requeiro preferência para apreciação da Emenda nº 3, de Plenário, substitutiva, com as alterações propostas pelo Relator, a fim de ser feita antes de qualquer proposição.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. - Senador **José Fogaça**.

REQUERIMENTO Nº 281-A, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311, alínea b, do Regimento Interno, requeiro preferência para a Emenda nº 1, de Plenário, da Comissão Especial, à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, a fim de ser votada antes da de nº 2, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. - Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o requerimento de preferência do Senador Fogaça para apreciação da Emenda nº 3, de Plenário, com as modificações sugeridas pelo Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Para uma questão de ordem, Senador José Serra. Posteriormente, V. Exª, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª uma orienta-

ção quanto aos destaques com relação à proposta apresentada pelo Relator, Senador José Fogaça.

É possível encaminhar destaques à Mesa com relação às emendas apresentadas à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em relação às que estão sobre a mesa, de V. Ex^a, as emendas que estão nos Avulsos, V. Ex^a pode apresentar os destaques que julgar necessários.

O SR. JOSÉ SERRA - Encaminhamos várias emendas no final de semana, na sexta-feira, que não haviam sido apresentadas anteriormente à Comissão. Dado que o relatório é novo, seria pertinente que se pudessem fazer destaques sobre essas emendas, já que o relatório apresentado é diferente daquele para o qual foram apresentadas as emendas publicadas em avulso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Regimentalmente não se pode atender V. Ex^a, infelizmente. Agora, sobre as matérias que estão em plenário - as três emendas -, V. Ex^a pode apresentar todos os destaques. V. Ex^a pode apresentar os destaques, se elas se referem a essas matérias, e provavelmente se referem, que julgar conveniente.

O SR. JOSÉ SERRA - Apresentarei os destaques em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Mesa aguarda os destaques, para que não prejudique o início da votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Relator tem preferência, Senador José Eduardo Dutra, para um esclarecimento que pode facilitar o encaminhamento da votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) - Apenas quero esclarecer que o que está em votação é a emenda constitucional que altera o regime de votação das medidas provisórias. Há um Projeto de Resolução anexo, mas este não está sendo votado, nem poderá ser votado antes de a matéria passar pelo segundo turno. De modo que, emendas, por exemplo, como as do Senador José Serra...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Senador José Serra, peço a sua atenção.

O SR. JOSÉ FOGAÇA -...ao Projeto de Resolução não estão sendo consideradas neste momento, pela simples razão de que o Projeto de Resolução não está em votação. O que está em votação é a emenda constitucional. Portanto, após votarmos a emenda constitucional, em segundo turno, vamos votar imediatamente o Projeto de Resolução, porque

as coisas são umbilicalmente ligadas, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Emenda nº 3.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, só para esclarecer, temos emendas sobre a emenda constitucional, sobre a PEC, e não apenas sobre o Projeto de Resolução. O destaque seria pedido sobre alternativas à emenda constitucional apresentada pelo Relator.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - As emendas feitas à Proposta de Emenda Constitucional, evidentemente, podem ser destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- As emendas que o Senador José Serra vai apresentar são relativas à emenda constitucional que está em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - O parecer em relação à emenda do Senador José Serra, que deseja suprimir o art. 246, é contrário, porque esta emenda não conseguiu lograr, apesar da insistência do Senador José Roberto Arruda, acordo entre os Líderes. O parecer foi, então, pela rejeição. Não consta, portanto, do substitutivo apresentado, mas o Senador José Serra tem todo o direito de, legitimamente, requerer os destaques.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero registrar que somos os principais interessados em votar matérias relativas à medida provisória. Há dois anos, vimos solicitando, por meio de requerimentos, a inclusão na pauta de um projeto do então Deputado Nelson Jobim, atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, que tratava da matéria. Então, não podemos, em momento algum, ser acusados de querer protelar a votação de matéria tão importante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos votando uma emenda constitucional, e justamente por ser uma emenda constitucional, não pode nascer repleta de vícios formais. Desde o início do mandato de V. Ex^a, quando começou a trabalhar no sentido de que esta Casa chegasse a um acordo para que pudessemos votar essa matéria, e a Oposição tem participado de todas as reuniões, apresentando contribuições. Reconhecemos que os Líderes do Governo também têm adotado uma postura tolerante, no

sentido de se tentar chegar a uma solução para esse impasse.

Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo o processo de negociação que vinha sendo feito era em cima do art. 62 que trata das medidas provisórias. As matérias que estão sendo votadas são cinco ou seis propostas de emenda constitucional, que tratam especificamente do art. 62 da Constituição Federal.

O Senador José Fogaça, como Relator e em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentou, na última quinta-feira, um parecer que estabelece modificações no art. 62, que é especificamente o artigo das medidas provisórias; portanto, coerentemente com as matérias que estão em tramitação. Mas S. Ex^a, no seu relatório, inclui modificações no art. 48 e no art. 84 da Constituição Federal. No Título IX, Capítulo I, do Regimento Interno, que trata das proposições sujeitas a disposições especiais, particularmente as Propostas de Emenda Constitucional, o § 2º do art. 358 diz o seguinte:

"Durante a discussão poderão ser oferecidas emendas assinadas por, no mínimo, um terço dos membros do Senado, desde que guardem relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta."

Embora reconheçamos que, no processo de negociação política, a Liderança do Governo tenha colocado sempre que queria discutir retomada de atribuições por parte do Poder Executivo, o art. 48 e o art. 84 não são matérias que guardam relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta que está em discussão, que é o art. 62, que trata da medida provisória.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer, no que diz respeito a essas duas matérias, ou seja, aos arts. 48 e 84, choca-se frontalmente com o Regimento Interno da Casa. Então, esta é a questão de ordem que levantamos. Concordamos que se deva colocar em discussão o parecer do Senador José Fogaça, relativo ao art. 62, porque é o que trata as Propostas de Emenda Constitucional. Mas entendemos que o parecer do Relator, no que diz respeito aos arts. 48 e 84, é anti-regimental.

Com relação ao parecer referente ao art. 62, o Senador José Fogaça apresentou esse parecer na última quinta-feira. O parecer foi publicado. Já havíamos preparado destaques para aquele parecer que foi publicado. O Senador José Fogaça agora apresenta um novo substitutivo, modificando não só a parte relativa ao art. 62, como também a parte relativa aos arts. 48 e 84. Mesmo em relação ao parecer,

no que diz respeito ao art. 62, precisaríamos de um tempo para examiná-lo, até porque ainda não tivemos acesso a uma cópia, para sabermos quais os destaques que poderíamos fazer, uma vez que, comparando-se o parecer publicado na quinta-feira com o publicado agora, há diferença, inclusive, na numeração dos artigos. Dessa forma, os destaques que fizemos, baseados no parecer publicado, não podem ser aplicados a esse parecer que agora é lido.

Portanto, Sr. Presidente, quanto à questão de ordem relativa aos arts. 48 e 84 e quanto ao art. 62, solicitamos um tempo para preparar os destaques, até para podermos votar, se for o caso, o requerimento de preferência, que, inclusive, já se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- O Regimento oferece o remédio adequado para o que solicita V. Ex^a, no seu art. 312, letra a, para se constituir um projeto autônomo em relação à proposição que V. Ex^a deseja destacar, com os arts. 3 e 4 da proposta que está em discussão com o avulso distribuído. V. Ex^a, para tanto, terá que apresentar um requerimento à Mesa, que será aprovado certamente pelo Plenário, constituindo um projeto à parte, conforme recomenda o art. 312, letra a, do nosso Regimento.

O Senador Esperidião Amin ainda deseja falar?
S. Ex^a desiste.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, queria um esclarecimento sobre a resposta da Presidência da Mesa.

V. Ex^a diz que, se eu apresentar um requerimento estabelecendo que a parte...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- A parte será destacada com um projeto à parte de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Uma proposta constitucional à parte. E disse que, naturalmente, seria aprovado. V. Ex^a fez esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Submeto ao Plenário, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É porque V. Ex^a fez um comentário de que, naturalmente, será aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- O meu desejo é sempre atender a V. Ex^a, o que nem sempre coincide com o das Lideranças.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Infelizmente, Sr. Presidente.

Vou insistir, Sr. Presidente. É lógico que o direito de apresentar requerimento de destaque é de cada Senador. V. Ex^a presidiu uma série de reuniões com Deputados das diversas tendências políticas. Estava-se trabalhando para que o Projeto de Emenda Constitucional a ser aprovado no Senado, para haver agilidade, deveria ser objeto de um acordo, para que não sofresse modificação na Câmara dos Deputados e não tivesse de voltar ao Senado.

Quanto à parte relativa aos arts. 48 e 84, não há acordo com a Câmara dos Deputados, pois pretendemos que haja agilidade no objeto que estamos trabalhando, que é a regulamentação da medida provisória. Vou usar um ditado popular: a emenda pode acabar sendo pior que o soneto.

Portanto, Sr. Presidente, desse parecer devem ser retirados os artigos relativos aos arts. 48 e 84 da Constituição, para que possamos trabalhar no artigo em torno do qual se vem tentando construir o acordo.

Mesmo nesse artigo, contudo, desejo solicitar um tempo, para eu ter acesso à cópia do parecer e poder apresentar os destaques, já que foi feita uma modificação hoje em relação ao parecer apresentado na última quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Quero lhe agradecer a boa vontade e a de seus companheiros no entendimento que estamos tendo nessa medida que prestigia a ação do Congresso Nacional e diminui o número de edições de medidas provisórias por parte do Poder Executivo. É uma oportunidade que o Congresso não pode perder. Daí por que peço a V. Ex^a que, para economia de tempo, vá formulando seus requerimentos. Vamos distribuir-lhe um avulso para que V. Ex^a possa fazer, de acordo com seu desejo, todas as emendas necessárias.

O Deputado José Genoíno teve a gentileza de dizer-me que em relação a um desses artigos, o 84, realmente não há acordo na Câmara dos Deputados. Mas o assunto é de tanta importância, de tanta magnitude que, mesmo sem haver acordo, acredito que haveremos de decidir hoje - se o Senado assim o quiser. É importante para a imagem do Congresso Nacional e sobretudo do Senado Federal na opinião pública brasileira.

Por isso, peço a V. Ex^a que colabore, como tem colaborado com a Mesa, para que possamos fazer a votação no dia de hoje e enviar a nossa proposição para a outra Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o requerimento de preferência do Senador José Fogaça, para apreciação da Emenda nº 3 do Plenário, com as modificações sugeridas pelo Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento de preferência apresentado pelo Relator José Fogaça, fica prejudicado o requerimento de preferência do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Com fundamento no art. 14, VIII, a, o Senador pode pedir a palavra pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia...

Sr. Presidente, veio a plenário o substitutivo do Senador José Fogaça ao parecer que ofereci na Comissão Especial. Na sessão anterior, o Senador José Fogaça apresentou outro projeto que não o substitutivo originariamente oferecido. A matéria foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, voltou a plenário sem parecer da Comissão, mas com emendas ali apresentadas, que, acredito, estejam válidas, porque não foram objeto de exame na Comissão.

Hoje, o Senador José Fogaça apresenta outro texto. Já não é o substitutivo; já não é o que foi apresentado na sessão anterior; é outro substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador José Fogaça, peço a atenção de V. Ex^a para o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - É o substitutivo do substitutivo. É uma reforma da matéria. É matéria nova, enfim, que veio hoje ao plenário. Tratando-se de matéria nova, não volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O projeto de hoje faz nova alteração ao art. 62; modifica o que continha com relação aos arts. 48 e 82.

Peço a atenção de V. Ex^a. Quero também colaborar. Sou dos primeiros que cogitaram de revisão da matéria do art. 62 para delimitar a competência do Presidente da República. No entanto, isso não nos leva a votar atropeladamente a matéria. Não co-

nhecemos o projeto que acabou de ser lido. Rogo, então, a V. Ex^a que atente para a regularidade dos trabalhos de nossa decisão, se a matéria não deve retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciar o que foi dito há pouco da tribuna pelo nobre Relator, que é outro projeto.

É a ponderação que levo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em razão da questão de ordem de V. Ex^a, informo que o substitutivo às Propostas de Emenda à Constituição, que as Emendas n^{os} 1, 4, 11, 20 e 65, foram justamente...

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, não estamos ouvindo V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O art. 358 do Regimento Interno não ampara a questão de ordem do nobre Senador Josaphat Marinho. Diz o artigo o seguinte:

"Art. 358. Decorrido o prazo de que trata o art. 356 sem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania haja proferido parecer, a proposta de emenda à Constituição será incluída em Ordem do Dia, para discussão, em primeiro turno, durante cinco sessões ordinárias consecutivas."

Já foi cumprido.

§ 1^o O parecer será proferido oralmente, em plenário, por relator designado pelo Presidente.

Já foi cumprido mais de uma vez, com muito boa vontade, pelo Senador José Fogaça. Conseqüentemente, pediria ao Senador Josaphat Marinho, tão interessado como eu no prestígio do Congresso e mais ainda do Senado, e sobretudo em atender a um anseio que é não só da opinião pública, mas dos meios jurídicos, principalmente da Ordem dos Advogados, de todos os setores ligados à justiça no Brasil e ao Legislativo, que nos ajudasse no sentido de encontrar o caminho da votação e não de impedi-la.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, também desejo a regularidade nos trabalhos. O problema é que o Senador Fogaça não manteve o parecer que foi objeto de nossa apreciação na sessão anterior, S. Ex^a ofereceu um novo projeto. O projeto veio modificado, sem nenhuma emenda oferecida regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Todas as emendas, inclusive a de V. Ex^a, subsistem e vão ser decididas pelo Plenário. Conseqüentemente, V. Ex^a, na sua soberania, com o brilho da sua inteligência, vai defendê-la e ela poderá ser aprovada ou não pelo Plenário. O que não se pode é

adiar indefinidamente a votação dessa matéria que já esteve na comissão por tantos meses.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Releve V. Ex^a, não quero dialogar com a Mesa. Estou apenas ponderando que o Senador Fogaça não manteve o parecer dado na sessão anterior. Hoje o Senador Fogaça apresentou matéria nova, sem que houvesse sido objeto de emenda de ninguém. Resultou apenas de entendimentos extraprocessos. É isso que estou ponderando, porque isso não me parece regular.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Acho que o Senador Fogaça cumpriu fielmente o Regimento, apresentou um parecer muito bem elaborado e, como tal, pode ser decidido. Essa é a minha opinião, que, infelizmente, não coincide com a de V. Ex^a.

Respeito V. Ex^a como meu mestre, mestre de todo o Brasil, mas vou colocar a matéria em votação, porque essa é a minha decisão.

Continua em votação.

O Senador Pedro Simon havia pedido para encaminhar a votação?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Só um minuto. O Senador Pedro Simon vai encaminhar? (Pausa)

Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em homenagem ao Senador Josaphat Marinho, quero prestar um esclarecimento principalmente àqueles que não são integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quero registrar que isso nada tem a ver com o que disse o Senador Josaphat Marinho; não é uma forma de redarguir suas palavras, mas, neste momento, é apenas uma forma educada de tentar explicar o que aconteceu: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não apreciou as emendas porque, apesar das convocações do Senador Bernardo Cabral para a quinta-feira passada, para a sexta-feira e para essa última terça-feira, não houve **quorum** para votação, para deliberação. De modo que houve reuniões, mas não houve **quorum** para deliberação e, por isso, a matéria volta ao Plenário em processo de votação, no ponto em que ela se encontrava.

Evidentemente que isso não é uma resposta ao Senador Josaphat Marinho, mas apenas uma explicação de por que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não apreciou as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 282, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311, alínea a, do Regimento Interno, requeiro preferência para a matéria constante do item 8 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 3 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento está prejudicado em virtude da aprovação anterior do requerimento do Senador José Fogaça.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Carlos Patrocínio**

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 283, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da expressão "admitida a prorrogação por igual período", constante da remissão do § 1º do art. 62 – art. 1º da Emenda nº 3-PLN, com aditamento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vou aguardar o destaque do Senador José Eduardo Dutra, para o encaminhamento oficial da votação.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre a questão dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que não farei os destaques sobre as emendas em face da interpretação dada pelo Relator com

relação ao conteúdo dos artigos, dos dispositivos que eram objetos da emenda.

Eu gostaria que o Relator desse a sua interpretação a respeito do art. 2º, para que a mesma fique registrada em Ata. Esse artigo diz que as medidas provisórias publicadas até a data da promulgação desta emenda continuam em vigor até deliberação do Congresso Nacional ou revogação pelo Presidente da República.

Eu tinha uma interpretação diferente da do Relator e da dos Líderes. No entanto, devido a seus esclarecimentos, eu me omitirei do pedido de destaque. Mas seria importante que o Sr. Relator registrasse a sua interpretação a respeito desse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senador José Serra pede ao Relator da matéria, Senador José Fogaça, que esclareça a sua interpretação em relação ao art. 2º do dispositivo em questão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador José Serra tem dúvidas sobre o significado do art. 2º da emenda constitucional em questão que diz que as medidas provisórias publicadas até a data da promulgação desta emenda continuam em vigor até deliberação do Congresso Nacional ou revogação pelo Presidente da República.

Hoje, há 52 medidas provisórias em tramitação. Se o prazo de apreciação dessas medidas provisórias fosse de 90 dias, haveria possivelmente mais de 52 medidas provisórias a serem votadas nesse período, o que é absolutamente impossível. Logo, aquelas que já existem ou que já tiverem a sua existência assegurada por meio de uma publicação na data da promulgação da emenda terão vigência até a deliberação definitiva do Congresso Nacional. Essa é a interpretação que creio ser a única possível e admissível para o texto que consta do art. 2º.

Portanto, a partir da promulgação da emenda, toda nova medida provisória cai na nova regra evidentemente; mas em relação às anteriores, em razão do grande estoque, do lote de medidas provisórias que estão aí por serem votadas, é preciso adotar essa cautela, que, inclusive, vai para as Disposições Transitórias da Constituição.

O SR. JOSÉ SERRA - Ou seja, Sr. Presidente, segundo a interpretação do Relator, as medidas hoje em tramitação no Congresso estarão validadas indefinidamente até que o Congresso delibere em contrário ou o Executivo as retire.

Isso é importante como regra de transição e é o que esse artigo expressa. Eu havia tido outra inter-

pretação, mas o esclarecimento do Relator é que me faz retirar, então, o destaque, que tendia a dar outra forma a essa transição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- A Mesa tem a esclarecer sobre esse assunto que, com os Líderes, chegou a um entendimento em relação às 52 medidas provisórias. É claro que é um número extremamente grande e, como tal, vamos ter dificuldades.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, como disse o Relator, é um lote de vários lotes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- É um lote. Mas temos 40 dessas medidas provisórias que já poderão ser votadas sem maiores problemas, de acordo com as Lideranças várias dos diversos Partidos, e doze são, evidentemente, para ser discutidas e votadas, conforme desejam os Srs. Senadores e Deputados, que disputarão no voto essas doze medidas provisórias.

Como Presidente do Congresso, firmei compromisso com as oposições no sentido de votar simultaneamente as medidas acordadas e as que não foram objeto de acordo. Conseqüentemente, vamos votar, com a ajuda dos Srs. Congressistas, antes da aprovação dessa Proposta de Emenda Constitucional, as cinquenta e duas medidas. Para tanto, farei um apelo ao Presidente Michel Temer no sentido de que dedique dois dias da semana para as votações das medidas provisórias.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Na hora própria, concederei a palavra a V. Ex^a. No momento, a Mesa aguarda o requerimento de destaque do Sr. Senador José Eduardo Dutra. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 284, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, § 6º do art. 62, do art. 1º, da expressão "simples".

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A expressão será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 285, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, da expressão "que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões", constante do § 8º do art. 62, do art. 1º da Emenda nº 3-PLEN, com aditamento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A expressão destacada será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 286, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, do § 11 do art. 1º da Emenda nº 3-PLEN, com aditamento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 287, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea *b*, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado do art. 3º da Emenda nº 3-PLN, com aditamento.

Sala das Sessões, 23 de abril, de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O artigo destacado será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 288, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea *b*, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado do art. 4º da Emenda nº 3-PLN, com acitamento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o destaque que foi lido.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O artigo destacado será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 289, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea *b*, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, supressivo do termo "criação", constante da alínea *c* do inciso XXVII do art. 4º da Emenda nº 3-PLN, com aditamento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1997. – Senador **Roberto Freire**.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Para encaminhar a votação, com a palavra V.Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador)
- Sr. Presidente, gostaria de esclarecer que estou solicitando a supressão de um termo que constava da minha emenda ao substitutivo do Senador José Fogaça, até porque ele é contraditório. Quando determinamos em nossa emenda que qualquer criação de cargo que implique aumento de despesas tem que ser feita na forma da lei, portanto, com audiência do Congresso Nacional, quando se coloca a questão do decreto, portanto sem a audiência do Congresso Nacional, sem sua interveniência, a criação evidentemente é ponto contraditório. O poder que se quer dar ao Executivo é de estruturar e fixar atribuições, transformar cargos e extingui-los quando vagos. Esse é o espírito da emenda. Criação entra em contradição, porque implica aumento de despesa, e seria contraditório admitirmos a criação de ministérios.

Então, a emenda supressiva pode viabilizar inclusive o acordo porque garante ao Poder Executivo determinados poderes que não são necessários virem para o Congresso, mas garantem ao Congresso o controle e a fiscalização de tudo aquilo que significar aumento de despesa, particularmente na criação e provimento de cargos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação o requerimento que acaba de ser lido e que foi encaminhado pelo Senador Roberto Freire.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação a Emenda nº 3-PLN (substitutivo), com aditamento do relator, ressalvados os destaques.

Algum Sr. Senador quer fazer o encaminhamento da votação?

Senador Jader Barbalho, Senador Humberto Lucena, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Desculpe-me, V. Ex^a em primeiro lugar; depois, do Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - Sr. Presidente, desisto da palavra em favor do Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a sempre tem prioridade, inclusive o líder do PMDB.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - É a prioridade na derrota, Sr. Presidente.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, votarei contra o projeto por inteiro, como está posta a matéria, por me parecer irregularmente encaminhado.

Ofereceu-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um substitutivo; no plenário, foi posta outra matéria. Hoje, matéria nova se apresenta sem que tivesse havido apresentação de emenda em nenhuma Comissão. Não há, portanto, regularidade no processo de votação dessa matéria.

Por isso, também, não pedirei destaque para nenhuma das minhas emendas. Já passei da idade de ser ingênuo. Salvo surpresa, a decisão é votar o projeto hoje, regular ou irregularmente.

Vou, portanto, manter apenas a coerência da minha decisão de posição contrária às medidas provisórias. Em verdade, não se vai discipliná-las. Aproveitando-se os projetos que regulavam medidas provisórias, neles se superpuseram dispositivos para ampliar os poderes do Presidente da República, modificando os arts. 48 e 84. Tal como havia previsto antes, no final de tudo, o que ocorrerá é a ampliação dos poderes da Presidente da República.

Manterei, assim, a minha atitude de coerência. Não desdobrarei argumentação mais neste plenário. Lembro apenas que num dos seus sábios sermões, o Pe. Antônio Vieira fez esta observação: E notai a desgraça do trigo, que onde só poderia esperar razão, aí achou maior agravo. É o triste destino da emenda reguladora das medidas provisórias ou das emendas disciplinadoras das medidas provisórias. Elas estão servindo apenas para que se multipliquem os poderes do Presidente da República.

Não posso concordar com essa orientação. Dela divergindo frontalmente, antecipo que o meu voto será contra o projeto conseqüentemente, sem discutir mais emendas ou delas pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto que vamos votar está longe de ser ideal, como ideal não é

o texto da Constituição que trata da questão das medidas provisórias.

Há dois anos, Sr. Presidente, assistimos deste plenário a protestos quase que diários a respeito dessa questão. Evidentemente é um absurdo imaginar-se reedição em medida provisória. Mas isso, ao longo do tempo, foi feito, inclusive com o concurso do Supremo Tribunal Federal. Estamos hoje, portanto, diante de uma situação política de tentar minorar as relações do Poder Legislativo com o Poder Executivo; e de tentar recuperar, em parte, o poder de legislar e o poder de fiscalizar, Sr. Presidente.

Se fôssemos imaginar hoje, depois do trabalho do Senador José Fogaça, que restringe a noventa dias a vigência da medida com oportunidade de prorrogação por mais noventa, só aí já seria um absurdo. E seria um absurdo, Sr. Presidente, porque o art. 64 da Constituição Federal estabelece que o Presidente da República, quando entender que uma matéria é de urgência, solicitará à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para que a aprecie - cada uma das Casa - em quarenta e cinco dias. Estamos negociando, politicamente, noventa dias com mais uma prorrogação de noventa.

Sr. Presidente, a realidade é que o Poder Legislativo não está legislando. E mais: além da edição, as reedições mudam de texto, isto é, além de não apreciarmos a matéria original, ainda a alteração é feita pelo Poder Executivo.

Insisto, portanto, em que o projeto do Senador Fogaça - e creio que S. Ex^a mesmo sabe disso - está muito longe de ser o ideal, mas pelo menos, Sr. Presidente, é uma forma de negociação presidida por V. Ex^a com as Lideranças de todos os partidos, inclusive dos partidos de oposição com assento no Senado e na Câmara dos Deputados, que vai permitir que pelo menos o Congresso Nacional possa apreciar as medidas provisórias. Até aqui temos uma ilusão, praticamente ninguém aprecia medida provisória alguma; a partir de agora, teremos a oportunidade de apreciar, teremos a oportunidade de emendar.

Dou razão ao Professor Josaphat Marinho em relação ao ângulo técnico com que analisa a matéria. Creio inclusive que, regimentalmente, está S. Ex^a cheio de razões. Mas politicamente estou cansado, porque há dois anos tentamos aqui reverter esse quadro. Entendo, portanto, que o jogo agora é o jogo político de tentar avançar nessa questão.

Não vou votar favoravelmente ao projeto do Senador Fogaça pensando que estarei votando o projeto dos meus sonhos; não vou achar que o pro-

jeto do Senador Fogaça recupera as atribuições que eu gostaria que o Congresso Nacional tivesse; vou votar o projeto do Senador Fogaça entendendo que, se ele não é o ideal, é um avanço para que não continue o Poder Legislativo tendo sua competência de legislar suprimida, como ocorreu durante o regime militar, que vários de nós que estamos aqui tanto combatemos. E é no que se transformou, lamentavelmente, a medida provisória da tal Constituição Cidadã, de 1988.

Portanto, quero registrar, com as minhas homenagens ao Senador Josaphat Marinho e com a minha solidariedade aos seus argumentos sob o ângulo técnico, que entendo, Sr. Presidente, que deve prevalecer, neste momento, a atitude política por parte do Senado. E, por isso mesmo, manifesto-me solidariamente ao projeto do Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida o Senado hoje decide sobre assunto de fundamental importância para o País.

Devo dizer que, do meu ponto de vista, essa é uma matéria institucional, que, portanto, não comporta nada que diga respeito a interesses nem da Oposição nem do Governo.

Teria muito mais satisfação, **data venia** do meu companheiro de Bancada Senador José Fogaça, de votar a proposta de emenda elaborada pelo Senador Josaphat Marinho, que me parecia mais própria, sob o ponto de vista da defesa das prerrogativas do Congresso Nacional. Acho até que o Senador José Fogaça refletiu apenas um acordo geral feito no Congresso Nacional, que foi muito generoso com o Executivo na medida em que estabeleceu um prazo de 90 dias prorrogáveis por mais 90, para efeito da eficácia no uso das medidas provisórias. Sr. Presidente, trata-se de um prazo muito amplo. Proponho-me, inclusive, nesse particular, a acompanhar o Senador Antonio Carlos Valadares, suprimindo esse direito de prorrogação por 90 dias. Entendo que o prazo deve ficar no máximo em 90 dias, nada mais. Tenho a dizer que votarei o projeto, depois de uma luta muito grande que mantive nesta Casa contra o abuso das medidas provisórias, resquícios do parlamentarismo que derrotamos na Assembleia Nacional Constituinte, mas que permaneceram no texto constitucional. Trabalhei pela aprovação do Projeto Jobim, quando fui líder na Casa, e

depois acompanhei o pensamento do Senador Josaphat Marinho.

Acredito, Sr. Presidente, que do ponto de vista regimental, na verdade, esta votação não é regular. O Senador Josaphat Marinho está coberto de razão, porque há uma matéria que não foi publicada, que inova inteiramente o substitutivo aprovado, e a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciou. Gostaria de dizer que vou votar a favor do projeto, mas com restrições. Vou votar a favor sobretudo porque a proposta melhora muito a situação atual no que tange ao uso de medidas provisórias, tendo em vista o que diz o § 13 do art. 62.

"Art. 62....."

§ 13. Sem prejuízo de outras disposições constitucionais sobre o assunto, é vedada a edição de medidas provisórias sobre a matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direitos eleitoral;

b) direito penal e processual penal;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167 § 3º;

II -

III - reservada à lei complementar - no Governo Itamar Franco, houve medida provisória até sobre a participação de empregados no lucro das empresas ;

IV - de competência exclusiva do Congresso Nacional ou privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

V - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto por parte do Presidente da República;

VI - que contenha dispositivos estranhos à matéria que está sendo objeto de respectiva medida provisória."

Essas proibições, Sr. Presidente, são realmente importantes e melhorarão consideravelmente a utilização das medidas provisórias pelo Senhor Presidente da República. Daí por que voto o projeto, com as restrições que acabo de fazer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - (PMDB-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, emocionei-me com o discurso de meu Líder. Houve momentos em que parecia o bravo e jovem Deputado Jader Barbalho, líder do grupo Autêntico, falando contra a Ditadura. S. Ex^a falou com tal bravura a respeito da impossibilidade de se chegar lá, que parece que este Congresso está cercado de tanques e metralhadoras que nos impedem de votar melhor.

Quero fazer a defesa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um homem de bem, é um homem digno, é um democrata. Sua Excelência quer o bem para este País. Não vejo pressão nenhuma por parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso para impedir esta Casa de votar melhor. Esta Casa não vai votar melhor por que não quer e não por que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está nos pressionando!

Repito: não vejo baionetas em lugar nenhum! Não vi editorial em jornal nenhum! Não vi nada que pressionasse esta Casa!

Emocionou-me o discurso de meu Líder. Esta Casa tem que buscar o melhor! Sei que está longe de ser bom o projeto do Senador José Fogaça. Sei que tem razão o Senador Josaphat Marinho, sei que tínhamos que melhorar o projeto! Mas vamos cumprir uma etapa. Vamos chegar lá, mas por que não realizar isso hoje? O que nos impede de fazer isso hoje? Depois de sete anos de tramitação dessa matéria nesta Casa, de repente decidiu-se votá-la. Vamos votá-la! E, neste momento, como disse o Senador Josaphat Marinho, há alguma coisa por trás disso tudo.

Acontecerão duas coisas. Primeiramente, quero que me digam se existe, no mundo inteiro, um Presidente da República democrata que conta com a possibilidade de editar medidas provisórias por seis meses. Cá entre nós, três meses prorrogáveis por mais três equivalem a seis meses. O Presidente poderá editar medidas provisórias por seis meses! E como ficava estranho colocar seis meses, colocaram três, podendo-se prorrogar por mais três.

Em segundo lugar, levamos sete anos para discutir medida provisória e de repente damos poderes ao Presidente da República, ou devolvemos esses poderes - talvez copiados da Constituição de 1969. Até agora a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não deu o seu parecer. O parecer do nobre Senador José Fogaça, que, justiça seja feita, é dele e dos Líderes. O projeto vai ser votado no ple-

nário sem nenhum parecer sobre os artigos que dão poderes novos ao Presidente da República.

Se lermos a emenda que estamos votando hoje, veremos que ela é de medida provisória. Mas o que se quer votar hoje é a lei que, na barganha, no contrabando da medida provisória, dá novos poderes ao Presidente da República.

O meu querido Líder, que ele me perdoe, diz que na medida provisória estamos mudando o que veio da Constituição Cidadã.

A Constituição Cidadã queria o parlamentarismo, que foi votado e rejeitado. Fosse este um país onde houvesse realmente democracia, no momento em que caiu o parlamentarismo no plenário, automaticamente deveria ter sido considerada extinta a medida provisória.

A medida provisória votada na Constituição Cidadã, meu nobre Líder, não fala em prorrogação; fala em 30 dias. Não sei de onde tiraram a prorrogação, porque ela não existe na Constituição; são 30 dias e mais nada. Agora estamos na fase de reeditar a medida provisória tantas vezes quantas quiser o Presidente da República e nós vamos permitir para seis meses.

Concordo, nobre Senador José Fogaça, primeiro, que, não vamos ter mês a mês a medida provisória, que passará a vigorar por seis meses; segundo, que, no prazo de seis meses, esta Casa poderá e vai votar - é verdade; terceiro, que, pela primeira vez, esta Casa vai poder rejeitar; não sendo aprovada, não vale - isso é positivo. Todavia, podíamos discutir, podíamos debater, analisar, podíamos aprofundar, podíamos, como queria o meu querido Líder, buscar a perfeição - perfeição que não atingíamos, mas poderíamos tentar -, e não votar, como diz o meu Líder, uma matéria que está longe de ser boa; como quer o Senador Josaphat Marinho, sofrível.

Contudo, há que se dizer que, agora, votamos porque queremos; esta Casa vota porque quer e não porque o Presidente tenha feito alguma pressão. A mim e às pessoas que conheço o Presidente não pressionou. O Presidente Fernando Henrique Cardoso nem está no País; está no Canadá. Sua Excelência não fez nenhum tipo de pressão para esta Casa não votar o melhor. Se não vota, não o faz porque não quer. É triste, é lamentável, mas, até aqui, o que tínhamos - e já encerro, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza de V. Ex^a - a respeito das medidas provisórias era um erro, um equívoco da Constituinte, que derrubou o parlamentarismo na última hora e esqueceu de derrubar a medida provisória.

Porém, a partir de hoje, o que estará em vigor é o que o Senado votar. Por isso, Sr. Presidente é que voto com o Senador Josaphat Marinho. Voto contra tudo. Não vou colocar o meu nome, não vou apoiar o que não me parece normal para o cenário nacional.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para um brevíssimo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por motivo superior, terei que me afastar do plenário. Vejo que a matéria se estenderá. Não terei a oportunidade de votar. Se presente estivesse, o voto seria o já declarado. Faço este esclarecimento por delicadeza para com os colegas em face de estar ausente na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Mesa lamenta a ausência de V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Desde que cheguei ao Senado Federal, tenho me dedicado a discutir, a trabalhar e a apresentar sugestões e propostas para disciplinar a questão das medidas provisórias. E quero louvar a disposição do nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, de acelerar e empenhar-se para que esta matéria fosse discutida e viesse à deliberação do Plenário, que é livre, soberano e vai votar como achar melhor.

Não podemos continuar naquela litania, reclamando contra a edição de medidas provisórias, contra a sua não-votação, contra a sua reedição. O projeto não é exatamente aquele dos meus sonhos. Respeito a posição do Senador Pedro Simon, mas esta é uma matéria que deverá, constantemente, ser reexaminada pelo Congresso Nacional. É o primeiro passo para melhorar a situação atual, com a qual não podemos concordar. Há vários destaques que serão submetidos ao Plenário, e creio que o trabalho do Senador José Fogaça poderá ser aperfeiçoado. O esforço de S. Ex^a foi muito grande nessa matéria. Eu, particularmente, tenho sérias restrições ao exame por comissões mistas. Creio que tudo que é misto diminui a força das duas Casas separadamente.

O projeto já evoluiu. Antigamente, chegou-se a pensar numa comissão mista permanente, o que se-

ria, no meu entender, a pior das soluções. Agora, cogita-se uma comissão mista para examinar cada medida provisória, mas creio que o fortalecimento do Senado, do Congresso Nacional se dá muito mais pelo exame nas duas Casas separadamente, ainda que se estabeleçam prazos rígidos para que as matérias sejam apreciadas.

Tudo que venha para fortalecer essa idéia de uma terceira casa, considero nocivo às duas instituições: à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Todavia, parece que essa é a solução que conta com a maior simpatia dos Srs. Senadores. Portanto, só me resta aceitá-la, mas deixo aqui o meu alerta contra essa tentativa. Uma terceira casa é coisa que só existe no Brasil. Mesmo nos países que adotam o sistema bicameral, o Senado e a Câmara só se reúnem conjuntamente no dia de iniciar a sessão legislativa ou para ouvir a mensagem do presidente da república. O resto é deliberação em casas separadas.

Nesse sentido, apresentei um destaque ao § 8º do art. 1º da proposta em exame, que é justamente para suprimir um dispositivo que restringe o poder revisor das duas Casas, tornando-o possível apenas por meio de medida supressiva. Mas isso será analisado na ocasião própria, em que o destaque vier a ser submetido ao Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, quero louvar aqui o esforço que se está fazendo, que, se não é o ideal, se não é o perfeito, se não é o melhor - acompanhei o Senador Josaphat Marinho em numerosas situações, ora na Comissão de Constituição e Justiça, ora em Plenário -, vou me render à evidência de que é a maioria da Casa que vai deliberar e tomar possível um novo caminho para disciplinar essa questão que incomoda, e muito, a sociedade e o Congresso, no que tange ao abuso de edição e reedição de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é idealismo pensar que um parlamento tenha uma lei ideal para cada um. Os conflitos de interesses, as forças políticas, governo e oposição vão chegar ou não a consensos, nunca ao ideal do que cada um possa imaginar que seria a regulamentação da medida provisória. Quero dizer que este é um momento importante de resgate do Poder Legislativo. Não há o idealismo de pensar que é a melhor forma, mas é a que encontramos hoje para impedir o abuso que existe no País em

função dessas medidas provisórias. Se analisarmos o parágrafo primeiro desta emenda substitutiva, vamos constatar a criação de um instrumento efetivo para coibir esse abuso. Criou-se - e o mesmo fazemos nesta emenda constitucional - o decurso de prazo: a perda da eficácia. Ao avesso do que foi feito pela ditadura, que era o decurso de prazo aprovando aquilo que não tinha sido apreciado pelo Congresso, agora perde a eficácia aquilo que não for apreciado, e este prazo é determinado, sem reedição, até porque tem de ficar claro que a prorrogação não é reedição.

O que acontece hoje no País é que se vive numa legislação que é permanente, embora seja provisória, e, de 30 em 30 dias, o governo pode transformar, mudar, reeditar coisa nova por meio de medidas provisórias, que se vêm sucedendo no tempo.

Com este projeto, detém-se o processo. Esse é um primeiro ganho. Claro que se pode discutir ou devolver à Presidência da República alguns poderes de estruturação interna. Cabe até discutir se tudo tinha que ser por lei, tal como na reforma administrativa, inclusive na questão da fixação de subsídios de parlamentares ou fixação de remuneração de qualquer dos poderes. Poder-se-ia estender esse princípio, tudo por lei. Mas, seguindo-se o que é da estrutura constitucional, aos poderes cabe estruturar, se organizar, definir como vai administrar. Está-se devolvendo isso ao Poder Executivo, limitando naquilo que significar aumento de despesa, que vai continuar a ser feito na forma da lei.

Creio que foi importante o substitutivo, que tem avanços, como a limitação da edição de medidas provisórias, restringindo-a a determinadas matérias ou impedindo e vetando em determinadas matérias, dá-se a possibilidade de a sociedade começar a ter maior estabilidade, do ponto de vista legislativo, e o Congresso recupera o seu poder legiferante. Não é ideal. Há destaques que tentam aprimorar de acordo com a consciência de cada um, de acordo com o que representam suas forças políticas, sabendo que toda matéria em processos democráticos tem complexidade na sua decisão.

Acredito que estamos dando um passo adiante, criando fatos novos em relação à medida provisória. Mesmo com as ressalvas e restrições que se possa fazer - e faço também algumas - considero positivo e votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Concedo a palavra ao Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 17 de abril deste ano completaram-se seis anos do meu primeiro discurso nesta Casa, que tratava de medida provisória. Somente seis anos depois, em 1991, começou-se a reclamar da medida provisória

Sr. Presidente, todos sabemos que medida provisória é inerente ao parlamentarismo, que não há medida provisória no presidencialismo, que ela se justifica no parlamentarismo até porque, se 30 dias depois não for transformada em lei há uma crise, cai o gabinete. Caindo o gabinete com a medida provisória, forma-se outro gabinete.

Acontece que a Constituição Cidadã foi concebida desde o início pressupondo-se o Parlamentarismo. Foram criados todos os instrumentos para o Parlamentarismo, e só na última hora foi votado o regime Presidencialista. Então, ficou essa mutilação no Poder Legislativo, que cada um justifica como acha melhor. Ah, melhorou muito! Com a emenda do Senador José Fogaça vai melhorar. O mutilado não pode andar, vamos arranjar-lhe uma cadeira de rodas. Já é algum avanço. O mutilado vai andar numa cadeira de rodas preparada pelo nobre Senador José Fogaça.

A Constituição é clara e não fala em reedição. Se em 30 dias após a sua edição a medida provisória não for transformada em lei perde sua eficácia e desaparece. A reedição foi uma manobra, e eu não diria que foi do Presidente Fernando Henrique, mas de todos os governos, de todos os governantes que não conseguiram aprovar suas medidas provisórias em 30 dias.

Sr. Presidente, o meu primeiro pronunciamento afirmava que reeditar medidas provisória era inconstitucional. E continuo a pensar que o é. Só que o Congresso nunca bateu à porta do Supremo Tribunal Federal para que aquela Corte dissesse se era constitucional ou não. Sempre houve muito mais harmonia do que independência entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Quero louvar V. Ex^a, Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, que procura encontrar uma forma de atender aos reclamos desta Casa, que são também do Judiciário, que está mostrando que o Poder Executivo passa por cima de nós. Podemos fazer de conta que isso não está acontecendo, votando e concordando com essa medida proposta pelo nobre Senador José Fogaça, que, segundo o Senador Humberto Lucena, foi generoso. Eu diria que foi tão generoso que, a partir dessa generosidade, quem

hoje está trabalhando nessa matéria, que seria de restrição ao Executivo, é o Líder do Governo, o nobre Senador Elcio Alvares, que veio conversar comigo e perguntar como votaria a Bancada. Quando eu disse que o voto seria contra, ele perguntou se a Bancada seria liberada. Qualquer Senador que esteja na Liderança sabe que é necessário liberar uma bancada, principalmente em matéria como essa, pois cada um tem seu foro íntimo.

Durante todo o tempo da revolução militar fui obrigado a aceitar o que vinha no decreto-lei, mas jamais tentei votar para aceitá-lo ou minorá-lo. Ou se aceita reedição de medida provisória ou não se aceita. Cada reedição hoje é uma nova medida provisória, é uma pequena modificação, mas todo mundo faz que não vê ou fazia que não via, até a hora em que o Judiciário começou a reclamar.

De modo que, Sr. Presidente, elogio o esforço de V. Ex^a, que tenta conseguir uma maneira que se diga, amanhã, que o assunto está solucionado, porque o próprio Congresso resolveu aceitar essa modificação.

O meu voto, Sr. Presidente, acompanha o do Senador Josaphat Marinho. Também como S. Ex^a, não tenho mais idade de acreditar em fantasias. O meu voto é contra.

Quero aplaudir o Senador Josaphat Marinho, um dos homens contrerrâneos de V. Ex^a, a quem sei apreciar, cujos ensinamentos sei beber.

O meu voto é não. Não será com o meu voto que o Governo continuará reeditando por 30, 60, 90 ou 160 dias. Reeditar medida provisória, no meu pensamento, continua sendo inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Presidência esclarece a V. Ex^a que no Substitutivo Fogaça não há reedição; há uma prorrogação, que não é reedição, ao contrário do que existe hoje, ou seja, reedição de três ou quatro anos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão desta matéria no âmbito do Senado Federal, nos últimos tempos, nasceu em decorrência, como todos nós sabemos, da constituição de uma comissão especial, de iniciativa do Plenário e sob a coordenação do ex-Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

No dia 8 de maio do ano passado, a comissão se reuniu pela primeira vez e recebeu sugestões dos Senadores Lúcio Alcântara, Roberto Requião, Jader

Barbalho, Ney Suassuna, Epitacio Cafeteira, José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares.

O Relator designado, Professor e Senador Josaphat Marinho, depois de apreciar cada uma das sugestões, elaborou uma proposta de emenda constitucional que, submetida ao crivo da comissão especial criada pelo Senado Federal, foi aprovada sem nenhuma restrição.

Como de direito e conforme manda o Regimento Interno, a proposta do Senador Josaphat Marinho, constituída de apenas dois artigos, resumindo o pensamento da Casa, foi enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ali, foi apresentado um novo projeto, uma nova proposta de emenda constitucional do Relator designado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Fogaça, que, da sua primeira designação como Relator até hoje, já fez três edições diferentes do seu parecer, cada uma delas merecendo reparos, divergências no seio do Senado Federal, inclusive do próprio autor da primeira proposta, Senadores Josaphat Marinho e Pedro Simon, que aqui já fizeram referências ao assunto.

Sr. Presidente, a última proposta do Senador José Fogaça, além de inovar em relação à primeira, do Senador Josaphat Marinho, apresentou mais um prazo para a prorrogação ou eficácia das medidas provisórias: 90 dias mais 90 dias, 180 dias. Levando-se em conta que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm dois períodos de recesso, uma medida provisória editada, por exemplo, havendo recesso em julho - esse prazo não conta -, em dezembro continuará em vigência e virá novo recesso em dezembro e janeiro. Em fevereiro, ela começará a ser discutida de novo, ou seja, nove meses mais três meses, são doze meses, quase um ano. Não chega a um ano, porque não temos recesso de três meses, mas perto disso. O Presidente da República seria beneficiado com os 90 dias que estaríamos dando agora e mais quase três meses do recesso.

Sr. Presidente, não quero que se diga que a Oposição não colaborou para com o fortalecimento do Congresso, mas o que se discute aqui não é a retirada das prerrogativas do Executivo, já que não consta, na História do Brasil, que o Presidente da República tenha renunciado por **motu proprio** as suas atribuições e a sua competência. Quem está fazendo isso, por **motu proprio**, por sua vontade e de acordo com o seu desejo é o próprio Poder Legislativo, renunciando a uma atribuição que lhe compete.

Por essa razão, Sr. Presidente, que estou apresentando emenda ao texto do Senador José Fogaça, onde é excluída a expressão admitida a prorrogação por igual período do art. 1º que diz:

"Art. 1º As medidas provisórias perderão eficácia se, no prazo de noventa dias, admitida a prorrogação por igual período."

Estou retirando a expressão admitida prorrogação por igual período. Assim, Sr. Presidente, esse prazo de noventa dias será um tempo suficiente para a vigência das medidas provisórias, apenas trinta dias a mais do que propôs o Senador Josaphat Marinho.

Com essa redação, Sr. Presidente, não poderei votar favoravelmente. O PSB, representado pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade, vota contra essa proposta do Senador José Fogaça. Apesar disso, apresentaremos a emenda, mas temos certeza que o projeto será aprovado, embora contra o nosso voto e contra o nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO-SE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante algum tempo debatemos essa matéria aqui sempre no sentido de se restabelecer prerrogativas do Poder Legislativo que, a partir do instituto da medida provisória, foram usurpadas pelo Executivo. Nesse sentido, se estabeleceu um processo de negociação envolvendo lideranças de todos os partidos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Durante algum tempo, em várias reuniões, debatemos em torno do art. 62, que trata das medidas provisórias. Chegou-se, em linhas gerais, a uma possibilidade de acordo, tendo claro que não era a situação ideal, que o prazo de noventa dias prorrogável por mais noventa era excessivo, mas que poderia estabelecer uma melhoria a partir da aprovação dessa emenda comparativamente com a situação atual.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar também que o Governo, durante o período da discussão, dizia que queria discutir, paralelamente ao art. 62, a retomada de prerrogativas do Poder Executivo que, segundo ele, foram tomadas pelo perfil parlamentarista da Constituição de 1988.

Por diversas vezes se dizia que teríamos que retirar esses pontos parlamentaristas da Constituição de 1988, a partir do momento em que foi aprovado o regime presidencialista, com o que concorda-

mos plenamente. Deveríamos começar, inclusive, por retirar o instituto da medida provisória, porque é um instituto típico de regime parlamentarista. Deveríamos começar por aí.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos correr o risco, nesse momento em que estamos discutindo prerrogativas do Poder Legislativo, de aprovar uma proposta de emenda constitucional que, na verdade, estabelece uma situação pior do que a situação atual.

Quando a Liderança do Governo dizia querer estabelecer a retomada de prerrogativas do Poder Executivo, citava sempre os exemplos caricaturais: não se pode mais exigir medida provisória ou exigir lei para comprar um carro para o vice-Presidente da República; não se pode mais exigir lei para que o engenheiro agrônomo possa dirigir um carro tendo carteira de motorista, com o que estamos de pleno acordo.

O problema é que, quando o Governo apresentou o que ele chamava de retomada de prerrogativas do Poder Executivo, vimos que na prática o que o Governo quer é retomar prerrogativas de um Poder Executivo, não à luz de uma constituição democrática, mas à luz de constituições autoritárias.

E aí o Governo diz que a organização administrativa do Poder Executivo tem que ser uma atribuição do Executivo em um regime presidencialista.

A Constituição de 1946, presidencialista e democrática, estabelecia, no que diz respeito à organização administrativa, a competência sem reserva do Congresso Nacional, observada a iniciativa do Presidente, nos casos previstos no § 2º do art. 67.

O Ato Institucional nº 2 estabeleceu competência excepcional ao Presidente da República, enquanto perdurasse recesso parlamentar.

A Constituição de 1967, já no regime militar, estabeleceu regra idêntica à da Constituição de 1946, observada a iniciativa do Presidente.

Agora, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a Constituição do AI-5, aí sim, estabeleceu competência exclusiva do Presidente da República, por meio de decreto.

O que estamos propondo, ao incorporar essa modificação nos arts. 48 e 84, é restabelecer prerrogativas de um Executivo, não de uma Constituição presidencialista e democrática, mas da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fizemos destaques para a supressão do art. 3º e do art. 4º do projeto do Senador José Fogaça, porque, com a aprovação desse destaque, estaremos, aí sim, co-

roando um processo de negociação entre os diversos representantes desta Casa.

Quero deixar bem claro que não temos compromisso e que não pode ser utilizada como objeto de negociação a discussão do art. 48 e do art. 84. Devo dizer que apresentamos emendas informais junto ao Relator, as quais poderiam estabelecer um processo de negociação no que diz respeito a essas prerrogativas. Propusemos que algumas delas, particularmente a matéria relativa à estruturação, atribuições e funcionamento dos ministérios e órgãos poderiam ser caso de lei delegada. Fizemos uma outra proposta - que copiamos da PEC nº 174, do Governo, que foi apresentada na Câmara e que não está tramitando porque não foi admitida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - estabelecendo que o Presidente poderia dispor, mediante decreto, sem aumento de despesas, e observados os limites fixados na lei orgânica da administração pública federal, sobre a organização administrativa do Senado, do Poder Executivo, transformação e alteração de cargos, etc.

A nosso ver, está por trás das emendas que foram apresentadas pelo Governo o que o Ministro Bresser Pereira tem dito: que a exigência da legalidade como um dos princípios que regem a administração pública é um estorvo. Isso é o que tem dito o Ministro Bresser Pereira, que, a nosso ver, é o que está consubstanciado nessa emenda.

Portanto, Sr. Presidente, coerentemente com a discussão que houve para tentar um acordo relativamente às medidas provisórias, não poderia neste momento, no primeiro turno, em que é possível o destaque de mérito, ser outra a orientação da Liderança do Bloco, se não a de votar favoravelmente ao projeto, sem prejuízo dos destaques. Estamos fazendo destaques para esses artigos. Acreditamos que, ao contrário do que se pretendia originalmente - ou seja, restabelecer prerrogativas do Executivo - se for aprovado na sua totalidade o relatório do Senador Fogaça, essa emenda será um enfraquecimento ainda maior do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo.

Como podemos apresentar no primeiro turno destaques de mérito suprimindo esses pontos que consideramos inadmissíveis em uma Constituição presidencialista e democrática, encaminhamos favoravelmente, sem prejuízo dos destaques.

E queremos registrar que o nosso compromisso de negociação termina aqui. Caso seja aprovada a emenda na sua totalidade, como no segundo turno não há como fazer supressões de mérito, aí, sim,

votaremos contra. Mas tenho certeza de que o Senado irá aprovar as supressões que estamos fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- O tempo está findo.

Alguns colegas Senadores reclamam de oradores que usam mais o tempo que outros, o que é uma injustiça. Daí eu solicitar que todos se atenham aos cinco minutos regimentais.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Legisladores, temos o dever de garantir a governabilidade do País. E, para que essa governabilidade seja garantida, um dos pressupostos é a capacidade de o Governo também legislar, ainda que em caráter precário.

No passado, Sr. Presidente, havia a figura do decreto-lei, que, aliás, tinha caráter definitivo. Depois, com a Constituição de 1988, elaborada por uma Constituinte democrática, criou-se a figura da medida provisória, que, provisória, teria que ser votada pelo Congresso Nacional. Na verdade, a medida provisória deveria vigor por apenas um mês. Assim está na Constituição. Porém, a tradição e a prática fizeram com que as medidas provisórias acabassem sendo reeditadas interativamente por oito, dez ou vinte vezes. E assim prossegue.

Culpa do Governo? Não, Sr. Presidente. Temos que admitir que a culpa é do Congresso Nacional. Ao Congresso cabe aprovar ou rejeitar as medidas provisórias em trinta dias. Se não o faz, a culpa é sua e não do Poder Executivo.

Portanto, não há aqui o que falar em matéria de retirar prerrogativas do Poder Legislativo em benefício do Poder Executivo. O Poder Legislativo é que não tem tido a capacidade de decidir com rapidez sobre as medidas provisórias.

Sr. Presidente, na verdade, o substitutivo do Senador José Fogaça promove um grande avanço nessa matéria. S. Ex^a fixa não em 180 dias, mas em 90 dias a vigência de medidas provisórias, que poderá ser prorrogada por 90 dias, se o Congresso Nacional sobre ela não deliberar.

Tenho a convicção de que, com o § 7º do art. 62, agora proposto pelo Senador José Fogaça, vamos deliberar em 30 ou em 60 dias no máximo.

Diz o §7º: O Congresso Nacional adotará regime especial de tramitação e votação para as medidas provisórias.

Isso quer dizer que as medidas provisórias agora serão votadas em regime de urgência, o que fará com que sejam todas aprovadas ou rejeitadas em 30 ou 60 dias. Portanto, o Congresso não necessitará dos 180 dias para examinar as medidas provisórias. Está aí, por consequência, um grande avanço nessa matéria.

Sr. Presidente, não posso deixar de cumprir V. Ex^a, e o ex-Presidente José Sarney, que foi o iniciador dessa luta pela correção das deformações que existem no trato das medidas provisórias, e o Senador José Fogaça, pelo belo trabalho que acaba de produzir.

A Liderança do PFL, por consequência, recomenda o voto favorável ao projeto concebido - e bem concebido - pelo Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no bojo dessa discussão, a meu ver, está a crise da democracia representativa.

A democracia representativa, na forma pela qual foi concebida, forma essa que não encontrou ainda outra melhor expressão nas democracias ocidentais, vive modernamente uma adjuntiva muito séria e complexa no que tange às relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

A democracia representativa não é algo estático, parado, sendo no século XX o que foi no século XIX, nem igual na primeira metade do século XX como na segunda metade do século XX.

Fatos novos surgiram: o desenvolvimento de técnicas específicas na área da administração pública; o desenvolvimento de teorias e conhecimentos econômicos, que hoje estão situados muito mais no Poder Executivo do que no Poder Legislativo; os anos de paralisação da atividade legislativa, impedindo ao Parlamento, no caso brasileiro, uma evolução gradativa compatível com os desafios. E aqui chegamos a um ponto: todos os poderes recuperados pelo Parlamento após a redemocratização, pela Constituição de 1988, não encontram dentro do Parlamento institutos e instituições capazes de aparelhá-lo.

Exemplo: temos assistido, ano a ano, derrocadas na Comissão de Orçamento por falta de aparelhamento do Poder Legislativo diante dos poderes readquiridos na questão orçamentária. E somos testemunhas do esforço de Parlamentares para operar

de modo eficiente na linha de um orçamento moderno, equilibrado, correto - e assim em várias áreas.

Estamos, portanto, com um conjunto de atribuições e não tivemos condição, ou tempo, ou lucidez - não sei qual a palavra - de nos aparelharmos para acompanhar esse conjunto de atribuições restituído pela Constituição de 1988.

Por isso, esse instituto curioso e desafiador da medida provisória não é, necessariamente, um mal em si quando aqui foi tantas vezes levantado por parte daqueles que são contrários ao atual substitutivo. A medida provisória não é um mal em si mesmo. E, vou mais longe, aqui ousando uma afirmação: a medida provisória não é, necessariamente, o instituto do parlamentarismo; ela pode ser o instituto do presidencialismo exatamente porque na atividade contemporânea há matérias na área econômica que necessitam de total rapidez. Mais, há matérias na área econômica que necessitam, inclusive, de absoluto sigilo durante o seu período de gestação. A medida provisória, de certa forma, protege a natureza do andamento muito mais complexo do Poder Legislativo nos dias de hoje. É evidente que, se a medida provisória cai no terreno em que caiu e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional não demonstra agilidade e ação na direção de votá-las, entramos num campo absolutamente deletério para o funcionamento desse instituto.

Considero, portanto, Sr. Presidente, que não devemos ter a pretensão da plena lucidez no momento da votação de cada matéria. Assim como quando se votou na Constituinte, a forma da medida provisória revelou aspectos negativos, possivelmente neste momento não tenhamos a plenitude da lucidez para a compreensão do problema, donde afirmações peremptórias parecem-me imprudentes.

Concluindo, Sr. Presidente, aqui entra a sabedoria do substitutivo em questão: ele está a colocar passos de avanço, possibilidades maiores para o Poder Legislativo na sua relação com o Poder Executivo, sem embarçar o Poder Executivo e, ao mesmo tempo, sem fazer que o Congresso ceda em excesso.

Esse avanço deve ser olhado por nós como uma etapa num processo de entrosamento e inter-relação entre os poderes que a contemporaneidade nos apresenta de maneira bastante complexa e que não podemos ter a pretensão de esgotá-la com a nossa suma sapiência, até porque ela não existe dessa maneira.

Ele tem, portanto, um conteúdo de transformação, não de mudança. Transformação é diferente de

mudança. Transformação é um processo endógeno, algo que vem de dentro, e ele propõe uma transformação do processo, até como uma experiência nova para se viver e avaliar adiante. Razão pela qual, a meu juízo, merece o nosso total acatamento. Ele é um instrumento modesto por parte do Poder Legislativo do ponto de vista de sua ambição, no sentido de dar passos novos na direção da melhoria desse entendimento.

Aqui se falou em ditadura, aqui se falou em decreto lei, e, para concluir, Sr. Presidente, se ditadura existe, esta não é a da medida provisória, esta é a do presidencialismo, uma forma de ditadura legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB-AM. Para uma explicação pessoal.) - Sr. Presidente, tendo de ausentar-me deste Plenário, quero que minha ausência não seja interpretada como uma fuga ao debate, mas uma manifestação de apoio ao projeto. Creio, como disse o Líder de minha Bancada, Senador Jader Barbalho, que este não é o projeto ideal, mas o politicamente possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.) - Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por 60 minutos.

Em votação.

Não havendo objeção do Plenário, está aprovada.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Para encaminhar a votação.) - Sr. Presidente, podemos votar, sem qualquer embaraço, a proposta de emenda constitucional do Senador José Fogaça. Não tenho o constrangimento que aqui foi exibido pelo Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho. Para aqueles que têm preocupação com relação aos excessivos poderes por parte do Executivo, não seria demais afirmar que esse projeto de emenda constitucional, na verdade, limita os poderes do Presidente da República, mais do que a legislação constitucional atual.

Recordo-me, Sr. Presidente, à época da Constituinte, de quando foi introduzida a figura das medidas provisórias. Estas, como representaram um avanço em benefício do Poder Legislativo, comparativamente ao decreto-lei. Por quê? Porque o decreto-lei, não obstante ser mais restrito do ponto de vista da sua abrangência, era aprovado por decurso de prazo de 60 dias.

Na Constituinte, aprovou-se a introdução da figura das medidas provisórias sem o mecanismo de decurso de prazo beneficiando o Executivo. Mais ainda, recordo-me, Sr. Presidente, de que ninguém, naquela oportunidade, cogitava da hipótese da reedição de medidas provisórias. Esta foi uma novidade, uma novidade consagrada no ano de 1989, a partir de um parecer do então Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, na época assessorado pelo atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Celso Mello. Esse parecer, de alguma maneira, abriu caminho para essas reedições, e as reedições passaram a caracterizar um quadro adverso. Por quê? Porque na prática o Executivo se limita a editar uma medida e reeditá-la indefinidamente.

A responsabilidade, no caso, reside na ambigüidade da Constituição, porque quis fugir do decreto-lei, mas não se dispôs a deixar de forma clara - e incluo-me como constituinte nessa autocrítica - o decurso de prazo ao contrário, porque o decurso de prazo ao contrário também representaria uma violência. Então, o texto ficou ambíguo e deu margem à interpretação do Governo Sarney, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Este órgão confirmou a possibilidade de reedição das medidas provisórias indefinidamente. Esta é a realidade.

Por outro lado, o que aconteceu desde então? O Congresso Nacional simplesmente dedicou-se a não examinar as medidas provisórias.

Durante seis anos na Câmara dos Deputados, depois de promulgada a Constituição, não me lembro de uma única vez que tivesse havido rejeição de uma medida provisória por não ser urgente ou relevante. Isto nunca aconteceu. O Congresso sempre se recusou a apreciar as medidas provisórias, definindo uma posição, no mais das vezes, de cumplicidade com relação ao Executivo; uma recusa de exercer o seu poder, seja de rejeitar de pronto, mediante a não consideração de urgência ou de relevância, seja no seu conteúdo.

Houve época em que eu mesmo apresentei emendas, Sr. Presidente, estabelecendo um prazo de 45 dias, de 60 dias para o exame de uma medida provisória, e, a partir daí, toda a pauta do Congresso seria bloqueada. Mas equivoca-se o Senador Jader Barbalho quando diz aqui que o Governo, em medidas provisórias, poderia recorrer ao instrumento da urgência previsto na Constituição. Não é fato. Na Câmara dos Deputados, a urgência não inclui as sessões extraordinárias. Não há forma de se obrigar à votação.

Na verdade, o projeto do Senador José Fogaça introduz a figura do decurso de prazo a favor do Legislativo. Não nos estamos dando conta disto: introduz o decurso de prazo em seis meses. Isto, pelo que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos, chega a ser revolucionário, do ponto de vista institucional, porque a grande maioria das medidas provisórias se prolonga nas suas reedições por muito mais de seis meses.

Na verdade, o Senador José Fogaça introduz o conceito, Senador Jader Barbalho, de reprovação por decurso de prazo. Bastará que o Congresso Nacional não examine em seis meses para que a medida perca a sua vigência.

Portanto, todos aqueles que estão preocupados com a falta de poder do Legislativo ou com o excessivo poder do Executivo, somente teriam razões, Senador Pedro Simon, para votar a favor dessa proposta.

Agora, nós temos outro desafio, que é assumir com responsabilidade o mandamento constitucional: primeiro, examinar em cada caso se a medida é urgente e relevante; segundo, se a medida obedecer a ambos os critérios, examiná-la com rapidez. Esses seis meses são o prazo limite. Ninguém nos obriga a permanecer com uma medida provisória por seis meses.

Por essas razões, Sr. Presidente, devo dizer que podemos votar sem constrangimento, à vontade; estamos dando um passo na direção de um avanço institucional. Mas há outro passo que não será dado por meio de discursos, não será dado por meio de uma votação e sim por intermédio de atitude: ou o Congresso resolve assumir seu papel de Poder da República, rejeitando medidas provisórias na sua preliminar, quando não são pertinentes, ou examinando-as num prazo curto, ou essa situação vai continuar indefinidamente.

Por isso, podemos votar essa emenda e sublinhar seu caráter positivo. Além disso, presto aqui minha homenagem ao trabalho do Relator, Senador José Fogaça, que teve toda a paciência e todo o cuidado em trazer para esta Casa uma proposta que efetivamente representa um avanço.

Durante o discurso do Sr. José Serra, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Serra, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada

pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desde que assumimos o nosso mandato de Senador, há mais de dois anos, essa foi a matéria sobre a qual mais se discutiu e que é apontada como um avanço para o Poder Legislativo.

Declaro que vou votar a favor, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, porque assumimos o compromisso de votar um projeto que melhore a edição de medidas provisórias por parte do Poder Executivo.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quando aqui cheguei, em 1995, tive oportunidade de relatar uma medida provisória em tramitação nesta Casa, referente à Advocacia Geral da União. Ela foi reeditada vinte e cinco vezes!

Entendo, pois, que estamos avançando e que essa votação é política. Os Líderes, inclusive, já estiveram reunidos. O Senador José Fogaça gostaria de apresentar um projeto melhor sobre medida provisória. Cada um de nós tem idéia de um projeto, cada um de nós julga que pode apresentar o melhor. Esse é o possível, diante da realidade.

O Relator teve a grande capacidade de consubstanciar no seu parecer a opinião da maioria do Senado da República e da Câmara dos Deputados. Por essas razões, darei o meu voto favorável.

Podemos votar medida provisória em seis meses, mas, Sr. Presidente, também poderemos fazê-lo em 90 dias, desde que nos reunamos.

Eu também gostaria de um projeto ideal ou da idéia inicial do Senador José Fogaça, por exemplo, de se constituir uma comissão permanente para apreciar medida provisória. Isso não foi possível, e, para cada medida provisória, haverá uma comissão. Ora, não deixarei de votar só por essa razão.

Então, darei o meu voto agora. Vamos experimentar, constatar os resultados da inovação, da mudança constitucional que estamos fazendo e cada vez mais buscar o aprimoramento e o fortalecimento do Poder Legislativo. É o que nos cumpre afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero louvar a insistência de V. Ex^a em finalmente colocar esta matéria em votação.

Essa questão de medida provisória, Sr. Presidente, é extremamente importante. Medida provisória significa que um homem, um cidadão, no exercício do Poder Executivo, pode fazer valer uma lei quando julgar necessário. O Presidente edita uma medida provisória, que, a partir desse instante, passa a ser lei, até que o Congresso tome uma decisão sobre ela.

Fui constituinte em 1988, Líder do PSB e, nessa condição, participava de todas as discussões de Líderes sobre tudo o que era votado na Constituinte. E não pode haver nada mais claro do que aquilo que aprovamos na Constituição de 1988.

O que estamos discutindo hoje chega a ser um absurdo. Na Constituição de 1988, a intenção de todos nós, inclusive de alguns que são Líderes do Governo nesta Casa, foi colocada de maneira clara e objetiva. Repito o óbvio, mas é preciso que gravemos o que fizemos:

"Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias."

Chegamos ao cúmulo, Sr. Presidente, de estabelecer a convocação extraordinária do Congresso Nacional para votação de medida provisória.

No parágrafo único do referido artigo, estabelecemos de maneira clara, nítida e transparente, que elas só teriam validade por 30 dias. Após esse prazo, perderiam sua eficácia. Dessa forma, não consigo compreender até hoje a decisão do Supremo Tribunal Federal, que acatou um parecer do jurista Saulo Ramos. Isso é absolutamente incompreensível diante do que ficou estabelecido, com clareza, com nitidez, na Constituição de 1988. Por essas razões, não posso em hipótese alguma, concordar com a proposta hoje em votação.

Não é isso que deseja o meu partido, o PSB. Não podemos admitir a mudança feita, muito mais favorável ao Executivo do aquela estabelecida na Constituição de 1988. Para nós, 180 dias é um prazo absolutamente inaceitável, incompreensível.

Erramos quando determinamos que as Casas deveriam deliberar conjuntamente. Agora, o que há de positivo nessa emenda é a deliberação em separado das duas Casas, o que facilita a tramitação. Entretanto, em hipótese alguma, podemos aceitar esses prazos, aceitar a ampliação dos poderes do Executivo, aceitar 180 dias, aceitar que um homem crie uma lei - evidentemente, com a base governista

apoiando tudo que o Presidente da República solicita -, não podemos aceitar esse tipo de entendimento. Isso não nos satisfaz e, por isso, votamos contra o substitutivo do Senador José Fogaça.

Admitiríamos até 60 dias. A proposta do Senador Josaphat Marinho é a melhor de todas as propostas, mas, infelizmente, o Executivo não a aceitou. Sua base pediu modificações, com as quais não podemos concordar.

Era essa nossa manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero, inicialmente, felicitar V. Ex^a pelo empenho, pelo esforço desenvolvido no sentido de colocar em votação essa matéria.

Quero, também, felicitar o Relator, Senador José Fogaça, pelo trabalho que desenvolveu e por ter encontrado a solução possível. Não é a solução ideal. Tenho me manifestado em ocasiões anteriores, nas reuniões de Bancada, que há muita necessidade de se permitir ao Governo soluções rápidas, em face da velocidade da sociedade pós-industrial, da sociedade da informação.

Penso também - inclusive alguém se manifestou a respeito - que a medida provisória não é, afinal de contas, instrumento típico do parlamentarismo; entendo que ela cabe perfeitamente no presidencialismo, sobretudo um presidencialismo que vive seus dias de necessidade de se adiantar às realidades do mundo de hoje.

A solução encontrada não é a ideal, mas é a que se conseguiu.

Felicito, portanto, a quantos participaram desse esforço e digo que vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o último orador inscrito, Senador José Roberto Arruda.

V. Ex^a dispõe de apenas cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente todos os que usaram os seus cinco minutos antes de mim. Estou convencido de que esse é o momento de afirmação do Poder Legislativo por várias razões colocadas aqui e que não vou repetir.

Cumpre-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembrar a esta Casa que o texto que está sendo votado aqui não apenas foi negociado exaustivamente com as Lideranças dos Partidos que dão sustentação ao Governo e com o Bloco de Oposição

aqui no Senado, mas também com as Lideranças da Câmara dos Deputados, em dezenas de reuniões. Não podemos também esquecer que o texto votado aqui hoje será apreciado depois na Câmara dos Deputados. E era preciso construir, Sr. Presidente, um texto de convergência entre o relatório inicial do Deputado Aloysio Nunes Ferreira e o relatório inicial do Senador José Fogaça.

A conclusão a que chegamos, Sr. Presidente, é que o prazo constitucional de 90 dias, com impedimento de qualquer reedição e uma prorrogação de 90 dias, é apenas o prazo máximo constitucional. Os dispositivos regimentais introduzidos no relatório do Senador José Fogaça e parte integrante desse entendimento político, obrigam o Congresso Nacional a deliberar sobre medidas provisórias em prazo bem inferior a esse. A comissão mista que analisará cada medida provisória terá 30 dias para apreciação das emendas. E esta Casa e a Câmara dos Deputados votarão as medidas provisórias em caráter de urgência, inscritas sempre como primeiro item da pauta.

As colocações de modificações dos arts. 48 e 84 da Constituição Federal não foram inventadas nessa negociação, porque o entendimento político iniciou-se com uma proposta do Presidente José Sarney. S. Ex^a, em nome do Congresso Nacional, já levava ao Poder Executivo a necessidade de se resgatar para aquele Poder atribuições que no regime presidencialista lhe cabem.

Mas nós, Sr. Presidente, as Lideranças do Governo, abrimos mão daquilo que inicialmente desejávamos e estamos aqui votando favoravelmente, na íntegra, uma emenda do Senador Roberto Freire, uma emenda que tem o espírito da convergência, que não nos atende totalmente no pleito inicial, mas que também não deixa de devolver algumas prerrogativas ao Poder Executivo.

Tem mérito, Sr. Presidente, a iniciativa de V. Ex^a de fazer votar nesta Casa um ponto final para as sucessivas reedições de medidas provisórias. O Senador Pedro Simon sabe que ainda hoje estão no Congresso Nacional, sem discussão e sem votação, medidas provisórias do tempo do Governo Sarney, do Governo Itamar e de outros governos. Desejamos, com esse projeto, pôr fim a essa sequência infundável de reedições. Toda e qualquer medida provisória terá que, obrigatoriamente, ser votada no prazo máximo de 90 dias.

Ora, Sr. Presidente, dizia o Senador Pedro Simon que medida provisória é instrumento do regime parlamentarista, mas não se pode esquecer que todo o espírito da Constituição de 1988 era parla-

mentarista; Constituição que obrigou o Presidente da República a editar medida provisória para comprar carro para uso do Vice-Presidente ou para permitir que engenheiro agrônomo do Incra dirija uma camionete não sendo a sua função motorista. São essas coisas pequenas, atitudes fundamentais de gerenciamento do Executivo, que estão sendo minimamente devolvidas a esse Poder, como deve ser no regime presidencialista.

Mas o fundamental e que faz parte do acordo político integral é que a mudança do art. 62 da Constituição está tendo voto favorável também do Bloco de Oposição. Construímos um projeto de convergência, construímos o entendimento político, não só no Senado, mas também na Câmara dos Deputados.

Com certeza, votado esse texto, as infundáveis reedições de medidas provisórias estarão terminadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sr^{as} e Srs. Senadores, aviso a V. Ex^{as} que teremos oito votações nominais, daí por que solicito a presença de todos em plenário.

Votação da Emenda nº 3, em primeiro turno, com alterações propostas pelo Relator, ressalvados os destaques.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, quero orientar a Bancada, como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Quem vota com a emenda vota sim.

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES) - A Liderança vota sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o Líder do PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - O PSDB vota sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o Líder do PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - O PMDB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o Bloco de Oposição?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-SE) - Sr. Presidente, com base em meu pronunciamento anterior, a Liderança do Bloco de Oposição recomenda o voto sim ao projeto, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o PPB?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB-MA) - Sr. Presidente, a Bancada do PPB está liberada. O meu voto é não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Bancada do PPB está liberada, e o Senador Epitácio Cafeteira vota não.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Peço a presença, em plenário, dos Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa. (Pausa)

Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a já votou? (Pausa)

Senador Onofre Quinan? (Pausa)

Senador Júlio Campos? (Pausa)

Senador Coutinho Jorge? (Pausa)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa)

(Procede-se à votação)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	ABST.
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	NÃO
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM

PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	SIM
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e NÃO 07.

Houve 02 abstenções.

Total: 66 votos.

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Passemos aos destaques.

Destaque de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que manda retirar a expressão admitida a prorrogação por igual período.

A Presidência esclarece que está automaticamente destacado o § 3º, constante do art. 1º da Emenda nº 03, que, conforme refere o aditamento do Sr. Relator, versa matéria correlata.

Em votação o destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Somente V. Ex^a poderá falar como autor e por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como era previsto, a matéria princi-

pal já foi aprovada pelo Plenário. Em face disso, numa tentativa de reduzirmos o impacto da proposta do Senador José Fogaça que possibilita...

Sr. Presidente, o meu raciocínio está sendo perturbado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, continuando o meu pronunciamento, a fim de diminuirmos o impacto das idéias do Senador José Fogaça, já que a proposta de S. Ex^a reduz as atribuições do Poder Legislativo, temos a oportunidade de, pelo menos, aprovar em parte o que foi idealizado pelo Senador Josaphat Marinho com a participação da Comissão Especial. Em vez de o prazo da prorrogação ser de 90 dias, proporcionando à medida provisória eficácia durante 180 dias, estamos propondo uma emenda suprimindo a expressão: admitida a prorrogação por igual período, ou seja, não admitindo a prorrogação por mais 90 dias.

O objetivo é dar ao Poder Executivo as condições que ele está a exigir neste momento para maior rapidez e celeridade do processo administrativo e político de seu Governo e dando ao Congresso Nacional a mínima oportunidade de apreciar as medidas provisórias no tempo razoável de 90 dias. Se aprovado o texto como se encontra, Sr. Presidente, em vez de 90 dias, a eficácia será de mais 90, o que perfaz 180. Somados a esse prazo quase três meses de recesso parlamentar, a medida provisória virá quase um ano, o que é um contra-senso diante dos estudos feitos na Comissão Especial designada pelo Senado Federal. V. Ex^a, em boa hora, colocou as medidas provisórias em pauta para discussão no Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação. (Pausa)

Quero esclarecer ao Plenário que quem mantém o texto vota sim; quem quer atender à Emenda Valadares vota não. Quem votar sim vota pela manutenção do texto do relatório do Senador José Fogaça, e quem votar não vota com o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Sr. Presidente, o PTB recomenda à sua Bancada o voto sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Sr. Presidente, o Bloco vota não.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto sim.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto sim.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto sim.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Relator deseja prestar alguns esclarecimentos sobre todos os destaques no prazo de cinco minutos.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, é muito importante este esclarecimento, pois a supressão dessa parte do texto do parágrafo 1º do art. 62 implica a supressão dos §§ 3º e 4º, subsequentes, o que eliminaria, definitiva e terminantemente, a possibilidade de prorrogação, o que está contido no acordo. Portanto, precisa, neste momento, ser mantido, sob pena de a matéria não prosperar e acabar por não obter o objetivo proposto. Dessa forma, enfaticamente, peço aos Srs. Senadores que mantenham o texto, votando sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) - Sr. Presidente, também peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Apenas falam o Relator e o autor do destaque.

O SR. PEDRO SIMON - O autor já falou?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Já.

O SR. PEDRO SIMON - O autor já disse, enfaticamente, que o voto é não?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Já.

O SR. PEDRO SIMON - Se S. Ex^a já disse, então, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Os Srs. Senadores já podem votar.

Senador Odacir Soares.

Os Srs. Senadores já sabem que, primeiro, devem pressionar o botão, colocando depois a senha. (Pausa)

Os Senadores José Agripino e Geraldo Melo já votaram? (Pausa)

Mantendo o texto, sim; com a Emenda Valadares, não

Senador Fernando Bezerra. (Pausa)

Os Srs. Senadores que não votaram... (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, todos já votaram?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- É o que estou observando. Quando eu observar que todos os 66 Senadores que estavam na votação anterior já votaram, encerrarei a votação. Se demorar, atenderei a V. Ex^a e encerrarei a votação.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Senador Fernando Bezerra não está votando.

O Senador Gilvam Borges já votou? (Pausa)

O Senador Romeu Tuma já votou?

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) - Já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Vou encerrar a votação, pedindo aos Srs. Senadores que fiquem no plenário para as demais votações, que são todas nominais.

Encerrada a votação.

VOTARAM OS SRS. SENADORES:

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PT	SP	EDUARDO SUPICY	NÃO
PTB	RS	EMILIA FERNANDES	NÃO
PPB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	NÃO
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	NÃO
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM

PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPTÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO 15 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total de votos: 65.

Mantida a disposição do Substitutivo e, sendo assim, o § 3º, que é de matéria correlata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votação do destaque do Senador Lúcio Alcântara, que manda retirar do art. 62 o termo simples.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, para encaminhar a votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, penso que é dispensável esse termo simples.

"As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, observado o critério de alternância simples."

Meu destaque é no sentido de suprimir a palavra simples, observado o critério de alternância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Relator pode dar alguma informação sobre o destaque?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o critério de alternância simples significa que será uma medida provisória para a Câmara e outra medida provisória, subsequente, para o Senado. Não poderá haver, por exemplo, duas para a Câmara e duas para o Senado. A alternância simples é uma a uma,

permanentemente. É aquela que recomendo ao Plenário e, mais uma vez, peço o voto sim à permanência do texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os Srs. Senadores já podem votar.

Quem vota com o texto, vota sim.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto sim.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o PMDB?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - O PMDB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - O PTB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador José Eduardo, como vota o Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-PT-SE) - O Bloco está liberado, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. SENADORES

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	ABST.
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	ABST.
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	NÃO
PPB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	NÃO
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	NÃO
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERPA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMILIA FERNANDES	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM

PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	SIM
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPCÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram SIM 56 Srs. Senadores e NÃO 7.

Houve 3 abstenções.

Total: 66 votos.

Mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a quer retirar o próximo destaque? Retirar a expressão que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões, constante do § 8º?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o destaque anterior era uma questão apenas de redação. Não conheço alternância complexa, nem alternância composta. Alternância é alternância: uma vez numa Casa, outra vez na outra. Mas o Plenário entendeu simplificar alternância, e nós vamos concordar.

No § 8º, o assunto é de mérito. Diz: Encerrada a votação na Casa revisora, que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões, a matéria será encaminhada... etc. Isso é uma limitação ao poder revisor. Aqui está dito que a Casa revisora só poderá exercer o poder revisor pela via da supressão, portanto está restringindo o poder revi-

sor. O que quero com meu destaque? Suprimir a expressão que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressão. Então, ficaria assim: Encerrada a votação na Casa revisora, a matéria será encaminhada, se necessário.... Não há por que se introduzir um fator limitante ao poder revisor de cada uma das Casas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já foi explicado na sessão anterior a esta que, no modelo que estamos adotando, para que a votação seja rápida e efetiva se faz necessário manter a fórmula adotada para a sessão conjunta do Congresso Nacional.

No Congresso Nacional, embora localizados fisicamente no mesmo espaço, ou seja, no mesmo plenário da Câmara, Câmara e Senado têm votações separadas. Na primeira votação, a Câmara emenda no mérito e supressivamente. Na segunda votação, que é a do Senado, o Senado só tem o poder de emendar por via de supressão total, ou seja, pela via de rejeitar o projeto.

Estamos reproduzindo isso, mas com a possibilidade de que a segunda Casa mantenha o poder de supressão parcial ou total, que seria a rejeição. Se não houver essa restrição, a matéria, constitucionalmente, terá que voltar para a primeira Casa iniciadora, o que determinaria, inevitavelmente, a impossibilidade de votar em 90 dias.

Do ponto de vista da estrutura, do modelo e da operacionalidade pensada para este projeto, essa é uma das definições fundamentais. Alterá-la é também comprometer o modelo como um todo que está sendo proposto.

Portanto, mais uma vez, infelizmente, sou obrigado a apelar pelo voto sim.

E chamo a atenção para o fato de que, pela primeira vez na história do Senado, no período republicano, haverá iniciação de votações por aqui. E isso só é possível graças ao tipo de modelo que estamos estabelecendo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os Srs. Senadores já podem votar.

Como vota o Líder do PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - O PMDB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - O PTB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota a liderança do Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO-PT-SE) - O Bloco recomenda o voto não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. SENADORES

PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.
PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PT	SP	EDUARDO SUPPLY	NÃO
PTB	RS	EMILIA FERNANDES	NÃO
PPB	MA	EPIFÂNIO CAFETEIRA	NÃO
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	NÃO
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM

PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSBD	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPCÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram SIM 51 Srs. Senadores, e NÃO 14.

Houve 1 abstenção.

Total: 66 votos.

Mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o destaque do Senador José Eduardo Dutra, em relação ao §11 do art. 1º da Emenda nº 3, com aditamento.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, coloco em votação a prorrogação da sessão por mais 30 minutos. (Pausa)

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-PT-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pediria a atenção dos Srs. Senadores. O § 11 diz que, em caso de interrupção das atividades do Congresso Nacional, independentemente dos motivos que determinarem o recesso, ficará igualmente suspensa a contagem dos prazos a que se refere o § 1º.

Ora, Sr. Presidente, penso que, nesta questão, está uma imagem do Congresso Nacional de coerência com o Texto Constitucional. Não houve nenhuma emenda, nem no parecer do Senador José Fogaça e nem nas propostas de emenda constitucional, que modifique o **caput** do art. 62, que trata de medida provisória.

Diz o **caput** do art. 62 que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República pode editar medida provisória. Se se trata de relevância e urgência, o Congresso Nacional não pode se abstrair de votar a matéria e de dar a ela a relevância e a urgência previstas na Constituição. Portanto, não pode, sob hipótese alguma, mesmo de recesso, diminuir ou não contar os prazos que nós mesmos estabelecemos, que já são dilatados.

Na prática, Sr. Presidente, significa que no período de recesso do Congresso de dois meses, se for uma medida provisória editada no final da Sessão Legislativa, ele já terá, de imediato, a vigência por 240 dias.

Portanto, a supressão do parágrafo estabelece uma absoluta coerência entre ele e os parágrafos que regem o artigo e o **caput** do artigo, que diz que medida provisória só deve ser editada em caso de relevância e urgência. Se é em caso de relevância e urgência, o Congresso tem que se reunir para votar. Não podemos abstrair esse tempo dos prazos dilatados que nós mesmos estamos nos impondo.

Por isso, conclamo os Srs. Senadores, no sentido de se retirar esse parágrafo do Relatório do Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Sr. Relator quer fazer alguma declaração sobre o assunto?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, o texto foi alterado porque anteriormente dizia: Os prazos não correm nos períodos de recesso. Acontece que o **caput** do artigo, como disse o Senador José Eduardo Dutra, estabelece que é preciso convocar-se extraordinariamente o Congresso em cinco dias, caso seja editada uma medida provisória.

Vou reportar-me ao exemplo do ano que passou. Esta Casa foi convocada extraordinariamente para votar medidas provisórias e uma pauta que foi combinada entre os Presidentes da Câmara e do Senado. No entanto, Sr. Presidente, no dia 20 de dezembro, cessaram-se as atividades do Congresso Nacional e reiniciaram-se no dia 08 de janeiro de 1997. Se V.Exª contabilizar, verá que tal período compreende dezenove dias de recesso decidido, não pela Constituição, mas pelas duas Casas, por intermédio de suas presidências. Não me lembro, em quase vinte anos de vida parlamentar, de Congresso reunido no Natal. Pode ser que tenha havido, mas em minha curta e breve experiência parlamentar de vinte anos, eu não vi isso acontecer.

No dia 08 de fevereiro, foi encerrada a convocação extraordinária e voltamos dia 15. Houve um recesso institucional, porque decidido pelas Mesas, de oito dias. Já tinham sido contados 19 mais oito, somando-se 27 dias, que seriam fígados do prazo de 90 que a comissão teria para votar. O que significa dizer que, caso não sejam descontados esses dias, não teremos, evidentemente, a possibilidade de cumprir os prazos. E é por isso que o prazo não corre no recesso; corre apenas em caso de interrupção das atividades, independentemente dos motivos que determinaram essa interrupção, que pode ser Natal, Ano Novo. Mas Natal e Ano Novo são 19 dias, pelo que foi a experiência do último recesso, que não é constitucional mas é legal porque decidido pelas duas Mesas.

Sr. Presidente, do ponto de vista, portanto, do que estamos decidindo, esta me parece uma questão de coerência do Congresso consigo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os Srs. Senadores já podem votar.

Como vota o Líder do PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - O PTB encaminha sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - O PFL vota sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - O PSDB encaminha o voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota a liderança do Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-PT-SE) - Sr. Presidente, quero registrar que o prazo da prorrogação é exatamente para contemplar essas preocupações do Senador Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Bloco, Excelência?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco - PT-SE) - O Bloco vota não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Muito obrigado.

Senador Jader Barbalho, V. Ex^a encaminha como?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - O PMDB encaminha sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- PMDB voto sim.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. SENADORES

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMILIA FERNANDES	NÃO
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	SIM
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMÇÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e NÃO 11.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 65.

Mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Ainda teremos mais três votações. Destaque. Vamos votar o art. 32 da Emenda nº 3, com aditamento do Senador José Eduardo Dutra.

V. Ex^a quer encaminhar a votação?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É art. 3º, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Perdoe, art. 3º da Emenda nº 3.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO-SE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Senadores, para nós, este é o destaque mais importante.

Queremos registrar, como já fizemos anteriormente, que estamos dispostos a discutir com o Governo uma proposta de emenda constitucional que venha dar mais agilidade e atribuir prerrogativas ao Executivo.

Registramos que estão mantidas as propostas que fizemos informalmente ao Senador José Fogaça e ao Líder do Governo, no sentido da possibilidade de fazermos uma proposta de emenda constitucional à parte para contemplar essas preocupações.

Mas a forma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, queria deixar esse alerta à Casa, se for aprovado esse relatório com esses dois artigos, porque, ainda que haja o terceiro e o quarto, são artigos praticamente espelho um do outro, uma vez que um trata das prerrogativas do Congresso e o outro de prerrogativas do Executivo, estaremos, na prática, introduzindo uma situação pior, no conjunto, à que temos hoje em relação às medidas provisórias.

Volto a registrar que a redação proposta para esses dois artigos não encontra paralelo em nenhuma constituição presidencialista democrática brasileira, encontra paralelo na Emenda nº 01, de 1969.

Portanto, entendemos que, se por um lado é vantajoso para o Congresso aprovar, mesmo com todas as ressalvas, o art. 62 da forma que se encontra, por outro, introduzir conjuntamente as modificações no arts. 48 e 84, no balanço final, o que teremos é que haverá um aumento de poderes do Executivo.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, reafirmando a disposição da oposição em negociar, através de uma proposta de emenda constitucional, em separado, uma nova redação para os arts. 48 e 84,

nos moldes de propostas que apresentamos ao Líder do Governo e ao Senador José Fogaça, entendemos que, dentro da discussão que o Congresso vem fazendo em torno da regulamentação das medidas provisórias, é inadmissível que introduzamos essas modificações nos arts. 48 e 84.

Portanto, consideramos como fundamental a supressão desses dois artigos, uma vez que, aí, sim, estaremos contemplando um processo de negociação que vem sendo feito, que ainda não foi concluído e que poderá ter continuidade na negociação de uma emenda específica para os arts. 48 e 84.

Portanto, pedimos aos nobres pares que votem: Não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Relator quer prestar algum esclarecimento?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, isto é parte do acordo que foi feito, em nome do acordo, com o Líder do Governo, no Congresso Nacional e, evidentemente, com a discordância do PT ou do Líder da Oposição, infelizmente. Mas, quanto ao parecer sou obrigado a manter o Sim porque este é um dos pontos fundamentais para assegurar o acordo que fizemos e garantir as inovações, mudanças e avanços que conseguimos nas medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Quem vota com o texto, vota Sim.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Reafirmando que não é parte do acordo, o Bloco encaminha o voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Bloco encaminha o voto Não. Mas, o PFL?

O SR. EDISON LOBÃO - Vota Sim.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, o PSDB vota Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O PSDB vota Sim.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Evidentemente, é um acordo com o Governo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Como?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Isto foi explicado, Senador José Eduardo Dutra. Não omiti isto, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Senador, Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O PMDB vota Sim.

Senador Valmir Campelo como vota o PTB, na íntegra?

O SR. VALMIR CAMPELO - O PTB vota Sim, Sr. Presidente, recomenda.

O Sr. Pedro Simon - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do PT está propondo que se transforme esses dois artigos num projeto em separado. Não estamos rejeitando, mas S. Ex^a quer que esses dois artigos tramitem num projeto em separado. É importante esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Casa está esclarecida e já votou.

O Sr. Roberto Freire - Sr. Presidente, peço a palavra para justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco-PE. Para justificar o voto.) - Sr. Presidente, para manter a unidade com o Bloco, votarei Não, embora tenha participado, inclusive, da elaboração de uma emenda visando o consenso e o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Todos os Srs. Senadores já votaram?

Senador Odacir Soares, V. Ex^a já votou?

Vou encerrar a votação. (Pausa.) Encerrada.

VOTARAM OS SRS. SENADORES

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	NÃO
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPPLY	NÃO
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMÍLIA FERNANDES	NÃO
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	NÃO
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM

PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	NÃO
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	RÔMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e NÃO 16.

Não houve abstenção.

Total de votos: 65.

Mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Em votação o destaque que foi apresentado ao art. 4º da Emenda nº 3, com aditamento do Senador José Eduardo Dutra.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero mais uma vez deixar bem claro que a Oposição está disposta a estabelecer um processo de negociação com as Lideranças do Governo, para modificar esses dois artigos que tratam de prerrogativas do Congresso. Apresentamos as duas propostas. Logicamente, com o tempo

que tivemos, seria muito difícil chegarmos a um acordo. Esses dois artigos não fazem parte do acordo entre as diversas forças do Congresso e o Governo. Pode refletir um acordo das Lideranças do Governo. Mas o que estamos discutindo são prerrogativas do Congresso Nacional, são prerrogativas desta instituição.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmamos o destaque, dizendo da nossa disposição em estabelecer a negociação em torno de uma proposta de emenda constitucional à parte, uma vez que esses pontos - repito - foram incluídos na quinta-feira. As propostas de emenda constitucional que deram origem a um acordo - que não é o ideal - em relação ao art. 62 estão aqui há dois anos.

Se tivermos mais tempo, é possível, sim, estabelecer um acordo para uma proposta de emenda constitucional à parte em relação a esses artigos. Mas, da forma que estamos aprovando uma matéria de que os Srs. Senadores tiveram conhecimento na última quinta-feira, achamos que significa atropelar um processo de negociação entre as diversas Lideranças do Congresso e o Governo e que teve resultados positivos em relação ao art. 62. Para resguardar - e incentivar - o princípio de negociação, consideramos fundamental a supressão desse artigo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a, infelizmente, não pode falar. Só pode falar o Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a não pode falar como Líder. Só pode falar o Relator, que tem a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, mais uma vez se trata da mesma questão: o acordo político estabelecido no âmbito dos Partidos do Governo.

Houve um esforço inaudito para caminhar em direção às reivindicações do Líder José Eduardo Dutra. A matéria inicialmente mencionava extinção de cargos públicos e agora passa a ter a seguinte redação: extinção de cargos públicos quando vagos. Portanto, o Presidente da República só adquire a prerrogativa de legislar para extinguir cargos públicos que estejam vagos, que não estejam sendo ocupados por ne-

nhum funcionário de carreira. Isso significa que não haveria mudança na vida funcional de ninguém, evidentemente, e isso impediria o empirismo, a utilização da máquina futuramente de maneira desairosa ao interesse público.

Portanto, mais uma vez, ressalto a importância do voto sim, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO - O PFL encaminha o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O PFL encaminha o voto sim. Como vota o PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO - O PTB recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Como vota o PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO - O PSDB encaminha o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o PMDB, Senador Jader Barbalho?

O SR. JADER BARBALHO - Recomendo o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como vota o Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Bloco vota não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Os Srs. Senadores já podem votar. Falta, depois deste, somente um destaque.

(Procede-se à votação.)

VOTARAM OS SRS. SENADORES:

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	NÃO
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPICY	NÃO
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMÍLIA FERNANDES	NÃO
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM

PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	ABST.
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPTÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Votaram Sim 49 Srs. Senadores e Não 13.

Houve uma abstenção.

Total: 63 votos.

Mantido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, para encaminhar a votação do último destaque, o termo criação.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco-PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho a impressão de que este destaque poderá ser aprovado, pois mantém aquilo que a Liderança governista desejava, ou seja, a capacidade de o Poder Executivo organizar-se, de estruturar seus ministérios e os órgãos da administração pública. Por outro lado, retira uma contradição, algo que efetivamente este Congresso não quer conceder: a criação de ministério ou órgão público por decreto.

Entendo que o Congresso Nacional deva suprimir a expressão criação de ministério, para evitar possíveis interpretações do Poder Executivo de que por decreto pode criar ministério ou órgão público. Mas mantém no Executivo a capacidade de estruturar a administração pública sem necessariamente exigir a lei.

Não afeta os poderes que aqui foram concedidos ao Poder Executivo e resguarda qualquer contradição que possa haver com a permanência do texto criação de ministério ou órgão público. Era importante excluir. Não retira nenhum dos poderes adquiridos e cria maior transparência no que estamos desejando. Não aumenta despesas e não permite a criação de cargos ou criação de ministério sem ser na forma da lei.

Talvez esse destaque possa ser aprovado, pois não vai mudar em nada aquilo que é substantivo no acordo que foi feito pelos Líderes governistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação é a mesma. Reconheço que o Senador Roberto Freire deu uma grande contribuição ao processo de avanço que se realizou, mas devo reiterar que a proposta que o Governo fez, na mesa de negociações, entre aqueles que lá se encontravam, tendo sido aceita por todos os Líderes do PMDB, do PFL, do PTB, todos os partidos da base do Governo, exige a manutenção do texto tal como está, até porque a criação de ministério ou de alguma instituição não pode ser acompanhada pela criação de cargos. É vedado ao Executivo criar cargos, nada que gere despesa poderá ter a iniciativa do Executivo, sem ouvir o Congresso Nacional. Mas transformar uma instituição, um ministério, uma repartição pública, para dar agilidade, funcionalidade ao sistema administrativo é a prerrogativa que se está dando ao Presidente.

Portanto, mais uma vez o voto é sim pela preservação do texto, embora com todo respeito à participação do Senador Roberto Freire.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) - O PMDB deveria votar contra, Sr. Presidente, porque parece estar votando em causa própria. Estão falando em transformar uma secretaria, em criar um novo ministério, pode ficar mal para o PMDB votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Como vota o Líder do PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - A Liderança do PFL recomenda o voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - O PMDB recomenda acompanhar o voto do Senador do Rio Grande do Sul, José Fogaça. O PMDB é solidário com o representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Como vota o Líder do Bloco?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO-SE)
- O Bloco vota não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Como vota o Líder do PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Como vota o Líder do PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- Os Srs. Senadores que aprovam a prorrogação da sessão por 15 minutos queiram se conservar como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

A sessão está prorrogada por 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, são 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- É questão de ordem, Senador?

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, Sr. Presidente. É apenas para que a Mesa cumpra com sua determinação, pois são 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- V. Ex^a pede a palavra por quê? Algum artigo regimental?

O SR. ÉLCIO ALVARES (PFL-ES) - Sr. Presidente, gostaria de frisar que acabei de receber uma comunicação do Senador Levy Dias, na qual S. Ex^a teve a oportunidade dizer que imaginava estar a votação encerrada. Comunicou-me que está no corredor e que virá votar. Assim, faço um apelo à Mesa no sentido de que aguarde mais um ou dois minutos, que o Senador Levy Dias estará votando, completando os 63 Senadores presentes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-SE) - Sr. Presidente, o Regimento não permite isso, caso

contrário iremos ampliar o prazo dizendo que o Senador está no corredor, na porta, na Câmara e que tem mais cinco, 10, 15, 20 minutos.

O SR. ÉLCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço apenas a V. Ex^a a prorrogação por dois ou três minutos para...

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco-PA) - Sr. Presidente, gostaria de saber se haveria prorrogação de prazo caso a matéria fosse de interesse da Oposição. Isso não é possível.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco-PE) - Sr. Presidente, a única coisa que levanto é que foi importante a prorrogação de três minutos concedida pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- É verdade.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco-PE) - Penso que seria um desrespeito a todos em função dessa determinação. Três minutos já foi uma prorrogação suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- A Mesa vai encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

VOTARAM OS SRS. SENADORES:

PDT	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM
PT	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM
PTB	RS	EMÍLIA FERNANDES	NÃO
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM
PMDB	PB	HUMBERTO LUCENA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	NÃO
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM

PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM
PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM
PDT	MG	JÚNIA MARISE	NÃO
PT	DF	LAURO CAMPOS	NÃO
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	NÃO
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM

- **O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)
- Votaram SIM 46 Srs. Senadores e NÃO 16.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

Não foi aprovado o texto.

Está rejeitado o termo criação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Aprovada a Emenda nº 3, de Plenário (substitutivo), com as alterações propostas pelo Relator, ficam prejudicadas as Propostas de Emendas à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, 7, de 1997, e as Emendas nº 1, de Plenário e 2-CCJ.

São os seguintes os itens prejudicados, em virtude da aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1:

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1995, de autoria do

Senador Ney Suassuna e outros senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Pareceres

- proferido em Plenário, da Comissão Especial, criada para examinar as matérias, Relator: Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva);

- sob nº 66, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial), pela prejudicialidade da matéria, das Propostas de Emenda à Constituição nº 11, 20 e 65, de 1995, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial; e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (substitutiva) que oferece, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, e em separado, os Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra.

- proferido em Plenário, em reexame, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

- 5 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1995, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Pareceres

- proferido em Plenário, da Comissão Especial, criada para examinar as matérias, Relator: Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva);

- sob nº 66, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial), pela prejudicialidade da matéria, das Propostas de Emenda à Constituição nº 4, 20 e 65, de 1995, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial; e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (substitutiva) que oferece, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, e em separado, os Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra.

- proferido em Plenário, em reexame, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

- 6 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11 e 65, de 1995, e 7, de 1997)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1995, de autoria do Senador Roberto Requião e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Pareceres

- proferido em Plenário, da Comissão Especial, criada para examinar as matérias, Relator: Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva);

- sob nº 66, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial), pela prejudicialidade da matéria, das Propostas de Emenda à Constituição nº 4, 11 e 65, de 1995, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 2-CCJ

(substitutiva) que oferece, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, e em separado, os Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra.

- proferido em Plenário, em reexame, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

- 7 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 1995

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nº 1, 4, 11 e 20, de 1995, e 7, de 1997)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1995, de iniciativa do Senador Nabor Júnior e outros senhores Senadores, que altera dispositivos da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Pareceres

- proferido em Plenário, da Comissão Especial, criada para examinar as matérias, Relator: Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva);

- sob nº 66, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial), pela prejudicialidade da matéria, das Propostas de Emenda à Constituição nº 4, 11 e 20, de 1995, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1-Plen, da Comissão Especial; e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (substitutiva) que oferece, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, José Ignácio Ferreira, Jefferson Péres, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Ademir Andrade, e em separado, os Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra.

- proferido em Plenário, em reexame, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

- 8 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7,
DE 1997**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição
nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros senhores Senadores, que institui os Atos Normativos Transitórios em substituição às Medidas Provisórias, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, nos termos da Emenda nº 3, de Plenário (substitutiva), que oferece, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, que tramitam em conjunto, e das Emendas nºs 1, de Plenário, e 2-CCJ, ambas substitutivas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação da matéria para o 2º turno constitucional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte

PARECER Nº 150, DE 1997

**Redação, para o segundo turno, do
Substitutivo à Proposta de Emenda à
Constituição nº 1, de 1995.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 23 de abril de 1997. - Presidente, **Bernardo Cabral** - Relator,

**José Fogaça - Lúcio Alcântara - Edison Lobão
- Hugo Napoleão - Ney Suassuna - Regina Assumpção - Romeu Tuma - Ramez Tebet - Sérgio Machado - Levy Dias - José Roberto Arruda
- Carlos Bezerra - Artur da Távola - José Bianco.**

ANEXO AO PARECER Nº 150, DE 1997

**Altera dispositivos dos arts. 48, 62 e
84 da Constituição Federal, e dá outras
providências.**

Art. 1º Dê-se ao art. 62 da Constituição Federal a seguinte redação:

"Art. 62.

§ 1º As medidas provisórias perderão eficácia se, no prazo de noventa dias, admitida a prorrogação por igual período, não forem convertidas em lei, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 2º O prazo inicial a que se refere o parágrafo anterior será contado a partir da data da publicação da medida provisória.

§ 3º Ato do Presidente da República poderá prorrogar a vigência de medidas provisórias pelo prazo de noventa dias, sendo a respectiva mensagem encaminhada ao Congresso Nacional.

§ 4º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, do todo ou parte de medida provisória que tenha sido objeto de rejeição ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 5º Os atos praticados na vigência de medida provisória terão validade jurídica plena, salvo se o Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contado da data da extinção de sua eficácia ou rejeição, promulgar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes, nos termos do § 1º.

§ 6º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, observado o critério de alternância simples.

§ 7º O Congresso Nacional adotará regime especial de tramitação e votação para

as medidas provisórias, cabendo a uma comissão mista de Deputados e Senadores examiná-las e emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, em cada uma de suas Casas.

§ 8º Encerrada a votação na Casa revisora, que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões, a matéria será encaminhada, se necessário, à comissão mista para a sistematização do texto final, retornando à mesma Casa no prazo de cinco dias, obrigatoriamente, para que o respectivo Presidente a envie à sanção presidencial.

§ 9º O voto contrário de uma das Casas importará rejeição da matéria.

§ 10. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – reservada à lei complementar;

III – de competência exclusiva do Congresso Nacional ou privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto por parte do Presidente da República;

V – que contenha dispositivos estranhos à matéria que está sendo objeto da respectiva medida provisória.

§ 11. Em caso de interrupção das atividades do Congresso Nacional, independentemente dos motivos que determinaram o recesso, ficará igualmente suspensa a contagem dos prazos a que se refere o § 1º

Art. 2º As medidas provisórias publicadas até a data da promulgação desta Emenda continuam em vigor até deliberação do Congresso Nacional ou revogação pelo Presidente da República.

Art. 3º É revogado o inciso XI do art. 48 da Constituição Federal e os incisos IX e X passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.....

IX – organização judiciária e do Ministério Público da União e do Distrito Federal;

X – criação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, inciso XXVII, alínea d."

Art. 4º É acrescentado um novo inciso ao art. 84 da Constituição Federal, de número XXVII, renumerando o atual para XXVIII, e os incisos XXV e XXVI passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84.

XXV – prover os cargos públicos, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com eficácia imediata, nos termos do art. 62;

XXVII – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização administrativa do Poder Executivo;

b) transformação de cargos, empregos ou funções públicas;

c) estruturação e atribuição dos Ministérios e órgãos da administração pública;

d) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer lido vai à publicação.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia seis de maio, para o primeiro dia de discussão em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 151, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução nº 42, de 1997, de autoria da Comissão Diretora, que "estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal"; e do Projeto de Resolução nº 119, de 1995, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre os Gabinetes dos Senadores (Anteprojeto de Resolução nº 2 de 1995, de autoria da Comissão Diretora).

Relator: Senador Epitacio Cafeteira

I – Do Relatório

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Resolução nº 42, de 1997, que, regulando a matéria prevista no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 9, de 1997, estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes Parlamentares do Senado Federal.

Da iniciativa da Comissão Diretora o projeto sob exame propõe:

1 – sejam criadas:

1.1 – uma função comissionada de Assistente Técnico, à exceção do Gabinete da Presidência;

1.2 – duas funções comissionadas de Secretário de Gabinete;

1.3 – dois cargos em comissão de Assessor Técnico, sendo um dos cargos transformável em 4 cargos de Assistente Parlamentar;

2 – sejam extintas:

2.1 – duzentos e trinta e dois cargos efetivos vagos;

2.2 – quatrocentos e quarenta e sete cargos efetivos ocupados, quando vagarem;

2.3 – quatrocentos e noventa e uma funções comissionadas vagas;

2.4 – quinhentos e quarenta e seis funções comissionadas ocupadas, quando vagarem.

Com a redução das funções comissionadas propostas, a lotação do Gabinete é reduzida de 18 (dezoito) servidores para 15 (quinze), nesses computados os ocupantes de cargos comissionados.

Ao Projeto foram oferecidos 8 (oito) Emendas.

Vem, agora, a esta Comissão, o Projeto e as Emendas a ele apresentadas, para análise e parecer.

II – Da Análise

O parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 9/97 cria, para a Comissão Diretora, a obrigação de rever a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes. Dessa obrigação a douta Comissão procura se desincumbir mediante este Projeto.

A Proposição visa à racionalização da estrutura dos Gabinetes Parlamentares, oferecendo a esses melhores condições de atendimento às necessidades dos Titulares.

Com esse escopo, a Proposição é irrepreensível, atendendo, ainda, aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, sendo de todo conveniente e oportuna.

Aduzido a isso, o Projeto saneará uma distorção, hoje existente entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, na medida em que esta teve recentemente aprovada a duplicação das verbas destinadas ao quadro do pessoal de Gabinete dos Deputados, enquanto os Senadores permanecem com uma estrutura montada há, pelo menos, duas décadas.

Ao projeto foram apresentadas 8 (oito) Emendas, a seguir discriminadas e examinadas:

1. Emendas nºs 1, 2 e 8 – todas da autoria do Senador Ney Suassuna – oferecem uma composição diversa da proposta pelo Projeto, no que diz respeito aos cargos comissionados. Dessa forma, prevêem, ao invés de 2 (dois) Assessores Técnicos, a existência, no Gabinete, de 1 (um) Assessor Técnico – símbolo FC-8; 1 (um) Coordenador de Ação Parlamentar – símbolo FC-8; e 1 (um) Coordenador de Ação Parlamentar Adjunto – símbolo FC-7.

Análise – O nobre Autor das Emendas não fez juntada do impacto financeiro decorrente de sua proposta e, cremos, não seja este irrelevante, haja vista que, consoante afirmado na justificção, há a elevação dos cargos de provimento em comissão de 4 (quatro) para 6 (seis), com a criação de mais dois cargos, símbolo FC-8.

Por entendermos que o reflexo financeiro da proposta é, neste momento, insuportável para o Senado Federal, é o nosso parecer pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 8.

2. Emendas nºs 3 e 4 – da autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, respectivamente – têm por escopo a inclusão, no Projeto, de previsão normativa idêntica à inserida na Lei nº 9.421/96, que versa sobre o Poder Judiciário. A previsão normativa que se pretende inserir veda a nomeação ou requisição de cônjuge, companheiro ou parente, até

o terceiro grau, inclusive, dos Senadores, ressaltando aqueles que são servidores efetivos da Casa.

Análise – Não obstante reconheçamos o mérito das Emendas, entendemos que se está confundindo duas realidades distintas, quais sejam: os cargos de juízes com os mandatos parlamentares. Enquanto os primeiros são vitalícios, os segundos são temporários e eletivos. Assim, cremos, não há como se dar tratamento igual a situações díspares, haja vista que o princípio da igualdade tem como máxima "tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades".

O nosso parecer é, por conseguinte, pela rejeição das Emendas de nºs 3 e 4.

3. Emendas nº 5, 6 e 7 – da autoria dos Senadores Edison Lobão, Regina Assunção e Gilvam Borges, respectivamente. As Emendas visam à elevação do símbolo da função comissionada atribuída às Chefias e Subchefias de Gabinete e aumenta o número de funções comissionadas de Assistente Técnico de Gabinete de 1 (um), conforme previsto no Projeto, para 2 (dois).

É asseverado na justificação da Emenda de nº 5, que "A Emenda em questão não trará acréscimo significativo de despesa, conforme comprovam os quadros abaixo discriminados, mantendo o espírito de remanejamento de recursos disponíveis estabelecidos pelo Autor do Projeto".

À mesma Emenda foram juntados quadros demonstrativos do efeito financeiro os quais, comprovam o reduzido impacto financeiro sobre as contas do Senado Federal.

Ante os dados apresentados, é o nosso Parecer favorável às Emendas de nºs 5, 6 e 7.

- III – Do Parecer

Por todo o exposto, é o nosso parecer – que submetemos ao crivo dos nobres colegas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal – pela aprovação do Projeto de Resolução nº 42, de 1997, e das Emendas de nºs 5, 6 e 7 e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 8, pelos motivos já declinados; e, pela prejudicialidade do PRS nº 119/1995.

Sala das Comissões, 9 de abril de 1997. – **Bernardo Cabral** – Presidente. – **Epitácio Cafeteira**, Relator. – **Iris Rezende** – **Romeu Tuma** – **Pedro Simon** – **José Eduardo Dutra** – **Ramez Tebet** – **Jefferson Peres** (vencido) – **José Fogaça** – **Regina Assunção** – **Antonio C. Valadares** – **José Bianco**.

PARECER Nº 152, DE 1997

Da Comissão Diretora, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 42, de 1997, que "estabelece a composição e a infra-estrutura dos gabinetes do Senado Federal".

Relator : Senador **RONALDO CUNHA LIMA**

1. Relatório.

Vêm ao exame desta Comissão Diretora as Emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 42, de 1997, que "estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal".

Referido Projeto foi aprovado na 7ª Reunião Ordinária desta Comissão, em 20 de março de 1997.

Tendo recebido 8 (oito) Emendas, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, para análise e parecer.

Relatado pelo nobre Senador EPITÁCIO CAFETEIRA, o Projeto de Resolução foi aprovado pela CCJ, tendo S. Exª. considerado em seu parecer que:

"O parágrafo único do artigo 8º da Resolução nº 09/97 cria, para a Comissão Diretora, a obrigação de rever a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes. Dessa obrigação a dita Comissão procura se desincumbir mediante este Projeto.

A Proposição visa à racionalização da estrutura dos Gabinetes Parlamentares, oferecendo a esses melhores condições de atendimento às necessidades dos Titulares.

Com esse escopo, a Proposição é irrepreensível, atendendo, ainda, aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, sendo de todo conveniente e oportuna."

No exame das 8 (oito) Emendas apresentadas, a Comissão de Constituição e Justiça houve por bem acatar as de nºs. 05, 06 e 07, rejeitando as demais (de nºs. 01, 02, 03, 04 e 08). O parecer manifestou-se, ainda, pela prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº. 119, de 1995, que tratava da mesma matéria.

É o relatório.

2. Parecer.

Tendo em vista o judicioso exame da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, parece-nos de bom alvitre acompanhar o parecer daquela Comissão relativamente às Emendas apresentadas, acatando tão-somente as de nºs. 05, 06 e 07, de autoria, respectivamente, dos Nobres Senadores EDISON LOBÃO, REGINA ASSUMPÇÃO e GILVAM BORGES.

Tais Emendas, em resumo:

. dispensam, no preenchimento das funções comissionadas de Chefe de Gabinete, a exigência de correlação com os níveis da carreira estabelecidos no Anexo V do Regulamento do Senado Federal (Emenda nº. 05);

. elevam o símbolo da Função Comissionada de Chefe de Gabinete dos Membros da Mesa, das Lideranças e dos Senadores de FC-08 para FC-09 (Emendas nºs. 05 e 07);

. elevam o símbolo da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete da Presidência, dos Membros da Mesa, das Lideranças e dos Senadores de FC-06 para FC-07 (Emendas nºs. 05, 06 e 07);

. aumentam o número de Funções Comissionadas de Assistente Técnico de Gabinete (FC-06) dos Membros da Mesa, das Lideranças e dos Senadores de 1 (um) para 2 (dois) (Emendas nºs. 05 e 07).

Segundo as informações fornecidas pela Subsecretaria de Administração de Pessoal do Senado, verifica-se ser a seguinte a repercussão financeira mensal das mudanças propostas, em relação ao Projeto original:

Elevação da FC dos Chefes de Gabinete de FC-8 para FC-09 (atinge 94 funções comissionadas de Chefe de Gabinete, para as quais há um acréscimo individual de R\$278,02):	(+) R\$ 26.133,88
Elevação da FC dos Subchefes de Gabinete para FC-07 (atinge 95 funções comissionadas de Subchefe de Gabinete, para as quais há um acréscimo individual de R\$626,74):	(+) R\$ 59.540,30
Aumento de uma FC-06 de Assistente Técnico de Gabinete (são criadas 91 funções comissionadas de Assistente Técnico de Gabinete, representando cada um acréscimo individual de R\$260,68):	(+) R\$ 23.721,88
-Total de acréscimo em relação ao Projeto original	(+) R\$ 109.396,06

Comparando-se a despesa a ser gerada com o Projeto original e a despesa após as Emendas, temos:

Qt.	Unidade	Projeto original	Proj. após Emendas
01	Gabinete da Presidência	(+) 10.470,67	(+) 11.097,41
81	Gabinetes de Senador	(+) 848.124,27	(+) 942.524,91
06	Gabinetes de Membro da Mesa	(+) 62.824,02	(+) 69.034,62
07	Gabinetes de Líder	(+) 75.119,45	(+) 83.277,53
	Opção Res. SF 74/94	(-) 395.868,00	(-) 395.868,00
	TOTAIS	(+) 600.670,41	(+) 710.066,47

Uma vez que as Emendas apresentadas pelos Nobres Senadores e aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania representam o pensamento de grande número de parlamentares, não temos nada a opor a sua aprovação, mesmo porque a despesa gerada fica dentro de limites compatíveis com a economia proporcionada com a extinção de cargos efetivos também proposta, a saber:

Extinção de 199 cargos efetivos de Técnico Legislativo	(-) 425.840,10
Extinção de 33 cargos efetivos de Analista Legislativo	(-) 109.807,17
SUBTOTAL	(-) 535.647,27
A serem extintos 447 cargos efetivos de Técnico Legislativo	(-) 956.535,00
TOTAL	(-) 1.492.182,27

Entretanto, não podemos deixar de manifestar nossa preocupação com a possibilidade de que outras categorias de servidores da Casa se mobilizem com vistas a conseguir vantagens semelhantes a que estão sendo concedidas, a partir da aprovação das Emendas, aos Chefes de Gabinete.

OBSERVAÇÕES:

1) As transformações propostas pelo Projeto implica o remanejamento de recursos conforme quadro abaixo:

Gabinete da Presidência	(+) 11.097,41
81 Gabinetes de Senador	(+) 942.524,91
06 Gabinetes de Membros da Mesa	(+) 69.034,62
07 Gabinetes de Líder	(+) 83.277,53
Opção Res. SF 74/94	(-) 395.868,00
TOTAL =	(+) 710.066,47

Extinção de 199 cargos efetivos de Técnico Legislativo	(-) 425.840,10
Extinção de 33 cargos efetivos de Analista Legislativo	(-) 109.807,17
SUBTOTAL =	(-) 535.647,27
A serem extintos 447 cargos efetivos de Técnico Legislativo	(-) 956.535,00
TOTAL =	(-) 1.492.182,27

2) Os reflexos financeiros calculados tomaram como base o Padrão 45 para o nível superior e o Padrão 30 para o nível médio, considerando que a maioria dos servidores já se encontra nos referidos padrões, bem como a Representação Mensal, de R\$ 816,00 e R\$ 1.088,00, para os servidores de nível médio e superior, respectivamente.

Com a elevação da Função Comissionada de Chefe de Gabinete de FC-08 para FC-09, é bastante provável que outros servidores do mesmo nível (FC-08) também busquem a elevação de sua função comissionada (como, por exemplo, os Consultores Legislativos).

Nesse caso, a elevação da despesa poderia tornar-se bastante significativa, contrariando a idéia inicial sob cuja égide se formulou o presente projeto.

Registrada essa preocupação, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação das Emendas n.ºs. 05, 06 e 07, acompanhando o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o parecer.

Sala de Reuniões, 22 de abril de 1997

Senador **RONALDO CUNHA LIMA**
Primeiro-Secretário

DECISÃO DA MESA

A Mesa é favorável ao Projeto original e à emenda n.º 7, tão só em relação ao Assistente Técnico.

Senador **Geraldo Melo**
(1.º Vice-Presidente)

Senador **Ronaldo Cunha Lima**
(1.º Secretário)

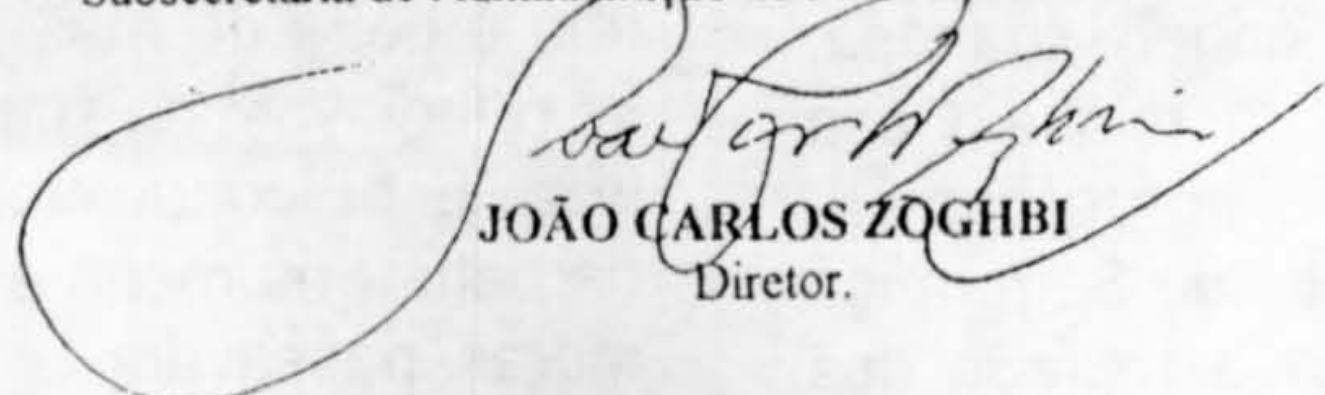
Senador **Carlos Patrocínio**
(2.º Secretário)

Senadora **Emília Fernandes**
(1.ª Suplente de Secretário)

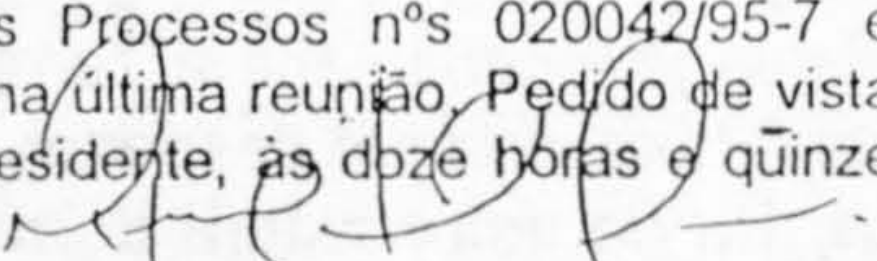
Senador **Joel de Hollanda**
(3.ª Suplente de Secretário)

- 3) A extinção de 679 cargos efetivos não representa perda de ~~qualidade~~ no Quadro permanente já que na maioria dos casos não estão na atividade fim, em atividades passíveis de terceirização.
- 4) As funções comissionadas extintas e a serem extintas não trazem reflexo financeiro, levando em conta que são funções de menor valor, inferiores à Representação Mensal criada pela Res. nº 76/96.
- 5) O reflexo financeiro das funções comissionadas é resultante da diferença entre os valores nominais excluída a Representação Mensal, considerado como piso na composição da remuneração.
- 6) Os servidores efetivos nomeados para os cargos em comissão farão jus à remuneração do cargo efetivo no órgão de origem com a opção de 55% prevista na Res. nº 74/94.
- 7) Os custos de pessoal com nova composição dos gabinetes dos Senadores terão redução progressiva à medida que forem vagando os cargos e as funções extintas.

Subsecretaria de Administração de Pessoal, em 24/04/97.


JOÃO CARLOS ZOGHBI
Diretor.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1997

Às dez horas do dia vinte e dois de abril de um mil, novecentos e noventa e sete, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente; Ronaldo Cunha Lima, Primeiro-Secretário; Carlos Patrocínio, Segundo-Secretário e os Suplentes: Emília Fernandes e Joel de Hollanda. Iniciados os trabalhos, passaram ao exame dos itens da pauta desta reunião: *Item 01:* Prestação de Contas do Senado Federal, Centro Gráfico e Prodasen, referente ao ano de 1996. Foi designado relator; o Senador Carlos Patrocínio. *Item 02:* Processo nº 000269/97-2, autorização para alienação de materiais inservíveis, através de procedimento licitatório. *Aprovado.* *Item 03:* Processo nº 012197/96-3, pagamento de saldo remanescente de honorários da Firma Kroll Associates. Designado o Senador Geraldo Melo, como relator. A Comissão Diretora ratifica os Atos nº 17, 18, 19 e 20, de 1997. Matérias apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário: *Item 04:* Parecer do Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima sobre as Emendas de nºs 1 a 8, oferecidas em Plenário, ao Projeto de Resolução nº 42/97, da Comissão Diretora. As Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 foram rejeitadas. À Emenda nº 7 foi apresentada Subemenda aprovando "tão só em relação ao Assistente Técnico". Rejeitadas as emendas foi mantido o texto original do Projeto, com a inclusão da Subemenda à Emenda nº 7. Votou contra o Projeto original e as Emendas o Senhor Presidente Antônio Carlos Magalhães. *Item 05:* Ofício nº 507, do Gabinete do Ministro da Marinha. *Indeferido.* *Item 06:* Ofício nº 082/97, do Senador Vilson Kleinübing, para ratificação de decisão, concedida, *ad referendum* pelo Primeiro-Secretário. Referendado. *Item 07:* Processo nº 012330/96-5, do interesse do servidor Carlos Augusto Lima Bezerra. Encaminhado à Diretoria-Geral para exame. *Item 08:* Proposta de Ato da Comissão Diretora que "Dispõe sobre o Plano de Edificações do Senado Federal". Matéria distribuída ao exame dos membros na última reunião. Adiada a discussão. *Item 09:* Proposta de Ato da Comissão Diretora, que altera o Ato da Comissão Diretora nº 48, de 1991, que "Dispõe sobre o fornecimento de passagens e a concessão de diárias de viagem, a serviço, e dá outras providências". Matéria distribuída ao exame dos membros na última reunião. Adiada a discussão. *Item 10:* Parecer sobre os Processos nºs 020042/95-7 e 020963/95-5. Distribuídas cópias aos membros para exame na última reunião. Pedido de vista pela Presidência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e quinze minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, 

(Agaciél da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 22 de abril de 1997

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Odacir Soares, Romeu Tuma e Gilberto Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma regimental.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com enorme preocupação que me dirijo a este Plenário, atendendo à solicitação do Excelentíssimo Senhor Nabih Berry, Presidente da Assembléia Nacional Libanesa e da Organização dos Parlamentares de origem libanesa, no sentido de manifestar-me junto à minha Casa Parlamentar para registrar o repúdio ao descumprimento da Resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que determina a retirada das forças israelenses de todo o território libanês.

Antes, porém, de pronunciar-me a esse respeito, é necessário retomar, ainda que rapidamente, os antecedentes históricos que contribuíram para o atual impasse, a fim de que se possa avaliar devidamente a gravidade da situação em que se encontra o povo libanês e a importância de um posicionamento solidário por parte do Brasil, que durante todo o percurso da tragédia tratou a causa libanesa com solidariedade e interesse, como se o Líbano fosse um estado brasileiro no além-mar.

Naturalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo e o tempo destinado a este pronunciamento não permitiriam que me reportasse a todo o período histórico do Líbano, uma das mais antigas civilizações humanas. O Líbano vem da madrugada dos tempos. Brotou da antiga Fenícia, rica de navegadores e descobertas. Sofreu o fluxo e refluxo das correntes invasoras, sendo conquistado pelos persas no século VI e pelos árabes no século VII. No tempo das Cruzadas, foi um reino cristão. Pertenceu ao Império Otomano. Em 1860, os cristãos sofreram um massacre pelos abusos, havendo, por isso, a intervenção francesa. Em 1861, o Líbano obteve autonomia dentro do império otomano. Em 1926, tornou-se República Libanesa. Em 1943, em face do acordo com a França, termina o mandato francês, mas a evacuação só se dará em 1945.

Aquela que já foi chamada a Terra da Promissão, tal a sua fartura, sempre despertou a cobiça de outros povos. Há na embocadura do rio do Cão, a 15 km ao norte de Beirute, um museu ao ar livre que não tem similar no mundo. Compõe-se de inscrições nas enormes rochas que beiram o rio. Vinte inscrições que se estendem por alguns metros, mas abrangem mais de 3.250 anos de história: desde o Faraó

Ramsés II (1298 - 1232 a.C.) até os australianos da Segunda Guerra Mundial, passando por Nabucodonosor, Caracala, Napoleão III e tantos outros. Toda a longa história do Líbano se resume nesse museu. Terra privilegiada pela sua localização entre a Europa, Ásia e África, o Líbano tem sido agredido por todos os grandes impérios desde o começo dos tempos.

Como esse pequeno país sobreviveu a tantos abalos? Graças ao seu espírito e a uma proteção que a natureza lhe outorgou: o Líbano é uma montanha à beira do mar. Nas calamidades, os libaneses se refugiavam na sua montanha como em uma fortaleza. E os conquistadores, após dominar a costa e perpetuar na rocha a lembrança de suas glórias efêmeras, passavam.

Não é por acaso a etimologia da palavra Líbano, do latim Libanus, correspondendo ao grego Libanos, hebraico Lebânôn, todos do primeiro milênio a.C. Tanto a forma hebraica como a assíria Labnānu, do segundo milênio a.C., e o aramaico al-Lubnān, apontam para o significado montanha branca.

A montanha, contudo, ao proteger o libanês, não o isolava: o mar era o seu caminho ondulante para todas as partes do globo. Graças a ele e às rotas terrestres, o Líbano tornou-se um lugar de encontro entre as raças e as civilizações, onde algo mais importante que as riquezas sobrevivia aos impérios sucessivos: um amadurecimento político e humano, uma certa filosofia de vida.

A 22 de novembro de 1943, outra inscrição passou a constar da embocadura do rio do Cão: o Líbano readquiriu sua plena independência, no término do mandato francês, conforme já mencionado. E o que o Líbano fez dessa independência? De 1943 a 1975, econômica, política e culturalmente, o Líbano foi a mais fina flor das civilizações Oriental e Ocidental, reunidas naquela terra da hospitalidade e do intercâmbio, igualmente próxima da tecnologia da Europa, dos milhões de dólares gerados pelo petróleo árabe e das cidades sagradas onde nasceram as grandes religiões do mundo.

No entanto, fatores externos interferiram nos destinos libaneses. A criação do Estado de Israel (1948) provocou o êxodo compulsório de apreciável parcela dos árabes da antiga Palestina. Dos países vizinhos, todos de maioria islâmica, o Líbano, cristão pela metade, foi o único a cometer a generosidade de abrir suas fronteiras àqueles refugiados, o que desequilibrou a tênue balança confessional, e acolheu população cujas reivindicações de exercitar operações de guerrilha contra os israelenses, a par-

tir do território libanês, viriam a provocar trágicas conseqüências. A presença de guerrilheiros palestinos nos campos de refugiados do sul do país foi a causa ostensiva da guerra civil (abril de 1975 outubro de 1976), que fez 50 mil mortos e 100 mil feridos.

Em 1978, um ataque da organização Al-Fatah provocou a invasão da zona fronteiriça por Israel, em 14 de março, por meio de uma operação militar de grande envergadura que levou à morte 560 cidadãos e feriu 653, provocando, ainda, a destruição e a perda de 3.120 residências, e a ocupação de 1.100 km de território libanês.

Em conseqüência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 425 que determina: em primeiro lugar, o respeito à integridade territorial, à soberania e à independência política do Líbano, no interior de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; em segundo lugar, a cassação imediata da ação militar de Israel contra a integridade territorial do Líbano e a retirada de suas tropas de todo o território libanês; em terceiro lugar, atendendo solicitação do governo libanês, o estabelecimento imediato, sob sua autoridade, de uma força intermediária das Nações Unidas para o sul do Líbano, com a finalidade de confirmar a retirada das forças israelenses, de restabelecer a paz e a segurança internacional e ajudar o governo libanês a garantir a restauração de sua autoridade efetiva na região.

Há vinte anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, Israel recusa-se a pôr em prática essa Resolução. Causa estranheza aos libaneses que algumas resoluções do Conselho de Segurança da ONU tenham o poder de mobilizar o mundo, enquanto outras, não menos meritórias, permanecem letra morta. É por tal razão que me dirijo ao Senado Federal do Brasil, conclamando sua solidariedade para com o cumprimento da Resolução 425, indispensável ao fim das agressões contra o Líbano, seus cidadãos, seu território e suas instituições.

Sei que a alguns dos Senhores ocorrerá que a veemência desse apelo tem sua única causa em minha notória descendência. Em parte, é verdade. Não posso negar os laços emocionais que me prendem à terra do Líbano, nem a doce herança libanesa que encontro na sonoridade dos nomes familiares, no exotismo dos aromas, na excelência dos paladares. Na minha memória sentimental, o Líbano será sempre uma idéia de berço primordial.

Entretanto, além dessas fortes razões de ordem biográfica, prefiro enfatizar as razões históricas que me motivam. O Brasil tem antiga dívida com o

Líbano. 6 milhões de descendentes de libaneses aqui vivem e contribuem para o progresso do País. Poucas são as famílias libanesas que não têm um parente próximo ou distante no Brasil. Esses libaneses estão tão integrados na vida brasileira que 43 deputados federais e senadores perto de um décimo do Congresso Nacional são de origem libanesa, assim como sete dos atuais governadores. A comunidade de origem libanesa representa quase 10% da população brasileira e possui representantes de destaque em todos os ramos das atividades humanas, desde as econômicas às artísticas e culturais, passando pelas acadêmicas, científicas e políticas, de tal modo que, um deles, o menor por certo, fala agora na tribuna do Senado da República.

É difícil acreditar que, não obstante as ligações históricas que existem entre os dois países, notadamente depois do afluxo de imigrantes libaneses para o Brasil, apenas arrefecido durante a 1ª Guerra, poucas autoridades brasileiras tenham ido a Beirute. Há mais de um século, exatamente em 1871, o Imperador do Brasil, Pedro II, visitava o pequeno Emirado do Líbano, que gozava na época de uma relativa autonomia no seio do Império Otomano. Em 1954, quando o Líbano ainda desfrutava de integridade territorial e do pleno exercício de sua soberania política, o Presidente Camille Chamoun visitou oficialmente o Brasil. Foi o primeiro e último chefe de Estado libanês a fazê-lo. Essa anomalia nas relações entre Brasil e Líbano acaba de ser reparada, recentemente, com a visita, em fevereiro último, do Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Luis Felipe Lampreia, cuja viagem oficial foi também a primeira realizada a um país árabe.

O chanceler brasileiro, em sua estada, referiu-se explicitamente ao apoio do Brasil à Resolução 425 do Conselho de Segurança da ONU, numa demonstração de alinhamento ao esforço da comunidade internacional a fim de restaurar a integridade territorial do Líbano e fazer renascer sua economia.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, é chegado o momento de dar outro passo para o progresso do relacionamento entre dois países que, malgrado a distância geográfica, se encontram unidos por vínculos humanos desde que, há um século, aqui aportaram os primeiros imigrantes da Nação do Cedro.

Finalizando este pronunciamento, permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, romper, ainda que ligeiramente, o comedimento que impus a este discurso, na tentativa de evitar que o emocionalismo também doce herança libanesa comprometesse meus propósitos de isenção e objetividade, citando o insus-

peito poeta Lamartine no seu livro *Voyage en Orient*: Conheci a Itália, toda a Itália. Conheci a Sabóia como conheci Atenas e o Olimpo. Mas jamais senti tão profundamente a glória de ser um homem como na austera grandeza da montanha do Líbano.

Muito obrigado!

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO)- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou dado ao elogio fácil.

Sempre entendi que a distribuição gratuita de elogios, quando os méritos são escassos e os prediados, apenas modestos, além de favorecer a mediocridade, acaba por redundar no descrédito dos que prodigalizam encômios, e no escárnio daqueles que deles são alvo, quase nada tendo feito para merecê-los.

Já não digo o mesmo, Sr. Presidente, da competência incontestada, dos feitos inegavelmente meritórios e dos talentos excepcionais, que logram impor-se ao reconhecimento e à admiração de todos.

Tais atributos, quando se revelam seja numa única pessoa, seja numa equipe de trabalho, seja, mesmo, numa instituição pública ou privada, merecem ser apontados e exaltados, para edificação da sociedade, assim como para resgatá-la da maciça mediocridade nela reinante.

Sirvam estas palavras, Sr. Presidente, como in-
tróito aos elogios que, pela segunda vez, quero fazer ao **Serviço de Apoio às Pequenas Empresas de Rondônia, SEBRAE/RO**, e à sua competente equipe de diretores e colaboradores.

A excelente qualidade e a oportuna utilidade de uma coleção de publicações editadas pela Edição SEBRAE, ofereceram-me, em 19/03/96, o ensejo para um primeiro pronunciamento elogioso à competente atuação do SEBRAE em meu Estado.

É que tais publicações, agrupadas em três séries, a primeira intitulada **Série Associativismo**; a segunda denominada **Perfil de Oportunidades de Negócios**; a terceira consagrada à **Difusão de Informações Empresariais**, pareceram-me, tão logo as examinei, prestar-se de forma impecável ao desempenho do papel primordial da entidade, que é o de induzir e apoiar o desenvolvimento das micros e pequenas empresas industriais e de serviços, no Estado de Rondônia.

Hoje, Sr. Presidente, é com inocultável satisfação que posso afirmar que não estava iludido, quando exaltei, com tanta ênfase, a eficiente atuação do SEBRAE em prol do desenvolvimento de Rondônia.

Com efeito, esse dinâmico Agente de fomento das micro e pequenas empresas, atento às múltiplas

opções que o Estado de Rondônia oferece quer para o lazer, quer para o usufruto de bens culturais, começa a desenvolver gestões de apoio ao turismo no Estado.

Essa é uma informação que o dinâmico Diretor-Superintendente do SEBRAE/RO, Sr. Roberval Duamel de Zúmica Júnior, teve a gentileza de me passar em seu ofício 042/DIREX, de 18/3 do corrente.

Por ele, tornei-me, também, conhecedor de que o projeto de Desenvolvimento do Turismo desse Agente volta-se para o apoio aos segmentos empresariais envolvidos no setor.

Para tanto, o SEBRAE/RO, exibindo, mais uma vez, sua experiência em publicações de excelente qualidade, lançou o calendário 1997, que, com este sugestivo apelo: **RONDÔNIA ESPERA POR VOCÊ**, descerra aos olhos de quem o folheia o panorama dos sítios, localidades, eventos referenciais históricos e demais atrativos capazes de despertar interesses e atrair turistas para esses nichos de mercado que privilegiam o Estado de Rondônia.

Sabendo-se que tal instrumento de divulgação está sendo enviado para 4.500 agências de viagem de todo o País, bem como para embaixadas e agentes SEBRAE, pode-se avaliar a inestimável contribuição que o SEBRAE/RO está propiciando ao desenvolvimento de nosso Estado, já que nele estará gerando novas oportunidades de emprego e uma vigorosa fonte de renda.

Por tudo isso, Sr. Presidente, e, sobretudo, por ter compreendido que **TURISMO** é uma inegável **INDÚSTRIA SEM CHAMINÉS**, venho, mais uma vez, consignar, neste Plenário, meu aplauso e meu inequívoco apreço à competente equipe do SEBRAE/RO.

É o que penso Sr. Presidente

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:

42/DIREX

Porto Velho, 18 de março de 1997

Exm^o Sr.

Dr. Odacir Soares Rodrigues

Senador Federal pela Bancada de Rondônia

Senhor Senador,

O SEBRAE/RO vem trabalhando em gestões de apoio ao turismo. O Estado de Rondônia oferece opções de lazer e interessantes aspectos sócio-culturais até então pouco conhecidos pela maioria das pessoas.

O projeto Desenvolvimento do Turismo deste Agente visa apoiar os segmentos empresariais envolvidos no setor e no conjunto de atividades esperamos divulgar o potencial existente. Com esse objetivo publicamos o calendário de 1997, em anexo, com eventos, localidades e referenciais históricos mais importantes para incentivar interesses nestes nichos de mercado.

Este instrumento de divulgação está sendo para 4.500 agências de viagem de todo o país, bem como para embaixadas e Agentes SEBRAE. Esperamos assim contribuir para o desenvolvimento de nosso Estado gerando emprego e renda através destas ações.

Respeitosamente, – **Roberval Duamel de Zú-niga Júnior**, Diretor-Superintendente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o início desta semana foi marcado por uma data histórica, cuja lembrança me incentiva a assomar esta tribuna, pois creio ser injusto nos alhearmos à magnitude do seu tríplice significado, permitindo que os anais da nossa mais alta Casa de Leis deixem de consignar sua comemoração. O 21 de abril perpetua a lembrança daquele que é o Protomártir da Independência, mas também constitui uma ode aos heróis, muitos dos quais anônimos, que tornaram possível ao Brasil realizar o sonho de construir esta magnífica Capital como centro de irradiação de progresso social, político e econômico para todo o nosso imenso território. O 21 de abril significa, finalmente, a data comemorativa das Polícias Cíveis e Militares do Brasil, que têm como patrono aquele herói-mártir, Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Poucos vultos históricos conseguiram representar as origens de nossa nacionalidade tão expressivamente quanto Tiradentes. Nascido em 1746 na Fazenda de Pombal, na Vila de São João del Rei, em Minas Gerais, o Alferes da Cavalaria das Tropas Pagas de Minas ficou conhecido pelo cognome em consequência da própria habilidade como dentista prático. Recebeu, por lei, o título de Protomártir da Independência depois que sua figura heróica já se aninhara na alma do povo.

Aos 46 anos de idade, a 21 de abril de 1792, Tiradentes foi conduzido ao cadafalso. Após o enforcamento, teve o corpo esquartejado e as partes exibidas em praça pública nas Capitâneas do Rio de Janeiro e Minas para dar exemplo do tratamento impiedoso que a Metrópole reservava aos que tentassem desafiá-la. O espetáculo dantesco proporcionado pela Coroa portuguesa aparentava ser uma macabra

exibição de vitória sobre os ideais que levaram à Inconfidência Mineira, mas, na verdade, surtiu efeitos contrários aos pretendidos por seus promotores. Os anseios de independência passaram a encontrar ainda maior força ao se projetarem na imagem altaneira do mártir a caminho do patíbulo e ao serem regados com o seu sangue. O sangue que consolidou em nosso povo a vontade de lutar e morrer, se preciso fosse, pela liberdade ainda que tardia.

Com isto, temos o primeiro e maior significado do 21 de abril, a mesma data em que, em 1960, foi inaugurada Brasília, a Capital de todos os brasileiros. Reverenciamos assim, naquele dia, a memória de todos quantos participaram diretamente da construção deste Patrimônio Histórico da Humanidade – assim declarado pela UNESCO em 1987 –, a começar do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, sem nos esquecermos dos milhares de trabalhadores que derramaram seu suor para robustecer o concreto e a argamassa brasilienses.

A idéia de dar ao Brasil uma capital instalada no seu centro geográfico, como fator decisivo de desenvolvimento e integração de todo o território nacional, já estava expressa na primeira Constituição republicana, ou seja, era acalentada pelo menos desde 1891. Todavia, as obras só começaram em 1956, no Governo Kubitschek, seguindo o Plano Piloto do notável arquiteto Lúcio Costa e os projetos arquitetônicos do não menos ilustre Oscar Niemeyer. Graças ao denodo de tantos brasileiros, Brasília surgiu, como por milagre, em apenas 41 meses, como se fosse a milagrosa concretização do famoso sonho de Dom Bosco.

Finalmente, quero ressaltar o terceiro significado desse dia tão histórico e que me sensibiliza particularmente como Delegado de Polícia licenciado, que sou. Desde 29 de abril de 1946, por força de Decreto Presidencial, é ele a data comemorativa das Polícias Cíveis e Militares do Brasil.

A proposta de se consagrar um dia às instituições policiais brasileiras nasceu em 1936, na Escola de Polícia de São Paulo, numa iniciativa do seu Diretor, Dr. Afonso Celso de Paula Lima. Delegado de Polícia dos mais brilhantes, ele propôs, no Congresso de Secretários da Segurança Pública e Chefes de Polícia reunido na então Capital Federal, o Rio de Janeiro, o 10 de maio como "Dia da Polícia no Brasil". A sugestão baseava-se na criação da Polícia Brasileira, que aconteceu a 10 de maio de 1808, com a instituição do cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, feita por D. João VI, recém chegado da Europa.

Coube ao Governador Ademar Pereira de Barros concretizar a idéia a 5 de maio de 1941, através da Resolução nº 84, na qual referendou a decisão tomada pelo Congresso de autoridades policiais no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1936. E, assim, o dia 10 de maio foi consagrado às comemorações oficiais alusivas à Polícia. A partir dessa Resolução, a Escola de Polícia de São Paulo – hoje Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" – passou a reverenciar a memória dos heróis da instituição, naquela data, até que, em 1946, Decreto-Lei do Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, instituiu o 21 de abril como "Dia das Polícias Civil e Militar" em todo o país, tendo como Patrono o Protomártir da Inconfidência Mineira. Também por isso a data passou a ser cultuada como o dia do herói policial para perpetuar a memória daqueles que perderam a vida na defesa da ordem e da segurança pública.

Segunda-feira última, na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", na cidade de onde venho, repetiram-se as tocantes homenagens, enquanto os nomes de mais sete valorosos policiais, imolados daquela forma, eram inscritos na lápide onde já se alinham dezenas de outros nomes de heróis mortos no cumprimento do dever. São eles os investigadores Alberto Marques da Silva, Georgios Christos Tsotsos, Hamilton Scarabello, Maximiano Vieira da Silva e Vladimir de Jesus Dias; o Carcereiro Cláudio Aparecido Franco de Souza; e o Agente Policial José Luiz Santos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Em mais um 21 de abril, data que aviva a lembrança de episódios que jamais poderemos esquecer, nosso povo homenageou personagens históricos que devem servir de paradigma a todos os homens de bem. Vim a esta tribuna para reverenciá-los – e creio que o fiz em nome de todos os meus nobres pares – como modesto tributo pessoal a uma plêiade de heróis que nos ensinou como é profícuo o amor à Pátria mesmo quando trágico e aparentemente abatido. O único amor que já nos deu independência e liberdade como Nação, assim como nos dá e garante a liberdade como cidadãos. O único amor que nos permite a liberdade individual com progresso e ordem no Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a saúde, no Brasil, é motivo de preocupação constante tanto das autoridades, quanto da população.

É impossível desconhecer, em nosso País, a dimensão e a complexidade dos problemas da área de saúde e em particular, dos serviços públicos de saúde.

Os meios de comunicação denunciam, com frequência, o caos existente nos hospitais superlotados, desaparelhados, sucateados, sem medicamentos, onde os médicos, muitas vezes em número insuficiente, trabalham em péssimas condições, e não conseguem dar à população uma assistência digna e eficaz.

O atendimento médico-hospitalar oferecido à população, principalmente a população de renda mais baixa, que só pode contar com a rede pública está cada vez mais precário.

Quase todos os dias vemos imagens de doentes nos serviços de emergência, espalhados pelos corredores, em macas improvisadas ou deitadas no chão, a esperar por longas horas, pelo atendimento de que necessitam.

Vemos também filas enormes de pacientes dentro e fora dos hospitais, e ouvimos reclamações de um grande número de doentes que não conseguem socorro médico ou tem cirurgias adiadas, consultas e exames remarcados e volta para casa sem ter seus problemas de saúde minorados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o próprio Governo já chegou a conclusão de que está gastando mal os poucos recursos de que dispõe para destinar a área da saúde.

Em 1996, por exemplo, ano em que as verbas destinadas ao setor foram da ordem de quatorze bilhões e trezentos milhões de reais, os gastos com internações hospitalares e consulta ambulatoriais chegaram a oito bilhões e duzentos milhões de reais, consumindo mais da metade do orçamento do Ministério da Saúde.

A estrutura de saúde pública do País respondeu, no ano passado, por dois trilhões oitocentos mil partos, trezentos e dezoito milhões de consultas, doze milhões de internações hospitalares, quinhentos e dois milhões de exames, três milhões e quinhentas mil sessões de hemodiálise, entre outros procedimentos.

Cuidou-se, sem dúvida, muito mais da doença do que da saúde, seguindo a rotina verificada nos últimos anos, que reflete a clara inversão de prioridades existentes no sistema de atenção médico-sanitária nacional.

Os dados são bastante expressivos. O Governo brasileiro gasta cerca de um bilhão e trezentos milhões de reais por ano com o diagnóstico e o tra-

tamento de doenças complexas, que deveriam ser cobertos por planos de saúde, enquanto faltam recursos para o combate à malária, à dengue, à hepatite do tipo B, à tuberculose e a tantas outras, que minam a saúde ou matam milhares de cidadãos por ano.

As ações de prevenção, de vacinação, de controle de doenças, de vigilância epidemiológica e sanitária, as ações de saúde pública, enfim, têm sido enormemente prejudicadas, nos últimos tempos, pela crônica falta de recursos que atinge esse setor tão importante em que o Governo tem o dever de atuar.

No ano passado, por exemplo, verbas da Fundação Nacional de Saúde, da Central de Medicamentos – CEME, e de outros órgãos do Ministério da Saúde foram redirecionadas para o pagamento de internações hospitalares.

Senhoras e Senhores Senadores, é ponto pacífico que as deficiências dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a falta de destinação adequada para o lixo, a poluição ambiental, entre outras, oneram o sistema público de saúde e influenciam diretamente as condições de saúde da população brasileira.

A distribuição epidemiológica de várias doenças revela que elas atingem, de forma preponderante, as camadas mais desassistidas da nossa sociedade, que vivem nas regiões mais inóspitas, na periferia das grandes cidades e em cerca de mil outros municípios também carentes de serviços básicos de saúde e de programas de infra-estrutura e saneamento ambiental.

No Brasil, as estatísticas revelam que as regiões que registram o maior número de casos e de óbitos por doenças parasitárias são as regiões Norte e Nordeste, justamente as mais pobres e as duas que possuem as piores condições de saneamento básico.

A concentração, na região amazônica, de mais de noventa e nove por cento dos casos de malária detectados no País e o elevado número de casos de dengue na região Nordeste são exemplos significativos do que acabo de afirmar.

O articulista Márcio Moreira Alves, em seu artigo "Mão Invisível (II)", publicado no jornal *O Globo*, de 9 de março passado, fornece estatísticas sobre as condições de saneamento, que merecem ser divulgadas.

A região Sudeste já tem cerca de oitenta e um por cento de seus domicílios servidos por algum tipo de esgotamento sanitário, enquanto na região Norte

apenas um vírgula setenta e dois por cento dos domicílios dispõe desse serviço.

Segundo uma tabela da Secretaria de Políticas Urbanas, subordinada ao Ministério do Planejamento, que leva em conta a situação salarial da população, em 1991 trinta e três por cento dos quatrocentos e sessenta e dois mil domicílios da faixa de renda mais pobre, que sobrevive com menos de um salário mínimo, não tinham água canalizada, e cinquenta e nove por cento não tinham saneamento.

Na faixa salarial imediatamente superior, de um a dois salários mínimos, que corresponde a sete milhões e oitocentos mil domicílios, trinta e oito por cento deles não tinham água, e cinquenta e seis por cento não tinham esgotos.

Outras estatísticas também ilustram a precariedade das nossas condições sanitárias. Dados do IBGE, constantes do livrete divulgado pelo Ministério da Saúde em fevereiro deste ano, intitulado "Saúde no Brasil – Indicadores", com relação aos indicadores socioeconômicos, revelam que apenas oito por cento dos domicílios da região Norte e treze vírgula dez por cento dos da região Nordeste têm esgotamento sanitário adequado. Na região Sudeste, esse percentual é de setenta vírgula seis por cento.

A estreita relação entre falta de saneamento e condições de saúde da população pode ser medida por um dado preocupante fornecido pelo Ministério da Saúde – Senhoras e Senhores Senadores: sessenta e cinco por cento das internações hospitalares resultam da inadequação dos serviços e das ações de saneamento básico, sendo a diarreia responsável, anualmente, por cerca de cinquenta mil mortes de crianças no País, a maioria delas com menos de um ano de vida.

Segundo dados do SUS, recentemente divulgados, as infecções intestinais ocupam o segundo lugar entre as doenças que mais internam e o décimo entre as doenças que mais matam, em nosso País.

Não poderia deixar de mencionar também que doenças, como a malária, a dengue, a hepatite, a leptospirose, a febre amarela ou a cólera, têm sua incidência influenciada pelas condições de infra-estrutura sanitária e apresentam números elevados de casos, surtos e até epidemias, nas regiões e nos Estados mais pobres e desassistidos.

E o pior é saber que muitas dessas doenças já poderiam ter sido controladas ou até mesmo erradicadas, em nosso País, Senhor Presidente.

Como não tem havido recursos, nem vontade política para tal, corremos riscos muito sérios de ter o recrudescimento de muitas delas, pois o Ministério da Saúde não tem dinheiro para fazer saúde pública, controle de doenças, vigilância sanitária e epidemiológica, já que a maior parte dos recursos está destinada ao atendimento médico-hospitalar e ambulatorial.

Felizmente, há perspectivas de melhora. O orçamento do Ministério da Saúde para este ano é de cerca de vinte bilhões e trezentos milhões de reais, sendo, desse total, cinco bilhões e trezentos milhões provenientes da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF.

É importante que a arrecadação dessa contribuição provisória, que aprovamos conscientes de que era absolutamente necessário aumentar os recursos para a área da saúde, seja efetivamente empregada nas ações de saúde pública, como controle de endemias, combate à desnutrição infantil, entre outras e não no pagamento de dívidas anteriores daquele Ministério com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Senhoras e Senhores Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o ano de 1997 é o "Ano da Saúde no Brasil" e que a saúde é prioridade máxima em seu Governo.

Recentemente foram anunciadas ações e metas prioritárias que visam à implementação de medidas vitais para a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, e para a obtenção de resultados positivos nos indicadores de saúde da nossa população.

As metas anunciadas para o período 1997/1998 estão divididas em três grandes frentes, que são prevenção, com ênfase no atendimento básico, melhoria da qualidade dos serviços de saúde e mutirão pela saúde.

Dentre as três, gostaria de destacar a prevenção com ênfase no atendimento básico, que prevê não somente a ampliação de programas já existentes, como o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, como também a ampliação da Gestão do Atendimento Básico aos três mil e trezentos municípios mais carentes do País, a intensificação das ações de vacinação, de combate às endemias, de assistência à mulher, à criança, aos portadores de diabetes e de doenças sexualmente transmissíveis.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, consta do documento "1997 – O Ano da Saúde no Brasil" que o Ministério da Saúde "está de-

cidido a cumprir sua missão de promover a saúde de todos os brasileiros, estabelecendo parcerias com os Municípios, os Estados, os outros Ministérios, a iniciativa privada e toda a sociedade brasileira, na busca da melhoria da qualidade de vida e do exercício pleno da cidadania".

Esperemos que as metas anunciadas para o período 1997/1998 na área da saúde sejam efetivamente cumpridas para que o Brasil se torne um país socialmente mais desenvolvido e justo e os cidadãos brasileiros possam, finalmente, gozar do direito de ter um atendimento digno na rede pública de saúde.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1996, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor, tendo

- Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Geraldo Melo, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

(Em virtude de adiamento)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h04min.)

(OS Nº 12139/97)

Agenda cumprida pelo Presidente
Antonio Carlos Magalhães

23-4-97

Quarta-feira

9:00 - Seminário Internacional sobre a Previdência
auditório Petrônio Portela

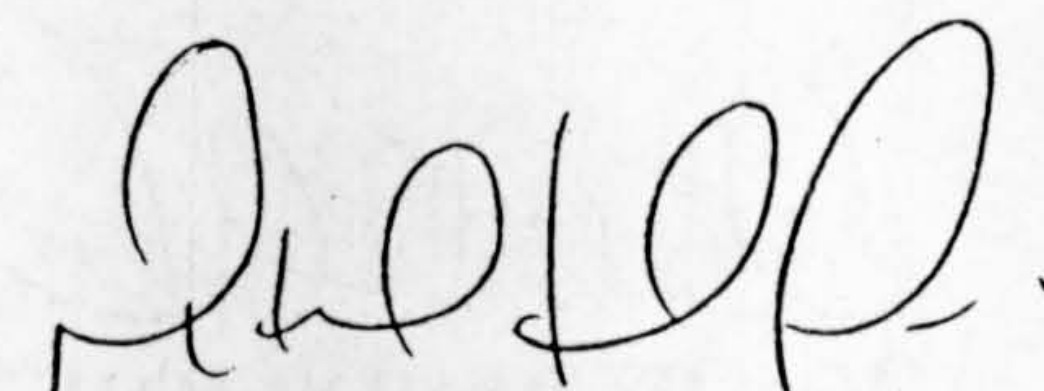
15:30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado
Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.060, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4609/97-2,

RESOLVE dispensar o servidor WANDERLEY JOSÉ NEIVA SOUTO, matrícula 2561, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador José Bianco, com efeitos financeiros a partir de 20 de março de 1997, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



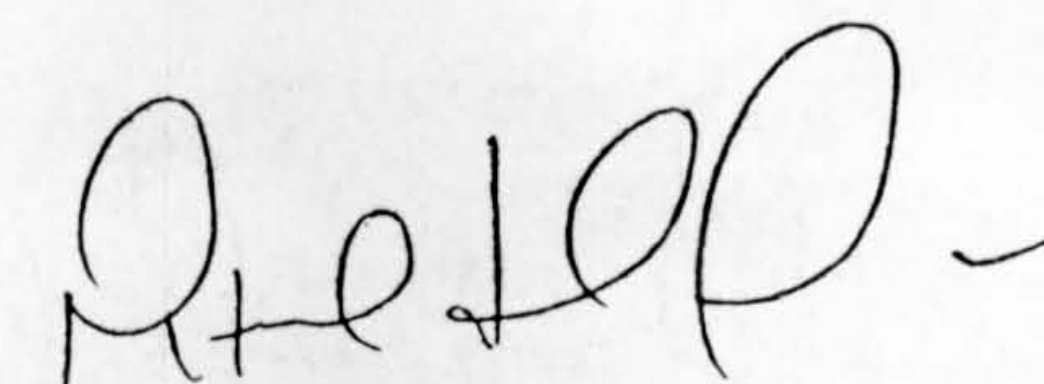
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.061, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4625/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor JUAREZ ABDULMASSIH FILHO, matrícula 1648, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 20 de março de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.062, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4625/97-8,

RESOLVE designar o servidor JUAREZ ABDULMASSIH FILHO, matrícula 1648, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 20 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.063, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5124/97-2,

RESOLVE dispensar o servidor ONOFRE DECO DA SILVA, matrícula 2872, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Geraldo Melo, com efeitos financeiros a partir de 31 de março de 1997, e lotá-lo no Gabinete da Primeira Vice-Presidência a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



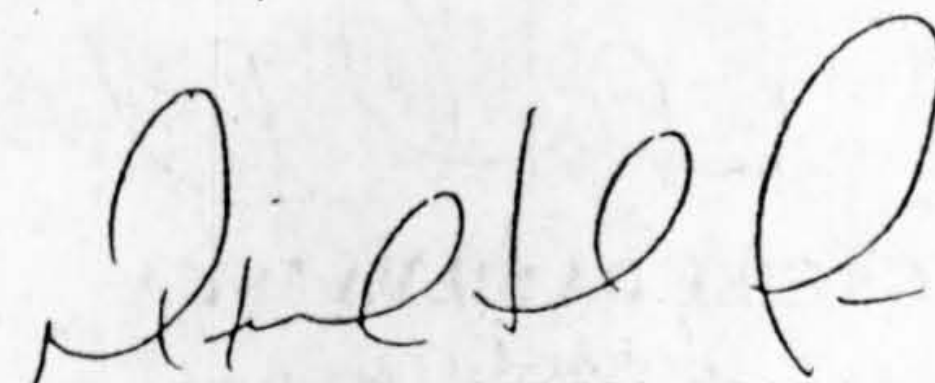
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.064, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5124/97-2,

RESOLVE designar o servidor ONOFRE DECO DA SILVA, matrícula 2872, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 31 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



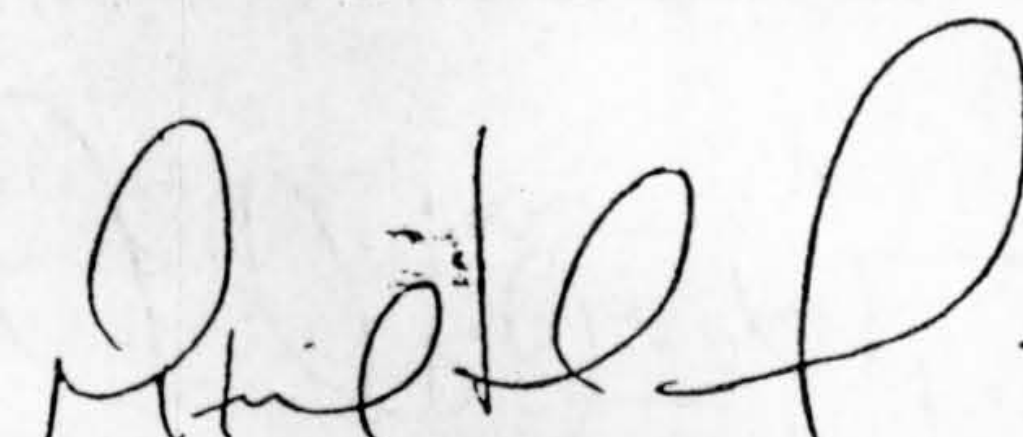
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.065, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4170/97-0,

RESOLVE designar a servidora LUIZA DA SILVA NEIVA, matrícula 1940, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.066, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4697/97-9,

RESOLVE designar o servidor JOÃO ANTONIO PEREIRA DA COSTA, matrícula 3758, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.067, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000386/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor JORGE LUIZ ANDRÉ DE MELLO, matrícula 1986, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Manutenção Técnica, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Apoio Técnico - SEEP, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 1997, e lotá-lo na Secretaria de Controle Interno a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



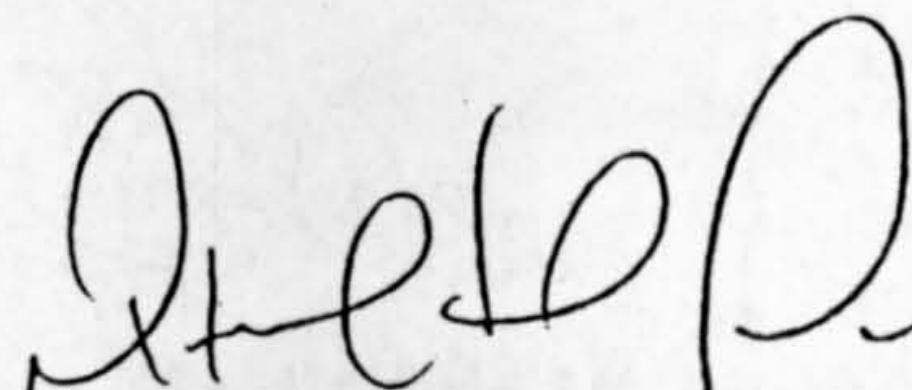
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.068, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000386/97-9,

RESOLVE designar o servidor JORGE LUIZ ANDRÉ DE MELLO, matrícula 1986, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



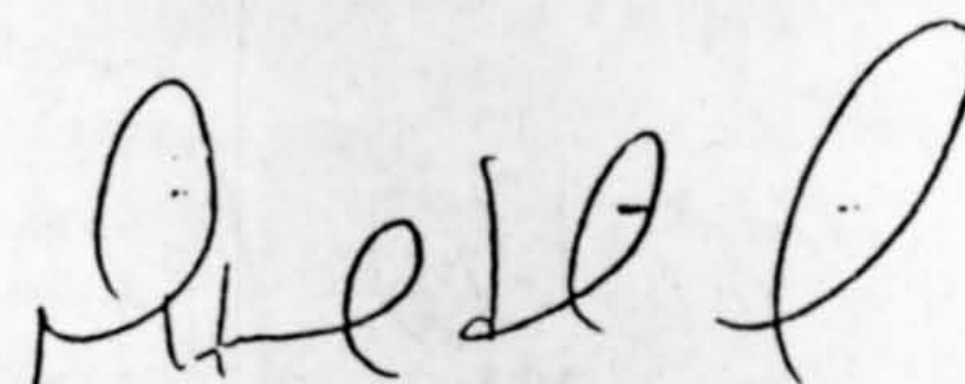
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.069, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4670/97-3,

RESOLVE designar o servidor ADALBERTO DE MENEZES DANTAS, matrícula 3730, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador José Alves, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



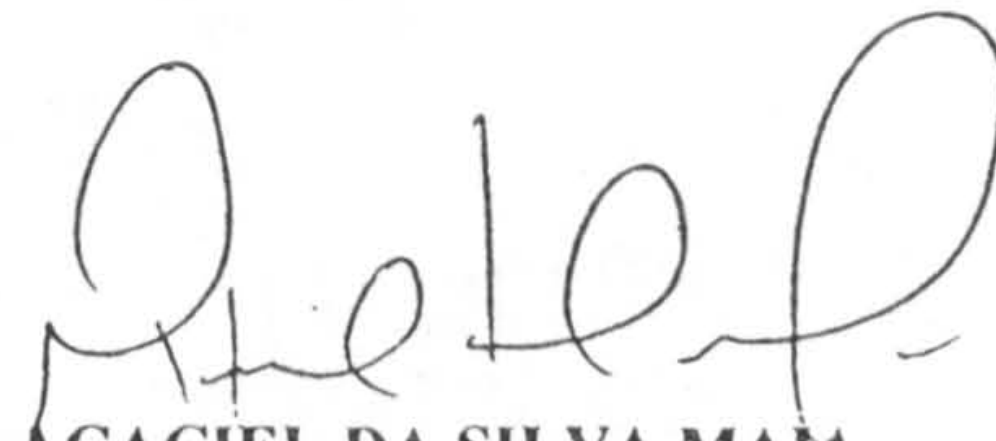
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.070, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4659/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora HANAKO IZUKA, matrícula 1597, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 20 de março de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



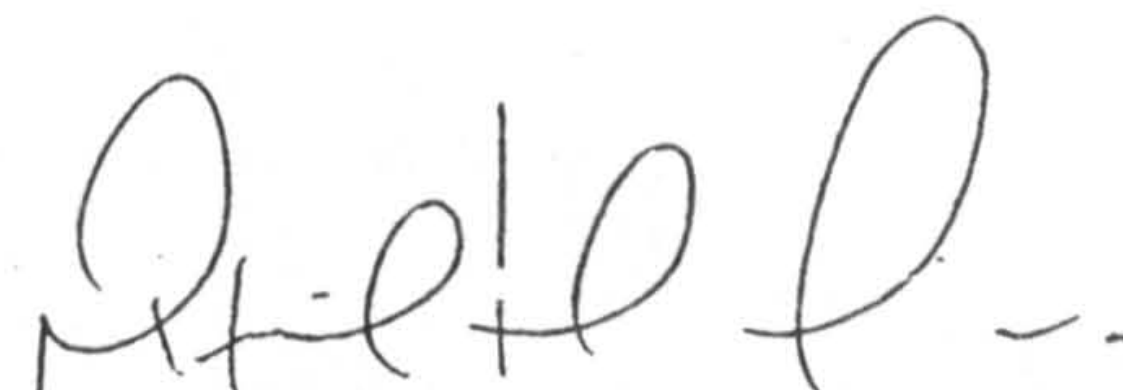
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.071, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4659/97-0,

RESOLVE designar a servidora HANAKO IZUKA, matrícula 1597, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 20 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.072, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4239/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor RUBENS ANTONIO DIAS, matrícula 3921, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador José Bianco, com efeitos financeiros a partir de 14 de março de 1997, e lotá-lo na Subsecretaria de Segurança Legislativa a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.073, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4238/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO NETO, matrícula 1996, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do

Gabinete do Senador Jader Barbalho, com efeitos financeiros a partir de 14 de março de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador José Bianco a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.074, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4238/97-4,

RESOLVE designar o servidor JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO NETO, matrícula 1996, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador José Bianco, com efeitos financeiros a partir de 14 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



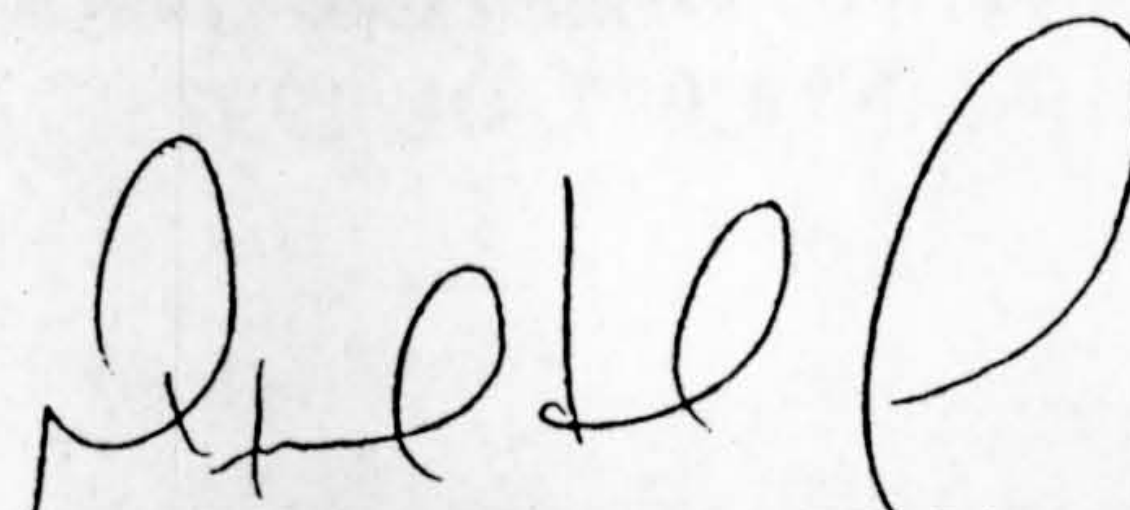
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.075, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5041/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO CLAUDINEY BONI, matrícula 4965, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 26 de março de 1997, e lotá-lo no Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

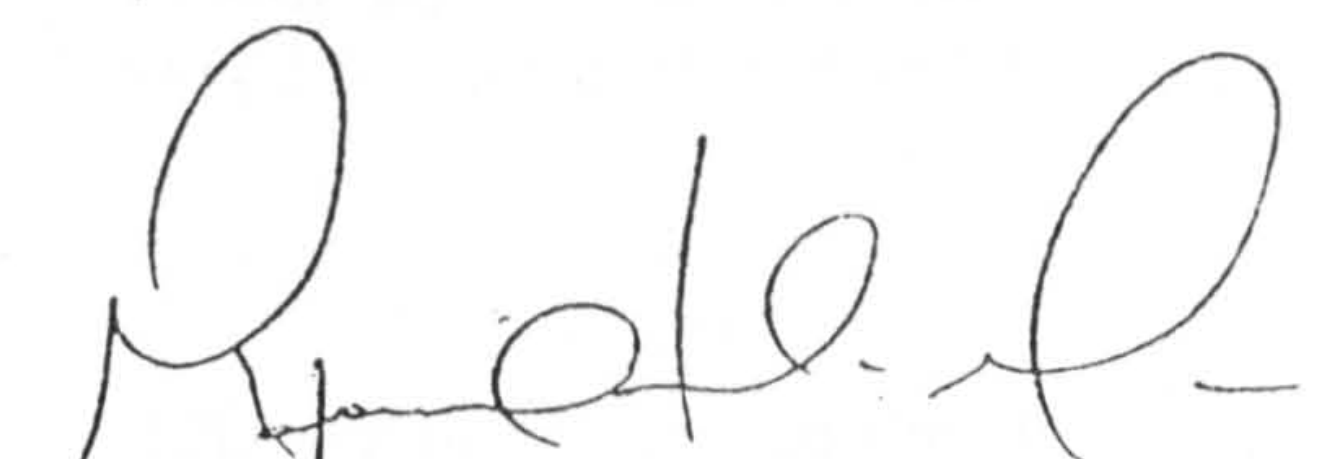
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.076, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5178/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor DONIZETE LAMEU MOREIRA, matrícula 3871, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 -

Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Coutinho Jorge, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1997, e lotá-lo na Coordenação Técnica de Eletrônica a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.077, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5178/97-5,

RESOLVE designar o servidor **DONIZETE LAMEU MOREIRA**, matrícula 3871, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



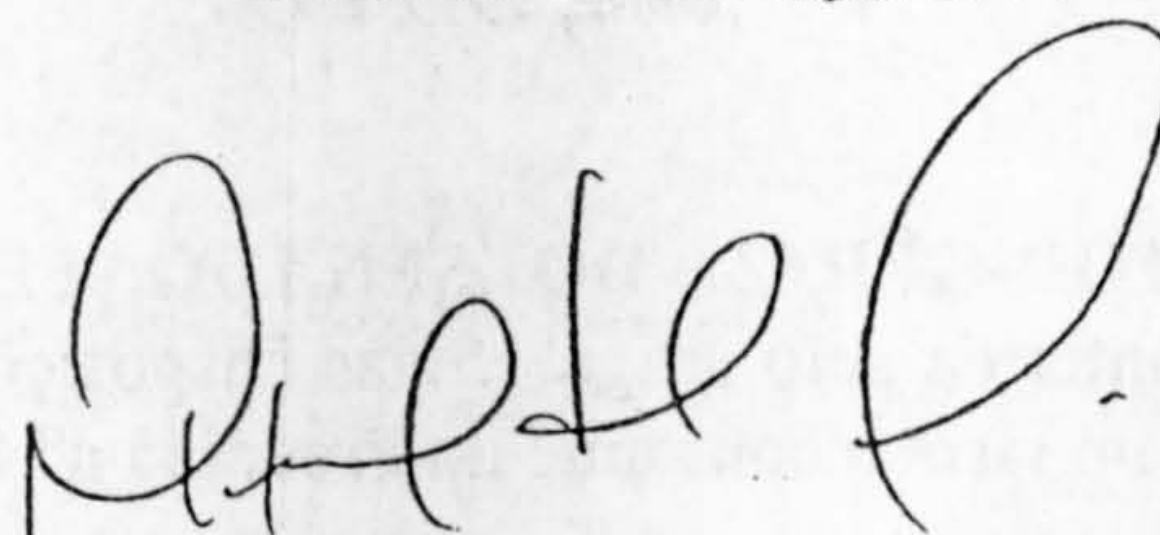
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.078, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4669/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor **FABIO REZENDE SCARTON COUTINHO**, matrícula 3762, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Jurídico, Símbolo FC-06, da Advocacia do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador Ramez Tebet a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.079, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4669/97-5,

RESOLVE designar o servidor **FÁBIO REZENDE SCARTON COUTINHO**, matrícula 3762, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada

de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.080, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4165/97-7,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ FERREIRA COSTA**, matrícula 1777, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio a Plenário, Símbolo FC-07, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



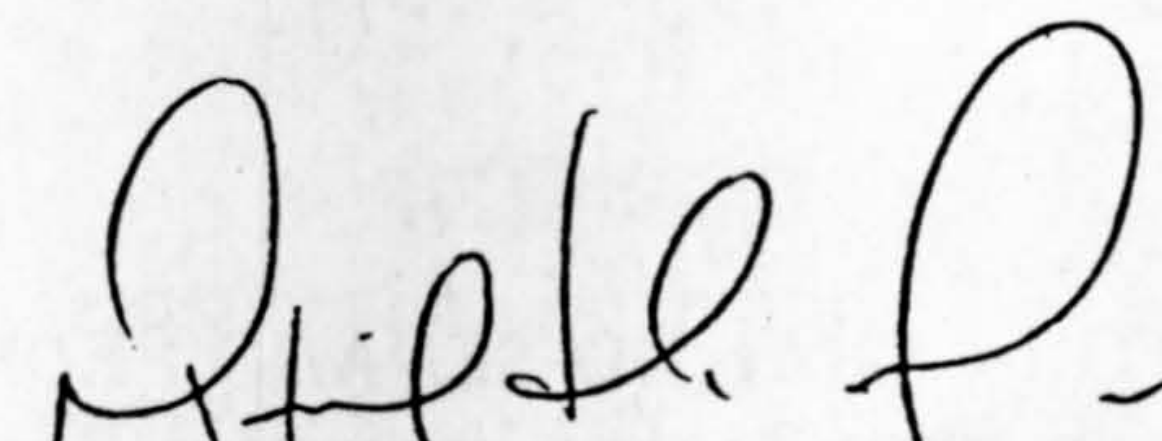
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.081, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4689/97-6,

RESOLVE dispensar o servidor **DERMEVAL DE MELO RODRIGUES FILHO**, matrícula 4034, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.082, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4689/97-6,

RESOLVE designar o servidor **DERMEVAL DE MELO RODRIGUES FILHO**, matrícula 4034, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função

Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

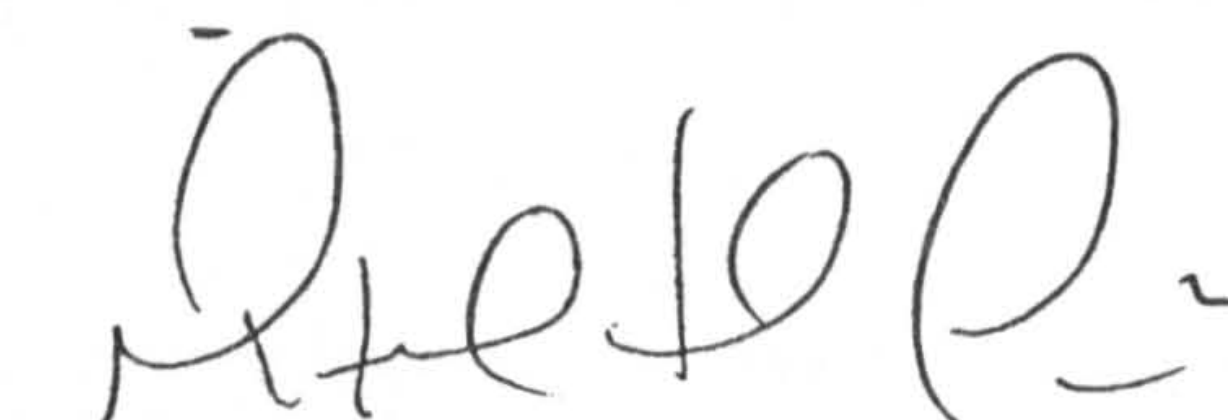
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.083, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4153/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor **ALEX PEREIRA DE ANDRADE**, matrícula 3251, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Informações, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

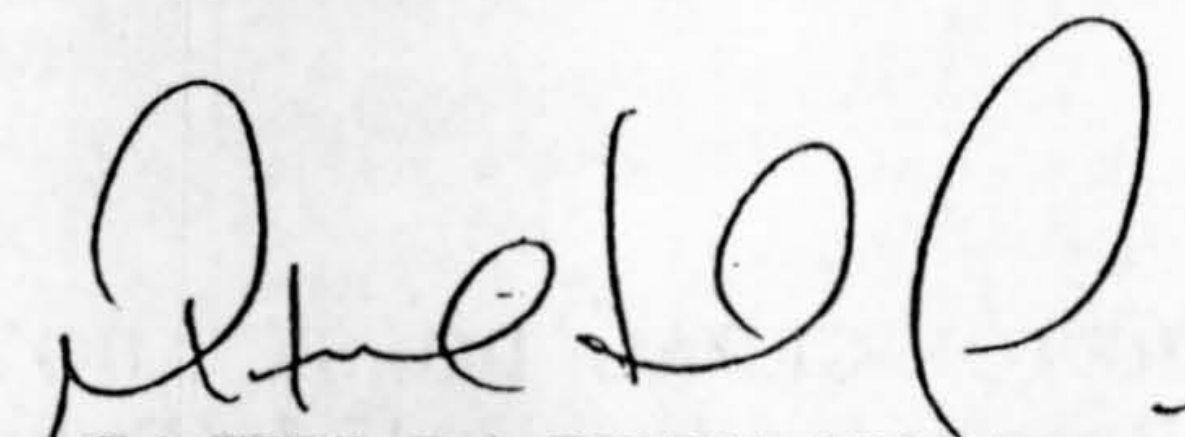
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.084, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4153/97-9,

RESOLVE designar o servidor ALEX PEREIRA DE ANDRADE, matrícula 3251, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Informações, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.085, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3625/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor EDEVALDES ALVES, matrícula 2599, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de

Artesanato, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Lucídio Portella, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997, e lotá-lo no Gabinete da Quarta Secretaria a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.086, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3625/97-4,

RESOLVE designar o servidor EDEVALDES ALVES, matrícula 2599, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997. —

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



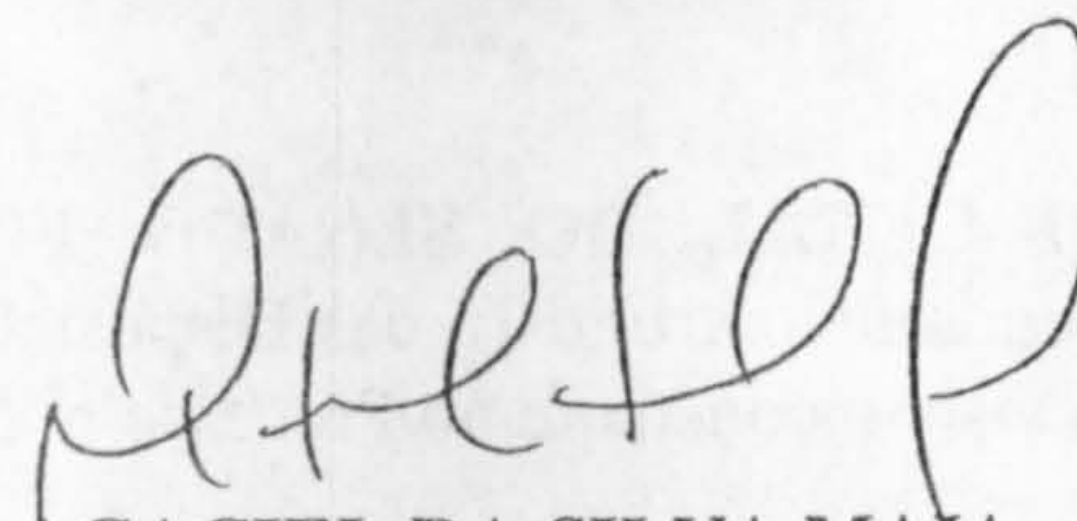
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.087, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5901/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ AFRÂNIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 1795, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.088, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5901/97-9,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ AFRÂNIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 1795, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada

de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.089, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5903/97-1,

RESOLVE dispensar a servidora **CRISTIANE DE LUCENA CARNEIRO**, matrícula 4992, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



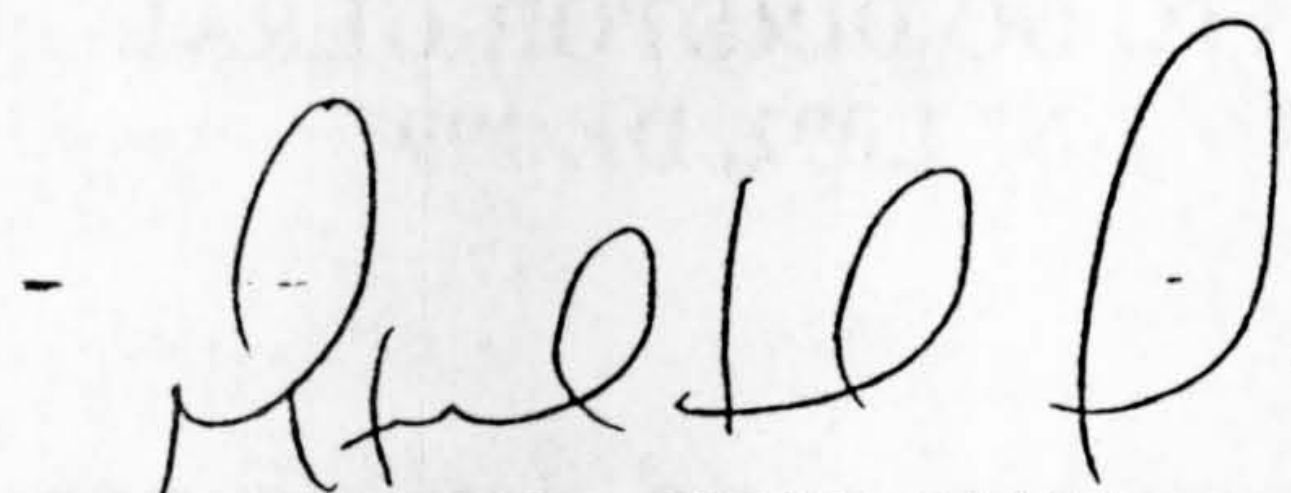
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.090, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5903/97-1,

RESOLVE designar a servidora **CRISTIANE DE LUCENA CARNEIRO**, matrícula 4992, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.091, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5900/97-2,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ VIRGÍLIO DE BARROS SILVA**, matrícula 3193, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 -

Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.092, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5900/97-2,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ VIRGÍLIO DE BARROS SILVA, matrícula 3193, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 23 de abril de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/92
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 08/04/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPPLY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 03/04/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinübing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos		PMDB	Elias Abrahão
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Rivaldo Macari
Esperidião Amin	PPB		Valdir Colatto		
Emília Fernandes	PTB		Franco Montoro	PSDB	Yeda Crusius
Osmar Dias(2)	PP		Fetter Júnior(3.4)	PPB	João Pizzolatti
	PT		Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
		Benedita da Silva	Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS